



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



**Catarina Alexandra do Carmo Pinto Cotrim**

**TURISMO INFANTIL: EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO E  
PARA AS ARTES**

**Relatório de Estágio do Mestrado em Turismo, Território, e Patrimónios orientado pelo  
Professor Doutor Luís Eduardo Ávila da Silveira, apresentado ao Departamento de  
Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra**

Maio de 2022

# FACULDADE DE LETRAS

## TURISMO INFANTIL EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO E PARA AS ARTES

### Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Relatório de Estágio</b>
<b>Título</b>	<b>TURISMO INFANTIL</b>
<b>Subtítulo</b>	<b>EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO E PARA AS ARTES</b>
<b>Autora</b>	<b>Catarina Alexandra do Carmo Pinto Cotrim</b>
<b>Orientador</b>	<b>Doutor/a Luís Eduardo Ávila da Silveira</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor/a Paulo Manuel de Carvalho Tomás</b>
	<b>Vogais:</b>
	<b>1. Doutor/a João Luís de Jesus Fernandes (Arguente)</b>
	<b>2. Doutor/a Luís Eduardo Ávila da Silveira (Orientador)</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Turismo, Território, e Patrimónios</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>27-10-2022</b>
<b>Classificação do Relatório</b>	<b>17 valores</b>
<b>Classificação do Estágio e Relatório</b>	<b>17 valores</b>

*Para o meu Pai*

## **Agradecimentos**

De entre todos aqueles que tornaram possível este trabalho, quero agradecer particularmente:

Ao Professor Doutor Luís Ávila da Silveira, orientador deste relatório. Pela sua inteira disponibilidade, dedicação, metodologia e rigor crítico, constantes ao longo deste processo e sem os quais não seria possível a sua concretização.

À Doutora Amélia Casanova, orientadora do estágio curricular no Convento de Cristo. Pela sua inteira disponibilidade e dedicação, pela sua constante preocupação e por todo o conhecimento partilhado. Pelo seu zelo e auxílio no estabelecimento de contactos e cedências de matérias. Pelo seu ânimo diário.

A toda a equipa do Convento de Cristo e àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Ricardo, pelo seu apoio e devoção permanentes. Aos meus amigos, pela companhia e motivação constantes ao longo deste percurso.

E por último, mas não menos importante, um agradecimento especial à minha mãe. Pelo seu constante e imensurável apoio e por tornar possível todo o meu percurso, pessoal e académico.

Por todos eles estarei eternamente grata.

## Resumo

O presente relatório de estágio insere-se no plano de estudos do Mestrado em Turismo, Território, e Patrimónios da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, fazendo referência ao período de estágio curricular realizado entre os meses de Outubro e Dezembro de 2019 no Convento de Cristo em Tomar, sob tutela da Direcção Geral do Património Cultural.

Dividido em três capítulos complementares, este trabalho começa por fazer um breve enquadramento teórico face a alguns dos conceitos fundamentais no âmbito do Turismo, do Património e da Cultura, e do Desenvolvimento Turístico Sustentável, desenvolvendo-se posteriormente uma exposição relativa às suas conveniências e desafios emergentes. Ainda neste capítulo expõe-se ulteriormente os procedimentos e condutas associados ao desenvolvimento sustentável da prática turística, enfatizado-se as mais-valias associadas à educação incipiente e continua na efetivação dessas mesmas premissas.

Continuamente, o segundo capítulo inicia-se com uma análise pessoal sobre a instituição receptora, apresentando-se os motivos associados à escolha deste espaço para a efetivação do estágio curricular e relatando-se ademais o trabalho e as atividades desenvolvidas pela mestranda ao longo dos três meses decorrentes.

Sucessivamente, faz-se a contextualização histórica e detalhada do Complexo do Convento de Cristo.

Finalmente, o relatório culmina com a apresentação de um projeto de roteiro turístico a incidir na cidade de Tomar, convencionado para as faixas etárias dos 1<sup>os</sup>, 2<sup>os</sup> e 3<sup>as</sup> ciclos de escolaridade e onde se favorecem princípios recreativos e pedagógicos aliados a atividades práticas e sensoriais e que pretendem a efetivação dos princípios anteriormente descritos como promotores da preservação, salvaguarda e sustentabilidade aquando da prática turística.

**Palavras- Chave:** Património Cultural; Convento de Cristo, Turismo; Sustentabilidade Turística; Educação no Turismo.

## **Abstract**

This internship report is inserted in the study plan of the Master's Degree in Tourism, Territory, and Heritage in the Faculdade de Letras of the University of Coimbra, and is referring to the curricular internship period held between October and December 2019 at the Convent of Christ in Tomar, under the supervision of the General Direction of Cultural Heritage.

Divided into three complementary chapters, this work begins with a brief theoretical framework regarding some of the fundamental concepts in the scope of Tourism, Heritage and Culture, and Sustainable Tourism Development, later developing an exposure on their emerging conveniences and challenges. Also in this chapter, the procedures and conducts associated with the sustainable development of tourism practice are further exposed, emphasizing the benefits associated with incipient and continuing education in the realization of these same premises.

Continuously, the second chapter begins with a personal analysis of the receiver institution, presenting the reasons associated with choosing this space for the completion of the curricular internship and also reporting the work and activities developed by the master's student throughout the resulting three months.

Subsequently, the historical and detailed contextualization in the Complex of Convent of Christ is carried out.

Finally, this work culminates with the presentation of a tourist itinerary project to the city of Tomar, design for the age groups of the 1st, 2nd and 3rd cycles of schooling and where recreational and pedagogical principles are fomented and combined with practical and sensory activities in which intend is to implement the principles previously described as promoters of preservation, safeguarding and sustainability in the tourist practice.

**Keywords:** Cultural Heritage; Convent of Christ, Tourism; Tourism Sustainability; Education in Tourism.

## Índice

Agradecimentos .....	4
Resumo .....	5
Lista de Abreviaturas .....	9
Introdução .....	10
<b>Capítulo I. Património, Turismo Cultural e Educação Patrimonial</b>	
<b>1. Enquadramento Conceptual</b>	
1.1. Património Cultural .....	11
1.2. Turismo Cultural .....	13
1.3. Desenvolvimento Sustentável .....	14
1.4. Turismo Sustentável .....	16
<b>2. Património e Turismo Cultural: A Evolução e os Desafios do Setor ....</b>	<b>17</b>
2.1. Os Impactos do Turismo Cultural .....	20
2.2. O Exemplo das Rotas Turísticas .....	23
<b>3. O Turismo no Património Cultural: Desafios para o Futuro .....</b>	<b>26</b>
3.1. Sustentabilidade Cultural .....	27
3.2. Conectividade entre <i>Stakeholders</i> .....	29
3.3. Autenticidade .....	29
3.4. Criatividade .....	30
<b>4. Educação para o Património Cultural: Sensibilização e Sustentabilidade..</b>	<b>32</b>
4.1. O Património Cultural e a Urgência da sua Salvaguarda .....	32
4.2. A Essencialidade da Educação no Património Cultural.....	33
<b>Capítulo II. Património Cultural de Tomar</b>	
<b>1. Enquadramento Académico</b>	
1.1. Organização e Funcionamento do Convento de Cristo .....	36
1.2. Actividades Desenvolvidas no âmbito do Estágio Curricular.....	39
<b>2. Caracterização Histórica</b>	
2.1. A Ordem dos Cavaleiros Templários .....	43
2.1.2. Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo (séc. XIII- XIV).....	45
<b>3. Cronologia e Caracterização Arquitectónica do C. Cristo</b>	
3.1. O Castelo Templário (1160-1420) .....	49
3.2. A Rotunda Templária .....	52
3.3. Governação do Infante D. Henrique (séc.XV) .....	55
3.4. Reinado de D. Manuel I (séc.XV- séc. XVI) .....	56
3.5. Reinado de D. João III (séc. XVI) .....	60
3.6. Reinado Filipino (1580-1640) .....	69

<b>Capítulo III. Circuito Turístico Infantil: Proposta para a Cidade de Tomar</b>	
<b>1. Propósito e Relevância do Circuito</b> .....	73
<b>2. Actividade Proposta</b> .....	73
2.1. Circuito .....	74
2.2. Material e Recursos .....	75
<b>3. Programação da Actividade</b> .....	77
<b>4. Circuito Alternativo</b> .....	79
<b>Capítulo IV. Conclusão</b> .....	82
Referências Bibliográficas .....	84
Anexos .....	89

**Lista de Abreviaturas**

<b>ATLAS</b>	Association for Tourism and Leisure Education and Research
<b>C.C</b>	Convento de Cristo
<b>CMT</b>	Câmara Municipal de Tomar
<b>DGPC</b>	Direção-Geral do Património Cultural
<b>ICOMOS</b>	International Council of Monuments and Sites (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios)
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>OMT</b>	Organização Mundial do Turismo
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>SIPA</b>	Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
<b>TP</b>	Turismo de Portugal
<b>UNESCO</b>	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, e Cultura)

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo a apresentação e a análise reflexiva daquelas que foram as actividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular realizado pela mestranda no Convento de Cristo em Tomar, decorrido no período dos três últimos meses do ano de 2019.

Não obstante e, pela sua incontestável associação, concebe-se também uma reflexão crítica e conceptual face à atuação do setor do Turismo Cultural no desenvolvimento das regiões onde se consolida, assim como daquelas que são as suas repercussões e consequências sociais, económicas e demográficas associadas, partindo das perspectivas dos seus intervenientes e teóricos.

Assim sendo e, caracterizando-se o Turismo Cultural pela sua transversalidade e múltiplas idiossincrasias, este domínio é, atualmente, um dos únicos setores capaz de gerar, simultaneamente, uma imensa multiplicidade de impactos igualmente oportunos e adversos. Por isso mesmo e, maioritariamente, pela relevância que desempenha nos destinos onde se consolida, o setor e a sua prática exigem um estudo e um planeamento prévio e consciente, que garanta, para além de um desenvolvimento e uma experiência turística desprovida de repercussões danosas, também a cooperação entre os diversos intervenientes e *stakeholders* na fundamentação da salvaguarda e da sustentabilidade patrimonial e turística.

Consequentemente, e com base nestes princípios fundamentou-se, para este trabalho, a intenção de se conceber um método capaz de possibilitar conjunta e incipientemente uma exposição e paralela instrução de turistas e visitantes à temática da sustentabilidade e da salvaguarda na prática turística, mas também e essencialmente, na premência da sua efectivação sob risco de não se garantir a sua transmissão às gerações futuras. Assim, e embora a escolha e delimitação do objeto de estudo não tenha sido imediata, optou-se pela criação de um Roteiro Turístico incidente na Cidade de Tomar.

As motivações que levaram à escolha deste tema e desta cidade como objetos de estudo prendem-se essencialmente com a relação e convivência com o espaço. Tendo crescido em Tomar, cedo desenvolvi curiosidade e admiração por esta cidade e pelos seus mistérios o que, aliado à minha paixão pela História e pelo Património, sempre se constituíram fortes impulsionadores aquando de muitos dos meus trabalhos académicos. Paralelamente, e pela sua direta correlação com a própria fundação de Tomar, nenhum outro local me pareceu tão gratificante quanto o Convento de Cristo, *ex-libris* da cidade e a sua mais grandiosa obra arquitectónica, para a concretização do meu Estágio Curricular no qual, importa salientar, desenvolvi uma parte essencial deste trabalho. Através da conjugação entre a visão empírica fundamentada pela minha experiência no local e o seu posterior e efetivo reconhecimento físico e temporal, pude compreender *verdadeiramente* a dimensão e a relevância Histórica, Social, Cultural e Artística vinculadas a este (em particular), e a todo o Património Mundial .

Por fim, e no que à efectivação do já referido Roteiro Turístico diz respeito, tornou-se igualmente imprescindível a oportunidade de participação nas actividades desenvolvidas pelo gabinete de Educação e Animação do C.C onde, para além da possibilidade de aprofundar e pôr em prática os conhecimentos adquiridos ao longo do primeiro ano curricular do curso de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios, se oportunizou a obtenção de experiência prática no âmbito da programação cultural e artística e na efectivação de percursos e roteiros turísticos incidentes na temática da Sustentabilidade, Preservação e Salvaguarda do Património e do Turismo.

## ***Capítulo I***

### **PATRIMÓNIO, TURISMO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

#### **1. Enquadramento Conceptual**

Caracterizado essencialmente como a representação física e intemporal de valores, práticas e atuações humanas consolidadas ao longo dos tempos, o Património Cultural é, desde os primórdios da História da Humanidade, alvo de um imenso deslumbramento e admiração. Por isso mesmo, cedo se consolidaram as práticas turísticas a si associadas, tornando este um setor emergente a partir do séc. XIX, e que surge inclusive como um dos seus principais segmentos.

Embora exista, de forma geral, uma compreensão genérica daqueles que são os principais conceitos associados aos domínios do Património e do Turismo Cultural, nem sempre nos é fácil ter uma percepção exata de algumas das suas concepções. Em razão disso mesmo e, no sentido de lhe providenciar uma contextualização teórica apresentem-se, neste primeiro ponto do Capítulo I, algumas das definições associadas e que se acham fundamentais para um sumo e amplo entendimento daquelas que são as especificidades deste nicho. Diante disso, os conceitos que de seguida apresentamos foram recolhidos a partir de referências bibliográficas e, nas quais se baseou a construção deste segmento do texto.

#### **1.1. Património Cultural**

Quando, em 1945, termina o grande conflito armado da Segunda Guerra Mundial, rapidamente se compreenderam as consequências destrutivas que esta havia tido sob o Património Cultural nos territórios afetados. Com efeito, e face à urgência de garantias futuras de proteção e resguardo, a UNESCO realiza, em 1954, uma convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado que, sendo unanimemente aprovada, marca o início da consciencialização global face à importância da salvaguarda do Património que, para os devidos efeitos, se considerou como:

a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem relevante importância para o património cultural dos povos, tais como monumentos arquitectónicos, de arte ou de história, religiosos ou laicos, sítios arqueológicos, conjuntos de construções de interesse histórico ou artístico, obras de arte, manuscritos e livros, e outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como colecções científicas e de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;

b) Os edifícios cujo objectivo principal e efectivo seja o de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea (a), tais como museus (...), bibliotecas, depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados destinados a proteger, em caso de conflito armado, os bens culturais móveis definidos na alínea (a);

c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais, tais como definidos nas alíneas (a) e (b), chamados de «centros monumentais».

*UNESCO (1954)<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> UNESCO (1954) *Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*. Artº 1, alínea a). Procuradoria Geral da República Portuguesa. Disponível em [https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/conv\\_prot\\_bens\\_culturais\\_conflito\\_armado.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/conv_prot_bens_culturais_conflito_armado.pdf). (Acedida em 03/03/2021)

Posteriormente, em 1972, a UNESCO invoca novamente à responsabilidade global para a prevenção, proteção e salvaguarda do património cultural instituindo, a partir da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, estratégias coletivas de defesa e salvaguarda dos bens patrimoniais que, para os efeitos, se consideraram como:

- a) Os monumentos: Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- b) Os conjuntos: Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- c) Os locais de interesse: Obras do homem, ou conjugadas entre o homem e a natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

*UNESCO (1972)<sup>2</sup>*

Por sua vez, o Conselho da Europa aprova, em 2005, a *Convenção Quadro Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade* onde se caracterizam como objetos de Património Cultural “um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, para além de propriedade, como um reflexo e expressão da constante evolução dos seus valores, crenças, conhecimentos e tradições. Isto inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo”

*Conselho da Europa (2005)<sup>3</sup>*

Ultimamente, em Portugal, a Assembleia da República decretou em 1985 a Lei nº 13/85, onde caracterizou por Património Cultural Português “todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecimento e valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”

*Diário da República Portuguesa (1985)<sup>4</sup>*

Mais tarde, já em 2001, a Lei nº107/2001 define as bases da política de protecção e valorização desse mesmo património considerando-se, para os devidos efeitos, que:

- a) Integram o património cultural todos os bens (...) testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante (...);
- [...]

---

<sup>2</sup> UNESCO, (1972) *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> (Acedida a 03/03/2021)

<sup>3</sup> Conselho da Europa, (2005) *Convenção de Faro*. Art.º 2, alínea (a). (Tradução própria). Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdfs/2008/09/17700/0664006652.pdf> (Acedida a 03/03/2021)

<sup>4</sup> Diário da República, (6 de Julho de 1985). Lei nº13/85, Art.º1. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdfs/1985/07/15300/18651874.PDF> (Acedida a 03/03/2021)

b) O interesse cultural (...) dos bens que integram o património reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e/ou exemplaridade;

[...]

c) Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também (...) os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

*Diário da República Portuguesa (2001)*<sup>5</sup>

Portanto, de uma forma resumida, e num entendimento pessoal, constituem-se por objetos de Património Cultural todos os vestígios civilizacionais, vinculados a uma região, a um povo e/ou a um grupo que, por serem testemunhos e manifestações da sua existência, se distinguem no espaço enquanto sustentos físicos e identitários da sua História, sendo enaltecidos e transmitidos de geração em geração. Consequentemente, está em si intrínseco um papel fundamental na construção da identidade das sociedades modernas, actuando simultaneamente como elo de ligação entre o passado e o presente, e fornecendo alicerces para a formação das gerações futuras.

## 1.2. Turismo Cultural

A principio de uma definição integra de Turismo Cultural, é necessário que se faça, primeiro, uma abordagem à definição daquilo que se considera por Turismo. E embora este seja um conceito cuja designação se vê repetidamente sujeita a diferentes interpretações priorizamos, para este trabalho, a designação atribuída pela OMT, que explica que “o turismo compreende as atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e estadas, fora do seu ambiente habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano e tendo por base fins de lazer, de negócios, ou outros“ (OMT, 1994), como citado em Sancho (1998).

Posto isto, e partindo do conceito a que anteriormente nos referimos, o Turismo Cultural surge como uma dimensão da atividade turística em que o propósito do visitante se prende fundamentalmente à experiência do património cultural incluso na região ou área visitadas. A Organização Mundial do Turismo refere-se, em 1985 a esta dimensão turística como “o movimento de pessoas que pratica o turismo por motivações culturais, podendo estas ser de diversa ordem, tais como visitas de estudo, assistência a eventos de artes performativas, festivais e visitas culturais a monumentos e outros sítios patrimoniais” (Marques, 2019, p. 23).

Posteriormente, em 2013, a mesma organização complementa o conceito e passa a definir Turismo Cultural como;

“O tipo de atividade turística na qual a principal motivação do visitante é aprender, descobrir, experienciar, e consumir as atrações e/ou produtos culturais, tangíveis e não tangíveis, de um destino turístico.

Estas atrações e/ou produtos relacionam-se com um conjunto de elementos materiais, intelectuais, espirituais, e emocionais, distintivos de uma sociedade e que engloba as artes, a arquitetura, o património histórico e cultural, o património gastronómico, as indústrias criativas e as culturas vivas, com as suas formas de vida, sistema de valores, crenças e tradições”

*OMT (2019)*<sup>6</sup>

<sup>5</sup> *Diário da República Portuguesa* (2001), Lei nº 107/2001, Art.º 2. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized> (Acedida a 03/03/2021)

<sup>6</sup> Organização Mundial do Turismo (2019). *Definições do Turismo* (e-book), p. 30. (Tradução própria). Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284420858>. (Acedida a 04/03/2021).

Por sua vez, também a ICOMOS já se havia pronunciado há algum tempo quanto à concepção de Turismo Cultural que definiu, em 1976, como “aquela forma de turismo que tem por objectivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos, exercendo, inclusive, efeitos muito positivos sobre estes tanto quanto contribui para a sua manutenção e protecção. Paralelamente, esta forma de turismo justifica os esforços que tal manutenção e protecção exigem da comunidade humana, devido essencialmente aos benefícios socioculturais e económicos que comporta (...)”

*ICOMOS (1976)*<sup>7</sup>

Já a ATLAS sustenta a descrição deste nicho subscrevendo as palavras de Greg Richards (1996), que se refere ao Turismo Cultural como “a deslocação de pessoas para atrações culturais, longe dos seus habituais espaços de residência, com a intenção de reunir novas informações e experiências para satisfazer as suas necessidades culturais”

*ATLAS (1996)*

Em síntese, e embora a sua definição não seja absolutamente categórica, o Turismo Cultural compreende, indubitavelmente, o conhecimento, a experiência, e a assimilação de diferentes e diversas culturas, tradições e práticas. Actuando enquanto promotor económico e social, este nicho promove essencialmente a aproximação humana, a compreensão e a tolerância entre povos tornando-se, por isso, um dos mais importantes e fundamentais âmbitos da prática turística

### **1.3. Desenvolvimento Sustentável**

Há já várias décadas que a Humanidade se vê diariamente confrontada com as gravíssimas consequências provocadas por comportamentos, expropriações, e usufrutos insustentáveis de recursos humanos, ambientais e económicos. O aumento das desigualdades sociais, as alterações climáticas, e a crescente escassez de recursos naturais são apenas alguns dos exemplos daquele que é, atualmente, o panorama global.

Por esses mesmos motivos, e mais outros tantos, cedo se reconheceu a urgência e obrigação de se adotarem posicionamentos e mudanças políticas, sociais e económicas que garantissem, a longo prazo, um desenvolvimento prudente e sustentável de todos os setores e indústrias mundiais e, partindo dessa mesma orientação fundamenta-se, em 1986, a Conferência Mundial sobre Conservação e Desenvolvimento na qual União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais propõe a Estratégia Mundial de Conservação, um documento que viria a definir os procedimentos fundamentais para a efetivação de um desenvolvimento sustentável, prevendo para isso:

1. A consciência social face ao valor do meio-ambiente e da sua conservação e desenvolvimento sustentado (...)
2. A salvaguarda de todas as necessidades humanas básicas;
3. A equidade e a justiça social;
4. A garantia da autodeterminação social e da diversidade cultural;
5. A preservação da integridade ambiental e ecológica;

*Estratégia Mundial de Conservação (1986)*<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> ICOMOS (1976). *Carta de Turismo Cultural*. Disponível online em <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/documentos.html> (Acedida a 04/03/2021)

<sup>8</sup> Jacobs, P. Munro, D (1986). *Conservation with Equity- Strategies for Sustainable Development*. Internacional Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), Cambridge, United Kingdom. (Tradução Própria). Disponível em <https://www.iucn.org/es/node/20319>. (Acedida a 08/03/2021)

No ano seguinte, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável publicou o Relatório *BrundLand- “Our Common Future”*, um documento precursor e inteiramente incidente sob a problemática ambiental, a sua proteção e a sua salvaguarda. Neste texto, que estabelece que “o desenvolvimento sustentável vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de irem ao encontro das suas próprias necessidades”, a comissão refere ainda que “a humanidade tem a capacidade de promover um desenvolvimento sustentável (...), sendo que este conceito implica limites. Não limites absolutos, mas limites impostos pelo atual estado (...) do usufruto social de recursos ambientais tendo em conta a capacidade da biosfera de responder aos efeitos dos comportamentos humanos”

*Relatório BrundLand (1987)*<sup>9</sup>

Posteriormente, nos inícios do novo milénio, reafirmam-se os compromissos mundiais face a adoção de políticas de desenvolvimento sustentável. Definidas pela ONU, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, em 2000, a Rio+10, em 2002, e ultimamente, a Rio+20 em 2012 tornam-se as diretrizes a partir das quais se fundamenta o conceito de desenvolvimento sustentável, baseado em quatro premissas principais: A conservação ambiental, a justiça e a igualdade social, e o equilíbrio económico.

Mais recentemente, em 2015, a ONU apresenta dezassete objetivos que visam a transformação sustentável do nosso mundo. A Agenda 2030- como se intitula o projeto- é um plano ambicioso, que aborda diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável para as sociedades, promovendo simultaneamente a paz e a justiça entre si, e formando uma lista de coisas a fazer em nome dos povos e do planeta (ONU, 2015). Segundo a especialista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Renata Rubian<sup>10</sup>, um desenvolvimento sustentável “é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Isso é feito, ao mesmo tempo, com o uso razoável dos recursos que a Terra pode oferecer, preservando as suas espécies e os habitats naturais”. Assim sendo e, partindo das anteriores concepções, tornam-se claras e evidentes duas conclusões fundamentais acerca da noção de Desenvolvimento Sustentável. A primeira - e mais importante - é a de que se torna, a cada dia, mais necessária e imprescindível a adoção global de soluções e práticas sustentáveis, de maneira a que se garantam para o futuro, as mesmas oportunidades, recursos, e mecanismos que a nós nos foram concedidos. Já a segunda, relativa ao seu conceito efetivo, podemos certamente reafirmar que este paradigma se baseia num equilíbrio basilar entre os três principais domínios de um Estado ou Nação: O domínio ambiental, o domínio social, e o domínio económico. Portanto, de uma forma resumida, é um estado sustentável aquele que promove e implementa uma gestão económica eficaz, um meio-ambiente ecologicamente sustentando, e uma sociedade equitativa e igualitária.

---

<sup>9</sup> (ONU) Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, (1987). *Relatório BrundLand- Our Common Future*. Cap. I e II, p. 15-24. (Tradução própria). Disponível em <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>. (Acedida a 08/03/2021)

<sup>10</sup> Em entrevista à Rádio ONU (2015). Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2015/10/1527651-entrevista-desenvolvimento-sustentavel-e-nova-agenda-2030>. (Acedida a 08/03/2021)

#### 1.4. Turismo Sustentável

Notabilizando-se mundialmente como um dos mais importantes setores face à promoção e ao desenvolvimento económico e social das regiões onde se estabelece, o setor turístico tem vindo a registar, desde meados do séc. XXI, um crescimento tão exponencial quanto veloz (Sancho, 1998). No entanto, e paralelas às suas conveniências económicas e sociais, a sua rápida eclosão representou também o surgimento de consequências preocupantes, nomeadamente a nível ambiental, e que cedo fazem soar os alarmes mundiais face à necessidade de se promover um desenvolvimento sustentável do turismo.

Assim, em 1993, a Federação Europeia de Parques Naturais e Nacionais publica um relatório inovador, reivindicando práticas de turismo sustentável a aplicar nas várias áreas protegidas da Europa. Assim, o *Loving Them to Death* conceptualiza o referido termo, definindo-o como “todas as formas de desenvolvimento turístico, gestão, e atividade que mantêm a integridade ambiental, social, e económica, assim como o bem-estar dos recursos naturais, construídos, e culturais para a perpetuidade”

*EUROPARC (1993)<sup>11</sup>*

Mais tarde, em 1995, realiza-se em Lazarote a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, da qual resulta a chamada Carta de Lazarote. Distinguindo-se como um manuscrito instrutivo e orientador, este documento apresentou uma lista de práticas de desenvolvimento sustentável orientadas para o setor turístico, salvaguardando que este “deve ser ecologicamente suportável a longo prazo, viável economicamente, e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais”

*Carta de Lazarote (1995)<sup>12</sup>*

Quase uma década depois, em 2003, a Organização Mundial do Turismo apresenta como definição de Turismo Sustentável:

“aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje assim como das regiões receptoras, ao mesmo tempo que protege e amplia as oportunidades para o futuro. Assim, este procura atender às atuais necessidades económicas e sociais de uma região, enquanto conserva os seus recursos naturais e (...) a sua integridade cultural (...) promovendo paralelamente a responsabilidade coletiva e a satisfação das expectativas dos turistas de maneira a que a atividade possa continuar indefinidamente (...)”.

*UNWTO (2003)<sup>13</sup>*

Posteriormente, numa parceria com o Programa Ambiental das Nações Unidas, a mesma organização publica um guião orientador, dirigido aos *policy makers*, e onde se complementa a definição de turismo sustentável, que passa então a ser aquele “tem em conta os impactos económicos, sociais, e ambientais, atendendo às necessidades dos visitantes, da própria indústria, do meio ambiente, e das comunidades locais”

*UNWTO (2005)*

---

<sup>11</sup> Citado em Moutinho, D (2011). *Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local: Projecto da Mata de Sesimbra* (p.15). Dissertação de Mestrado em Turismo com especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Lisboa.

<sup>12</sup> Conferência Mundial de Turismo Sustentável (1995). *Carta de Turismo Sustentável de Lazarote*. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/unwtodeclarations.1995.05.04> (Acedida a 09/03/2021)

<sup>13</sup> Citado em Hanai (2011), p.211

Ora, após as percepções obtidas a partir da leitura dos conceitos anteriormente nos referidos, torna-se para nós evidente não só a imprescindibilidade e urgência da aplicação de normas e práticas de sustentabilidade no setor turístico, mas também os amplos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos face à adoção dessas mesmas premissas. Assim, e baseado -se essencialmente no equilíbrio entre as esferas ambiental, ético-social e económica, a sustentabilidade turística é (e deve ser) o mote elementar no qual o futuro do setor turístico se deve estabelecer.

## **2. Património e Turismo Cultural: A Evolução e os Desafios do Setor**

Definido sobretudo, como a representação física e intemporal de valores, práticas e tradições humanas que se foram consolidando ao longo dos tempos dentro das comunidades, o Património Cultural da Humanidade eleva-se como um dos principais responsáveis não só pela difusão e afirmação de elementos identitários e de pertença no seio de um povo, mas também, e essencialmente, pelo significativo contributo que desempenha na transmissão e preservação dessas mesmas práticas, valores, e elementos no seio das comunidades que, intimamente influídas, se retratam e fundamentam a partir da contemporização dessas mesmas heranças. Assim, e por efectivar um papel tão significativo na construção e na identidade das sociedades modernas, o património surge como a representação física dos elos de ligação entre o passado, o presente e, esperançosamente, o futuro, possibilitando conjuntamente o contacto direto com a História da própria Humanidade e, sendo por isso, desde os primórdios civilizacionais, um foco de interesse, curiosidade, e encanto.

Ao mesmo tempo e de forma indivisa, também a cultura começa a ser alvo de um crescente interesse e entusiasmo. Outrora interdita á grande maioria, o setor cultural começa a evadir-se das elites e rompe na comunidade que, já de si entusiasta, se incita nas suas práticas, desenvolvimento, e preservação (Pérez, 2009). Em resultado disso mesmo, a Europa assiste, a partir de meados do séc. XX, a uma autêntica explosão cultural, onde se ampliam e desenvolvem espaços culturais representativos (eclosão de museus e galerias de arte), se revitalizam propriedades históricas e patrimoniais (tais como fábricas, quintas, escolas, etc.), se promovem novos produtos e serviços (espetáculos performativos, participação em atividades da comunidade), e se adaptam as ofertas às especificidades e preferências dos visitantes (ATLAS, 2005). Sucessivamente, num processo quase que imediato e provido de uma nova dinâmica económica e social (OCDE, 2009), assistimos, a partir de meados dos anos 70, a um crescimento significativo e exponencial do setor do Turismo Cultural e de Património (Richards, 1996), de tal forma que este passa a representar, dentro do contexto turístico, um dos mais importantes nichos do setor face à economia mundial (Marujo, 2015).

Dessarte, e embora não tenham sido de si exclusivas, é no continente Europeu que se concentra a grande generalidades das atividades turísticas associadas ao Património e à Cultura, sendo esta pretensão turística justificada sobretudo pelas suas distintivas históricas, sociais, patrimoniais, culturais e artísticas (Fernandes, 2008), responsáveis pela notabilização da Europa como um dos principais destinos do Turismo Cultural a nível mundial (OCDE, 2009). Em confirmação disso mesmo, são vários os estudos realizados por diversas organizações especializadas que comprovam precisamente este *favoritismo*. A *EuropaNostra*, uma federação europeia especializada na salvaguarda do património cultural e natural da Europa, partilhou precisamente um estudo onde se conclui que mais de 50% das atividades turísticas no continente foram motivadas por interesses culturais e/ou associados à sua herança patrimonial (OCDE, 2009). Ao mesmo tempo, também a

Comissão da União Europeia reforça esta conjuntura, afirmando oficialmente que é na Europa que se estabelecem os principais destinos de turismo cultural do mundo (...) sendo que este representa cerca de 40% do turismo europeu (CUE, 2014<sup>14</sup>). Paralelamente, e a título de exemplo, um estudo mais recente, feito em Portugal pela Autoridade Turística Nacional, refere que cerca de 39% das motivações e actividades turísticas realizadas no país se prendem precisamente com propensões face ao seu Património e a sua Cultura (TP, 2014<sup>15</sup>).

Posto isto e, fundamentadas essencialmente a partir destas interpretações e indicativos assim como em posteriores observações face à efetiva evolução deste mercado turístico no continente europeu, tornam-se para nós evidentes duas principais convicções; A primeira, que se detém nas suas características e particularidades únicas, é a de que são exatamente estes traços excepcionais que perpetuam a ultimação da Europa enquanto principal destino mundial para as práticas de turismo cultural, senão vejamos; enquanto berço do mundo ocidental, a sua História é uma das mais ricas, expressivas, e diversificadas do mundo. Paralelamente, o seu Património Cultural, é imenso e abundantemente diferenciado, da mesma forma que o são os seus povos oriundos, com os seus costumes e as suas práticas. Conjuntamente, associam-se também uma relativa percepção de segurança, assim como inúmeras facilidades na obtenção de recursos essenciais, tais com transportes, circulação de pessoas e mercadorias, comunicação, moeda única, etc. Assim, e somando estas conveniências a outras mais, específicas de cada país, reunimos na Europa uma vasta panóplia de condições de excepcionalidade e confiança, francamente convidativas.

Já a segunda, e em direta correlação, prende-se com a efetiva consumação deste continente enquanto principal emissor de turístico cultural a nível mundial, alcançando inclusive uma posição continuamente dominante dentro do setor e enquanto destino do turismo internacional (Richards, 2005, p.10). Não obstante e, porque o mercado turístico é caracteristicamente passível de alterações e adaptações contínuas, as últimas décadas têm também assistido à afirmação e ao desenvolvimento de novos destinos turísticos que, motivados essencialmente pelas potencialidades a si associadas, procuram desenvolver-se, adaptar-se, e claro, consolidar-se enquanto destinos de excelência no setor do Turismo Cultural. Exemplos disso mesmo são o continente asiático - que surge em segundo lugar no ranking dos principais mercados emissores de turismo cultural no mundo (UNWTO, 2019<sup>16</sup>) - e os Estados Unidos da América que, ocupando o terceiro lugar na tabela, se têm evidenciado enquanto destino preferencial aquando de práticas associadas a esta vertente turística<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Comissão da União Europeia (2014). *Reforçar o turismo dinamizando o património cultural, natural e marítimo da Europa*, p. 4 e 5. Bruxelas, Bélgica. Disponível em <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-15160-2014-INIT/pt/pdf> (Acedida a 10/03/2021)

<sup>15</sup> Inquérito promovido em parceria com a Turismo de Portugal, a Controliveste e a INTERCAMPUS. Disponível em [https://www.tsf.pt/Galerias/PDF/2014/12/Inquerito\\_Turistas2014.pdf](https://www.tsf.pt/Galerias/PDF/2014/12/Inquerito_Turistas2014.pdf) (Acedido em 13/03/2021)

<sup>16</sup> UNWTO (2019) Barómetro do Turismo Mundial, Vol. 17, 4ª emissão. (Tradução Própria). Disponível em [http://dadosfatos.turismo.gov.br/images/demanda/UNWTO\\_World\\_Turism\\_Barometer\\_2019\\_Edition.pdf](http://dadosfatos.turismo.gov.br/images/demanda/UNWTO_World_Turism_Barometer_2019_Edition.pdf) (Acedido em 15/03/2021)

<sup>17</sup> US Department of Commerce; President's Committee on the Arts and the Humanities (2005). *A Position Paper on Cultural and Heritage Tourism*, Washington D.C, USA. (Tradução Própria). Disponível em <https://www.americansforthearts.org/sites/default/files/CulturalTourism.pdf> (Acedido em 15/03/2021)

Em sustentação disso mesmo apresentam-se as previsões oficiais da OMT<sup>18</sup> que, face às tendências actuais do mercado turístico global, apontam para a efetivação de uma série de novas regiões e lugares culturais inseridos nos continentes acima referidos e dos quais se destacam, nos rankings das chegadas, países como (na região da Ásia e Pacífico) a China, o Japão e a Tailândia ou ainda (na América) o Canadá, o México e a Argentina (OMT, 2019<sup>19</sup>), países que começam gradualmente, a notabilizar-se enquanto destinos relevantes face à oferta e à procura de actividades, produtos e serviços associados ao Turismo Cultural. Paralelamente, as mesmas projecções apontam também para um considerável aumento de destinos turísticos *menos comuns* que, de forma célere, se vão direcionando para a promoção cultural e artística das suas regiões, desenvolvendo-se e afirmando-se enquanto destinos valorosos, únicos e distintivos, promotores efetivos de um maior reconhecimento, divulgação e conservação de heranças culturais *alternativas* ao Mundo Ocidental. Países como a Coreia do Sul, o Butão, a Argélia, e os Camarões são disso exemplo (UNWTO, 2019). Ora, face a estas tendências evolutivas do setor, podemos certamente (re)afirmar a magnitude e a importância que reiteradamente se atribui às idiosincrasias excepcionais e únicas do Património Cultural e Artístico das comunidades e que, testemunhadas e preservadas na sua herança e por si mesmos, se firmam enquanto agentes motivadores de interesse, curiosidade e fascínio, tornando-se inestimáveis na efetivação desses mesmos territórios enquanto destinos primorosos do Turismo Cultural Mundial. Contudo, e apesar da já referida sensibilidade com que os fluxos turísticos se vão formando e adaptando às conjunturas sociais e políticas de época, o continente Europeu continua incontestável, quer em termos de procura quer na óptica da oferta, enquanto principal destino mundial para a prática do Turismo Cultural (*op.cit*). Esta perpetuação justificar-se-á, na nossa opinião, a partir das suas prevalências históricas, sociais, culturais e artísticas às quais aliás, já havíamos feito referência e que denotam o Velho Continente do seu carácter místico, singular e inigualável.

Dessarte, é peremptório reforçar também que esta conjuntura turística da Europa é estreitamente assistida e consolidada a partir de inúmeras políticas e ações que priorizam o setor Cultural através de uma dinâmica diligente, adaptativa e progressista por parte de todos os seus *stakeholders* (Richards, 2001). Assim, e com incidência aos vários níveis administrativos, as políticas europeias têm vindo a desenvolver perseverantemente uma série de planos e atuações no sentido de adaptar o Turismo ao Património e à Cultura (e vice-versa) alicerçando-se sobretudo em quatro princípios elementares: 1) a valorização e preservação do Património, 2) o respeito multicultural, 3) a sustentabilidade do setor, e 4) o diálogo entre os vários *stakeholders* (Pérez, 2009). Com efeito, este reconhecimento peremptório da Europa face à importância e amplitude do seu Património Cultural e Artístico para a valorização, conservação, e consolidação da harmonia civilizacional e cultural de qualquer aldeia, região, ou país contribui invariavelmente para a sua perpétua soberania enquanto principal emissor de Turismo Cultural no mundo.

---

<sup>18</sup> OMT (2018). *Estimated International Arrivals Flows for 2018*. Disponível em: <https://www.unwto.org/statistic/basic-tourism-statistics> (Acedido em 15/03/2021)

<sup>19</sup> OMT (2019). *Tourism Data Dashboard: Outbound Tourism; Global and Regional Tourism Performance*. Disponível em: <https://www.unwto.org/unwto-tourism-dashboard> (Acedido em 15/03/2021)

## 2.1. Os Impactos do Turismo Cultural

De um modo geral, o setor do Turismo é sobretudo associado ao desenvolvimento e à prosperidade social e económica das regiões onde se consolida, sendo capaz de gerar uma multiplicidade de prerrogativas favoráveis ao desenvolvimento e à consolidação de um infindável número de destinos mundiais. Conjuntamente, a relação inerente e quase que indissociável entre o Turismo e a Cultura traduz-se, sobretudo na Europa a partir de meados do séc. XX, num impressionante advento de progresso e fomentação no seio do setor do Turismo Cultural que começa assim a expandir-se e a registar, com efeito, uma multiplicação gradativa e quase que ininterrupta de novos destinos (Richards, 1996).

Por consequência direta, esta efetiva consolidação turística rapidamente se torna aliciente e conveniente para as mais diversas áreas sociais e económicas nas regiões onde se afirma, sendo capaz de nelas favorecer e sustentar uma série de novas e promissoras valências que contribuem, conseqüentemente, para a sua afirmação, hegemonia, e prosperidade internas. A promoção de recuperações económicas em regiões fragilizadas, a criação de novas empresas e postos de trabalho e sobretudo, o reconhecimento cultural e identitário destes locais são apenas alguns dos exemplos daquelas que são as inúmeras mais-valias associadas ao Turismo Cultural e que, consideradas pelos vários *stakeholders*, favorecem e apoiam a afirmação mundial e consumada deste setor turístico (Pérez, 2009). Conjuntamente, a sinergia promovida pelo incentivo ao seu (re)conhecimento e consumo (que pressupõe a sua preservação e salvaguarda) contribuiu, simultaneamente, na validação global face à importância deste setor enquanto principal agente de divulgação, valorização, preservação, e salvaguarda dos seus Patrimónios e Heranças Culturais. Ulteriormente, a emergência do fenómeno da globalização contemporânea promoveu uma expansão setorial além fronteiras contribuindo paralela e significativamente para a disseminação e partilha entre as inúmeras identidades culturais e artísticas e fomentando paralelamente, o respeito e a admiração entre civilizações, povos e nações (OECD, 2009). Portanto, na sua génese, o Património e as Heranças Culturais traduzem-se, desde os primórdios das civilizações, nas suas maiores relíquias. Para além de se instituírem enquanto único meio de ligação entre o passado, o presente e o futuro da História da Humanidade, chegam-nos também enquanto únicos elementos capazes de individualizar e unir, em simultâneo, todas as civilizações modernas.

Contudo, e embora se reconheçam indubitavelmente as suas incontáveis valências, este setor não é, de todo, desprovido de danos e conseqüências nefastas. Os seus efeitos, positivos ou negativos, incidem sobretudo sob as pessoas e sob o seu meio, sendo que, por serem ambos passíveis de mudanças e adaptações, os deixa sujeitos às repercussões conseqüentes, por exemplo, de uma má gestão ou proveito turístico. Por isso mesmo, mas também e sobretudo pela sua dimensão global, é necessário entender o Turismo Cultural a partir das suas valências e contradições de forma a que se possam prevenir e/ou estimular os seus mecanismos conseqüentes. Dessarte, e fundamentada essencialmente a partir das referências bibliográficas consultadas ao longo do processo de elaboração desta dissertação reúnem-se, na seguinte tabela, aqueles que se consideram ser, actualmente, os principais impactos (positivos e negativos) instigados pelo setor do Turismo Cultural.

Pese embora esta tabela reúna apenas um breve resumo daquelas que são as repercussões mais significativas associadas ao setor do Turismo Cultural, o remate da sua análise sobreleva-nos para algumas questões que importam aprofundar, sobretudo pelo seu carácter promitente mas também alarmante e potencialmente lesivo ao Património Cultural da Humanidade.

## OS IMPACTOS DO TURISMO CULTURAL

	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
ÂMBITO SOCIO-CULTURAL	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO	<b>PERDA DE IDENTIDADE</b> ADAPTAÇÃO CONSTANTE AO TURISTA FOMENTA A PERDA DA IDENTIDADE LOCAL
	<b>VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE PRÁTICAS E TRADIÇÕES</b> APRECIÇÃO E PROCURA PELA EXCEPCIONALIDADE	<b>ACULTURAÇÃO E ALTERAÇÃO DE HÁBITOS</b> ALTERAÇÕES DE HÁBITOS E ROTINAS EM FUNÇÃO DAS PRETENSÕES DOS TURISTAS
	<b>REVITALIZAÇÃO DAS ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS</b>	<b>BANALIZAÇÃO/MERCANTILIZAÇÃO DO PRODUTO CULTURAL</b> CRIAÇÃO DE FALSOS ATRATIVOS
	<b>VALORIZAÇÃO E APRECIÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL</b>	<b>CENTRALIZAÇÃO/ELITISMO CULTURAL</b> OFERTA CONCENTRADA EM DETERMINADOS LOCAIS PROMOVE Desequilíbrios sociais e territoriais
	<b>AUMENTO DA TOLERÂNCIA CULTURAL</b> A CONVIVÊNCIA E A PARTILHA INTERCULTURAL PROMOVEM A EMPATIA E O RESPEITO	<b>AUMENTO DA INTOLERÂNCIA CULTURAL</b> COMPORTAMENTOS DESRESPEITOSOS E/OU PRÁTICAS DANOSAS SUSCITAM A DISCRIMINAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE E OS VISITANTES
	<b>AUMENTO DA OFERTA CULTURAL</b> A CONSTANTE ADAPTAÇÃO DO SETOR PROMOVE A CRIAÇÃO DE NOVOS ATRATIVOS	<b>SOBRECARGA DE INFRAESTRUTURAS</b> AUMENTO DE VISITANTES FRAGILIZA CAPACIDADE LOCAL DE RESPOSTA
	<b>REVITALIZAÇÃO DAS ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS</b> PROMOTORES DE EXCLUSIVIDADE E FASCÍNIO	<b>GENTRIFICAÇÃO/ DESERTIFICAÇÃO LOCAL</b> PROMOVIDAS SOBRETUDO PELA APROPRIAÇÃO E INFLAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO FACE À CENTRALIZAÇÃO DO PRODUTO CULTURAL
	<b>CRIAÇÃO DE PARCERIAS ENTRE <i>STAKEHOLDERS</i></b> PRESENÇA IGUALITÁRIA NA EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES ESTABELECIDAS PARA AS REGIÕES TURÍSTICAS	<b>DESVALORIZAÇÃO DA COMUNIDADE</b> AQUANDO DA TOMADA DE DECISÕES, A OPINIÃO PÚBLICA É CONTINUAMENTE DESCONSIDERADA
ÂMBITO ECONÓMICO	<b>DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL</b> IMPULSO DE NOVAS EMPRESAS E PRODUTOS	<b>INFLAÇÃO DOS PREÇOS</b> SERVIÇOS E BENS
	<b>DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTO ECONÓMICO</b> MAIS EMPRESAS E POSTOS DE TRABALHO	<b>INSTABILIDADE DO MERCADO RECEPTOR</b> DEPENDÊNCIA ECONÓMICA DO DESTINO FACE AO SETOR TURÍSTICO; SAZONALIDADE PROVOCA DISPARIDADES NO RENDIMENTO ANUAL
	<b>RECUPERAÇÃO ECONÓMICA DE REGIÕES FRAGILIZADAS</b> TURISMO PROMOVE EQUILÍBRIO ECONÓMICO	<b>COMPETITIVIDADE DESIGUAL</b> MONOPÓLIO EMPRESARIAL DO MERCADO TURÍSTICO PROMOVE A CESSAÇÃO DE PEQUENOS NEGÓCIOS
	<b>AUMENTO DAS RECEITAS ECONÓMICAS</b> FOMENTADAS PELA PLURALIDADE DE OFERTAS E PRODUTOS CULTURAIS	<b>EXPROPRIAÇÕES FORÇOSAS</b> PERDA DO CONTROLO DA COMUNIDADE QUE NÃO CONSEGUE SUPORTAR INFLAÇÃO DO MERCADO
ÂMBITO AMBIENTAL	<b>CONSERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA E NATURAL</b> EXEMPLOS: CIRCUITO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS (PORTUGAL) STONEHENGE (REINO UNIDO) CENTRAL PARK (EUA)	<b>SUB-EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS</b> EXPLORAÇÃO EXCESSIVA DE LOCAIS E RECURSOS, SOBRETUDO EM DESTINOS MENOS DESENVOLVIDOS EXEMPLO: MACHU PICCHU (PERÚ)
	<b>CONSERVAÇÃO E CUIDADO DA PAISAGEM</b> ATIVIDADE TURÍSTICA PROMOVE CUIDADO COM A PAISAGEM; MANUTENÇÃO DO FATOR APELATIVO	<b>DETERIORAÇÃO DE HABITATS</b> FAUNA E FLORA COMPROMETIDAS POR USUFRUTO DESMEDIDO
	<b>CONSCIENCIALIZAÇÃO AMBIENTAL</b> A PARTIR DO PRÓPRIO USUFRUTO	<b>DEGRADAÇÃO DA PAISAGEM</b> USUFRUTO DESMEDIDO, POLUIÇÃO DESCONTROLADA, COMPORTAMENTOS INDEVIDOS, ETC.
	<b>PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>	<b>DESENVOLVIMENTO URBANO EM ESPAÇO NATURAL</b> DIMINUIÇÃO DE ZONAS VERDES

A primeira e a mais significativa premissa que retiramos não só da tabela acima indicada mas aliás, de todas as concepções utilizadas na sua elaboração é o carácter único e excepcional com que o Património Cultural engrandece as regiões e comunidades onde se consolida. As suas particularidades actuam enquanto factor de exclusividade e atração, conferindo aos lugares e às suas tradições e costumes a sua maior valia enquanto fator de diferenciação e realce num setor de mercado lotado de ofertas, produtos e espaços. Por outro lado, a consolidação do seu Turismo associado promove e efetiva práticas que asseguram a preservação, o reconhecimento e a valorização do Património, viabilizando a efectiva continuidade deste setor que se assegura precisamente a partir deste mote de subsistência e desenvolvimento *auto-sustentável* (Richards, 2011). À vista disso mesmo, importa sobrelevar a importância da salvaguarda de todo o Património Mundial bem como da sua Produção Cultural enquanto tarefa multidisciplinar, permanente, e comunitária. Num mundo marcado pela contemporaneidade e pela globalização, a ironia da realidade coletiva tem vindo a denunciar-se pelo crescente bloqueio social, étnico, religioso, empírico, etc. que têm vindo a emergir a partir dos quatro cantos do mundo. De forma a contrariar essas correntes limitadoras, testemunha-se na Cultura e nas suas diversas manifestações um poder transformativo e inequívoco que concede às sociedades não só uma concepção de identidade e coesão coletiva mas também, e sobretudo, uma maior abertura e disponibilidade na construção de sociedades abertas, inclusivas e pluralistas. E é, em grande parte, por isso mesmo que a preservação e a salvaguarda de todas as Heranças Culturais é absolutamente imprescindível; a sua extinção significaria a própria eliminação da Humanidade como hoje a conhecemos.

Da mesma forma, e pese embora as suas contribuições se manifestem de forma colossal, os efeitos nocivos provocados pelo Turismo Cultural têm vindo também a constituir-se verdadeiras ameaças face à efectiva continuidade e estabilidade do setor. Inclusive, a própria integridade do Património e dos seus destinos é frequentemente posta em causa em prol de benefícios megalómanos, capitalistas e irrefletidos (Pérez, 2009).

Diante disto, tornam-se imperativas algumas tomadas de posição e decisão no sentido de se reconhecer e consciencializar os vários intervenientes para os efeitos negativos provocados pela prática irrefletida do Turismo Cultural, sendo que este deverá ser um trabalho palpável e autêntico, indo muito para além da concordância teórica na aplicação de medidas de contenção definidas em Conferências e Tratados Mundiais. Afirmando-se primeiro a um nível local, mas estendendo-se progressiva e efetivamente a toda a actividade turística, receptora e emissora, nacional e internacional, estas práticas representarão a exequibilidade de todo o setor do Turismo que, mediante estas, se decolara das consequências adversas do seu exercício irrefletido.

Contudo, é necessário evocar também que a consciencialização e o respeito face à prática turística sustentável é já uma realidade bem presente, têm vindo a pluralizar-se em contexto global. Na Europa, por exemplo, são já vários as cidades onde se pluralizam os esforços empreendidos no sentido de controlar e amenizar os efeitos negativos provocados pela prática do Turismo Cultural. Paradigmas disso mesmo são alguns centros urbanos- tais como Lisboa, Porto ou Veneza- onde as orientações governamentais têm vindo a efetivar um papel preponderante e atento no assentamento de medidas orientadas para a gestão adequada e sustentável face ao desenvolvimento turístico destas urbes e onde se aplicam, embora de forma moderada, contenções e normas que permitem a sua viabilidade (a médio e longo prazo) enquanto destinos turísticos notórios. Exemplos peremptórios destes mecanismos de *defesa* são medidas como; 1) Regulamentação de serviços e ofertas, nomeadamente na aplicação de quotas limitativas face ao número de

visitas permitidas durante determinado período e/ou aquando do licenciamento de novos espaços de alojamento local; 2) Multas significativas para comportamentos que acometam a integridade dos espaços e dos monumentos; 3) Criação de novos pontos de interesse assim como o encorajamento a visitas fora de períodos de época alta; 4) Interdição e/ou limitação horária na circulação de meios de transporte em áreas mais susceptíveis de transtorno público ou patrimonial, e ainda, 5) Participação continua da comunidade aquando do planeamento turístico local (UNWTO, 2018<sup>20</sup>).

Dessarte, estas são apenas algumas das propostas já firmadas em múltiplas cidades e que se encetaram numa tentativa de contorno às implicações negativas decorrentes da prática turística não só no Património Cultural mas também na própria sociedade local. A aspiração é a de que estas medidas possam e sirvam de exemplo a todas as outras regiões e/ou locais que, à semelhança destas, têm no Turismo Cultural a sua maior fonte de recursos e desenvolvimento económico e social mas também, e sobretudo, de reconhecimento e validação mundial.

## 2.2. O Exemplo das Rotas Turísticas

As Rotas ou os Roteiros Turísticos constituem-se como itinerários específicos e exclusivos que reúnem em si elementos significativos do Património Cultural, das Heranças e das Tradições passadas, testemunhando e ilustrando em si períodos e eventos relevantes e ímpares da História da Humanidade. *CEMAT (2006)*<sup>21</sup>

Como temos vindo a constatar ao longo deste relatório, o setor do Turismo Cultural é um mercado que se caracteriza sobretudo pela sua extensa e acentuada procura. As viagens turísticas com designios culturais que aliás, foram pioneiras no exercício e na eclosão do setor do Turismo (Pérez, 2009) estão cada vez mais generalizadas e dispersas a nível global e o surgimento frenético de *novas* cidades e regiões que baseiam as suas estratégias de desenvolvimento turístico na efetiva promoção do seu Património e Representações Culturais tem vindo a aumentar significativamente.

Consequência disso mesmo, a consumação de novas ofertas e destinos culturais tem convertido este nicho num dos mais competitivos da actualidade turística (Richards, 1996) sendo regularmente confirmados os esforços empreendidos pelos países, destinos, e regiões na efetivação da sua excepcionalidade e diferenciação aquando da sua procura e em termos da sua oferta. Ora, é precisamente neste contexto de elevada concorrência que a aposta na individualização local começa a revelar-se uma das mais importantes *armas* de reação por parte dos destinos turísticos que, em consequência, iniciam processos de especificação cultural face às preferências dos viajantes e estendem as suas propostas, por exemplo, à efetivação de Itinerários Culturais específicos (Costa, 2020).

O desenvolvimento destes itinerários propõe assim uma percepção diferenciada do Património e da Cultura, de modo a que os visitantes possam conhecer os destinos culturais abrangidos e, ao mesmo tempo, vivenciar e experimentar as suas tradições Históricas e Culturais, tudo de forma segura, confiável e planificada. Paralelamente, esta

---

<sup>20</sup> UNWTO (2018). “Overtourism?” *Understanding and Managing Urban Tourism Growth beyond Perceptions*. Madrid, Spain. Tradução Própria

<sup>21</sup> Adaptado de *CEMAT: Glossary of Key Expressions Used in Spatial Development Policies in Europe*. Presented at the 14th Session of the European Conference of Ministers responsible for Spatial/Regional Planning in Lisbon, Portugal. Tradução Própria

especificação do Turismo Cultural torna-se ainda mais apelativa (quando comparada com o turismo *tradicional*) uma vez que a sua oferta passa sobretudo pela concentração e organização de toda a atividade turística, estruturada a partir de um tema e de um destino (Aguilar, Ferreira & Pinto, 2012) que, a incidir nas preferências específicas dos seus participantes, anula todo o processo do planeamento prévio, individual e, muitas vezes, desconhecedor por parte do visitante. Por conseguinte, a propensão para a escolha de actividades turísticas culturais através de itinerários estruturados asseguram, em princípio, dois dos pontos mais cruciais aquando da efetivação da prática turística; o planeamento conveniente da própria visita e a garantia da autenticidade cultural da mesma.

Dessarte, quando bem concebidas, as rotas turísticas estabelecem-se enquanto actividades culturais excepcionais, geradoras de inúmeras vantagens, de tal forma que refere-nos Meyer (2004), os seus benefícios económicos e sociais provenientes tornam-se extensamente propícios e impulsionadores do seu desenvolvimento enquanto proposta estratégica do setor do Turismo Cultural. Paralelamente, estes circuitos atuam também enquanto mediadores prevaletentes e fundamentais aquando da dinamização social, económica e cultural do destino, promovendo para além da eclosão de novas entidades turísticas que aprimoram e complementam a experiência da própria visita, a criação de mais postos de trabalho e de novos produtos e ofertas, diferentes e variadas, únicas e exclusivas (demonstrações e/ou venda de produtos típicos, cafés e restaurantes, lojas, etc.). Desta forma, os então referidos itinerários culturais efectivam e consolidam-se a partir precisamente do seu desempenho multifacetado e abrangente, actuando simultaneamente como responsáveis pela atração de diferentes públicos, também eles com uma multiplicidade de motivações (Meyer, 2004). Paralelamente, não podemos deixar de referenciar também aquela que, para nós, é talvez a competência mais valorosa da concretização dos Roteiros Culturais; A sua determinante contribuição, imperecível e notável no enriquecimento e na disseminação das Heranças e das Tradições Culturais de todo o Mundo.

Contudo, e à semelhança daquilo que acontece com o próprio setor do Turismo Cultural em que se insere, também as rotas turísticas são susceptíveis às consequências adversas procedentes da sua efetivação imprudente nos destinos. Repercussões tais como a renúncia à participação da comunidade local, a massificação do turismo, a inflação dos preços, e/ou a fragilização dos ecossistemas são alguns dos exemplos das consequências danosas provocadas por um planeamento inadequado e imponderado. Dessarte, e fundamentada, mais uma vez, a partir das referências bibliográficas consultadas ao longo do processo de elaboração desta dissertação reúnem-se, na seguinte tabela, aqueles que se consideram ser, actualmente, os principais impactos (positivos e negativos) instigados pela efetivação de Rotas Turísticas em Destinos Culturais.

À vista desta tabela e, à semelhança daquilo que elucidamos para a Tabela 1 deste relatório, também esta se refere apenas a um breve resumo daquelas que são, atualmente, as principais decorrências associadas à consolidação dos Roteiros Culturais. Contudo, para o seguimento deste trabalho, considerámos proveitosa a apresentação sucinta daqueles que são, na nossa opinião, as considerações e os propósitos necessários para o desenvolvimento e posterior efetivação de Rotas Turísticas bem sucedidas.

## OS IMPACTOS DAS ROTAS TURÍSTICAS NOS DESTINOS

	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
ÂMBITO SOCIO-CULTURAL	<b>FOMENTAÇÃO DE UMA IDENTIDADE COMUM</b> PROMOÇÃO DE UMA IDENTIDADE COMUM; ORGULHO E APROXIMAÇÃO ÀS HERANÇAS CULTURAIS	<b>DESVALORIZAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL</b> SÃO FREQUENTES OS ITINERÁRIOS TURÍSTICOS ONDE NÃO EXISTE NENHUM CONTACTO ENTRE OS TURISTAS E A COMUNIDADE
	<b>PROMOÇÃO DE INTERCÂMBIOS CULTURAIS</b> ALTERNATIVAS E (RE)CONHECIMENTOS DE DIFERENTES CULTURAS E TRADIÇÕES. PROMOÇÃO DA ACEITAÇÃO E DA ABERTURA COMUNITÁRIA	<b>ATRITOS: COMUNIDADE VS VISITANTES</b> A PROGRAMAÇÃO DE ROTAS TURÍSTICAS SEM O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL PODE POSSIBILITAR A SUA OSTRACIZAÇÃO
	<b>PLURALISMO E DIVERSIDADE CULTURAL</b> CONSOLIDAÇÃO DE DIÁSPORAS CULTURAIS	<b>DEGRADAÇÃO DA PAISAGEM</b> USUFRUTO DESMEDIDO, POLUIÇÃO DESCONTROLADA, COMPORTAMENTOS INDEVIDOS, ETC.
	<b>PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO E DA DIVERSIDADE CULTURAL</b> AS ROTAS CULTURAIS CONTRIBUEM SIGNIFICATIVAMENTE PARA A PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO E DAS SUAS CONSTRUÇÕES CULTURAIS	<b>MASSIFICAÇÃO DO TURISMO</b> OS ROTEIROS TURÍSTICOS PODEM PROMOVER A PROCURA EXCESSIVA DE DETERMINADOS LOCAIS, CONTRIBUINDO PARA A SUA DEGRADAÇÃO
	<b>COOPERAÇÃO E FORTALECIMENTO DE RELAÇÕES ENTRE OS VÁRIOS <i>STAKEHOLDERS</i></b> NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL: FORMAÇÃO DE REDES COOPERATIVAS E INTERDEPENDENTES	<b>COMPETITIVIDADE ENTRE <i>STAKEHOLDERS</i></b> AMBIÇÕES DE PREDOMÍNIO TURÍSTICO FOMENTAM CONFLITOS ENTRE OS VÁRIOS INTERVENIENTES
	<b>CRIAÇÃO E RECONHECIMENTO DE NOVAS OFERTAS E PRODUTOS TURÍSTICOS</b> ATRATIVIDADE PROMOVIDA PELA DIFERENCIAÇÃO E SINGULARIDADE DA OFERTA	<b>CRIAÇÃO DE FALSOS ATRATIVOS</b> COMERCIALIZAÇÃO CULTURAL DESVALORIZA A SINGULARIDADE DO PATRIMÓNIO. EXEMPLO DA COMERCIALIZAÇÃO DO AR DO SANTUÁRIO DE FÁTIMA
ÂMBITO ECONÓMICO	<b>SEGURIDADE TURÍSTICA</b> CONTRIBUI NA INDEPENDÊNCIA DE LOCAIS SUJEITOS A PARTICULARIDADES TURÍSTICAS, COMO A SAZONALIDADE	<b>DESCONSIDERAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE</b> ROTAS SUSTENTÁVEIS SÃO FREQUENTEMENTE REJEITADAS EM PROL DOS BENEFÍCIOS ECONÓMICOS
	<b>EQUILÍBRIO E CRESCIMENTO ECONÓMICO</b> FOMENTA A CRIAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS E POSTOS DE TRABALHO	<b>AGRAVAMENTO DE DISCREPÂNCIAS ECONÓMICAS</b> PRIVILÉGIO DE DETERMINADOS LOCAIS EM PROL DE OUTROS; AUMENTO DE DESIGUALDADES SOCIAIS EXEMPLO DA BARRA DA TIJUCA E FAVELAS (BRASIL)
	<b>DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL</b> A CONSOLIDAÇÃO DE ROTAS TURÍSTICAS PROMOVE A DIVERSIFICAÇÃO DE RECEITAS PROVENIENTES	<b>INFLAÇÃO DOS PREÇOS</b> ASSOCIADA AOS SERVIÇOS E BENS INSERIDOS NO TRAJETO TURÍSTICO
ÂMBITO AMBIENTAL	<b>CONSERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA E NATURAL</b> AS ROTAS TURÍSTICAS SUSTENTAM O CUIDADO COM A PAISAGEM, SENDO QUE A SUA MANUTENÇÃO FUNCIONA COMO FACTOR ATRATIVO	<b>DESRESPEITO PELA CAPACIDADE MÁXIMA DE OCUPAÇÃO</b> CIRCUITOS TURÍSTICOS PODEM COMPROMETER A INTEGRIDADE DOS ESPAÇOS MEDIANTE A MASSIFICAÇÃO DO SEU USUFRUTO
	<b>EXPERIENCIAÇÃO DO PATRIMÓNIO</b> A ROTA TURÍSTICA PERMITE, AO INVÉS DA MERA CONTEMPLAÇÃO, UMA VIVÊNCIA EFETIVA NO PATRIMÓNIO	<b>FRAGILIZAÇÃO DE ECOSISTEMAS</b> SUB-EXPLORAÇÃO DE RECURSOS

TABELA 2. ADAPTADO DE AGUIAR, FERREIRA &amp; PINTO (2012); MAYER (2004)

Um dos elementos que se considera fundamental na consolidação de um Roteiro Turístico viável e sustentável é a formação prévia de redes de apoio e cooperação entre os vários *stakeholders* (Meyers, 2004). Qualquer actividade turística estruturada a partir dos princípios da sustentabilidade deve comprometer-se e assegurar a participação ampla, equilibrada, e igualitária de todas as partes envolvidas e/ou condicionadas pela sua prática e, por isso, a construção de um agrupamento sólido e colaborativo entre os governos, as empresas turísticas, e a comunidade local é um dos princípios elementares na qual se deve estabelecer não só a projeção de Itinerários Culturais mas de todas as actividades turísticas. Conjuntamente, a cooperação cimentada entre os *stakeholders* representa a contribuição plena de todas as energias e competências, beneficiando, em função disso mesmo, o desenvolvimento social e económico das regiões onde se estabelece (Meyer, 2004).

Outro dos aspectos mais pertinentes a ter em conta no desenvolvimento de uma Rota Turística passa pela identificação da excepcionalidade e originalidade dos seus produtos e das suas ofertas regionais (Costa, 2020). Mediante a extrema diversidade de gostos e preferências que o Turismo vai comportando a nível mundial, a criação de uma Rota Turística deve primar pela sua singularidade e conteúdo sendo estes os fatores que, ulteriormente, a tornarão destino de preferência. Neste sentido, uma avaliação prévia da região, das suas necessidades e dos seus recursos turísticos será absolutamente proveitosa. Sobrevindo desse estudo preliminar, a Rota poderá desenvolver-se indo ao encontro das preferências dos turistas mas também das necessidades locais e dos seus *stakeholders* (Costa, 2020).

Por fim, subsiste ainda outro elemento meritório; o fator promocional do próprio itinerário. Tão crucial quanto os dois pontos acima mencionados, o êxito de uma Rota Turística passa também pela sua capacidade *publicitária* dentro do mercado uma vez que, como refere Meyers (2004, p.25) “as práticas promocionais bem-sucedidas (...) garantem e criam uma procura turística estável (...). Isto significa, resumidamente, que a viabilidade de qualquer Rota Turística estará sempre dependente da instituição das suas políticas de *marketing* e publicidade, responsáveis pela comunicação da própria actividade ainda antes da sua efetiva consolidação.

Dito isto, sobeja-nos uma reflexão face à conclusão mais protuberante que retirámos do estudo incidente nos impactos das Rotas Culturais nos destinos e que passa precisamente pela sua compreensão enquanto produto multifacetado, progressista e auto-sustentável. Contudo, é também importante referir que, pelo seu papel determinante na promoção, preservação e salvaguarda do Património Cultural, é urgente que na sua concepção sejam considerados todos os elementos necessários à sua estruturação conscienciosa e responsável, fundamentando-se as mesmas em princípios de resguardo, transmissibilidade e reconhecimento dignos e verdadeiros, mas também e sobretudo, de sustentabilidade e preservação face às suas inúmeras Heranças e Tradições Culturais.

### **3. O Turismo no Património Cultural: Desafios para o Futuro**

Actualmente, e a nível global, o setor do Turismo Cultural é uma das principais e mais solicitadas valências do mercado turístico, tendo vindo a assistir, desde meados do séc. XX, a uma progressiva e clara expansão. Motivada sobretudo pela multiplicidade dos seus serviços e das suas ofertas, a crescente procura pelo setor do Património Cultural tem vindo a centralizar a grande maioria dos turistas dentro da perspectiva global e o setor corresponde hoje, a cerca de 40% do volume total do Turismo Mundial (OCDE, 2009).

Ora, no seguimento desta perspectiva, é justificado que se reconheça ao setor do Património e da Cultura uma profunda dimensão modelar, capaz de orientar e transformar quaisquer dinâmicas nas comunidade em que se insere. Contudo, e assim como o Turismo pode mudar o mundo, também o mundo pode mudar o Turismo e as alterações frenéticas provocadas por fatores tão circundantes como a globalização, a actual crise pandémica e/ou as emergências climáticas tornam o setor susceptível a uma série de desafios capazes de afectar a sua perpetuidade e, em consequência, a sua transmissão às futuras gerações.

No sentido desta dinâmica volátil e no quadro da atual complexidade social, económica e ambiental em que se insere o Turismo Mundial, torna-se preponderante e necessário ao futuro do setor Cultural que se faça uma antecipação e uma abordagem prognósticas sobre aqueles que são ou que poderão vir a ser os maiores desafios com que este nicho se irá debater nas próximas décadas. Posteriormente, e partindo da necessidade de um trabalho coletivo, encontrar-se-lhe-ão (esperemos) as soluções mais propícias e ajustadas, sendo no entanto fundamental que se reconheça paralelamente, a imprescindibilidade de moldes assentes nas perspectivas da integridade social, do respeito cultural e da sustentabilidade ambiental e turística (Richards, 2009) .

Não obstante, apresentam-se de seguida aqueles que, para nós, se efectivam como os principais e últimos desafios para o futuro do Turismo do Património Cultural.

### 3.1. Sustentabilidade Cultural

*“Preservar os valores e as tradições da comunidade, valorizar o saber da população, e aumentar a notoriedade dos seus elementos culturais”*

Um dos maiores desafios para o futuro do Turismo Cultural será assegurar a sua sustentabilidade aquando do seu desenvolvimento e na efetivação da sua prática. E isto porque, para além da obrigação da sua perpetuidade enquanto depositário da História, da Memória, e da Sabedoria coletiva do Homem, a sua própria continuidade enquanto vertente do setor do Turismo Mundial está disso mesmo dependente.

Contudo, e ainda que o Turismo se efective enquanto principal promotor de reconhecimento e apreciação face ao Património Cultural, o seu desenvolvimento e consequente prática nem sempre se desassocia das suas repercussões mais nocivas, sendo inclusivamente frequentes em inúmeros destinos culturais uma pluralidade de inconvenientes associados à massificação irrefletida da sua procura (Richards, 2009). Questões tais como a sobrelotação de espaços, a aculturação e a perda e autenticidade/identidade locais são apenas alguns dos exemplos daqueles aspectos que, como já referimos anteriormente, vão minando paulatinamente a viabilidade quer da própria experiência turística, quer do próprio nicho.

Conjuntamente, reconhece-se também, na grande maioria dos seus problemas associados, uma concepção geral do Património enquanto mero produto de um sistema capitalista que o anuncia e promove apenas sob pretextos de *merchandising* e publicidade (Richards, 2009) associando-se a esta circunstância, já de si consideravelmente gravosa, as consequências decorrentes da banalização irrefletida do Património Cultural, e que se afirmam sobretudo pela fixação de mercados tendenciosos e orientados para uma evidente massificação turística. Simultaneamente, e acrescentando-se a estas decorrências fatores restritivos tais como a ausência de relações de parceria entre os vários *stakeholders* e a comunidade local (Richards, 2009) e a conjugação interna do setor do Turismo Cultural visualizar-se-á inexequível, sobretudo quando projetada a médio e a longo prazo.

Ora, é precisamente nesse sentido que as premissas da Sustentabilidade e da Salvaguarda do Património Cultural e do seu Turismo associado devem ser o mote basilar aquando do planeamento, desenvolvimento e afirmação de destinos, ofertas e práticas turísticas direcionadas. Só a partir da sua efetiva concordância enquanto base fundamental de toda a prática turística é que se pode garantir, para além de um equilíbrio harmonioso entre a integridade do Património Cultural e Artístico e das pessoas que dele querem usufruir, a sua consumada transmissão para as gerações futuras (Interage Europe). Simultaneamente, urge também o trabalho conjunto entre as entidades governamentais, os *stakeholders*, e as comunidades locais no sentido de se assegurar em simultâneo com a Salvaguarda e Sustentabilidade do Património Cultural, um efetivo crescimento do seu Turismo, satisfazendo concomitante e equilibradamente, todas as necessidades económicas, ambientais e turísticas da sociedade e dos seus visitantes.

Embora permaneçam imprescindíveis e urgentes todas as campanhas de alerta e sensibilização para a Sustentabilidade do Património e do Turismo Cultural, a realidade dos factos demonstra que a consciencialização turística é, cada vez mais, uma realidade efetiva e prioritária do séc. XXI. Contudo, existe ainda um longo percurso de trabalho e esforço conjunto para a instituição palpável de um Turismo Cultural predominantemente sustentável. A ambição para o futuro deste setor do Turismo é a de que este se possa firmar, cabalisticamente, a partir desses mesmos valores.

Dito isto, concluímos este ponto do trabalho com a apresentação sucinta daquelas que, segundo os Projetos *KeepOn* (Interreg Europe) e *Making Tourism More Sustainable* (ONU:UNEP&WTO<sup>22</sup>) são as prerrogativas fundamentais para um desenvolvimento e posterior afirmação de novos e renovados destinos culturais, conducentes de práticas e ofertas de Turismo Cultural Sustentável. São elas:

- 1) O Respeito pelas Comunidade Anfitriãs, pela sua herança Patrimonial, Cultural e Artística, e pelos seus valores tradicionais. Contribuição simultânea para a tolerância, para a compreensão e para a transmissão do Património Cultural;
- 2) O Envolvimento da Comunidade Local: Fortalecer a consciência comunitária face ao seu Património e encorajar o intercâmbio de experiências e de transferências de conhecimento entre peritos, as autoridades e os cidadãos locais;
- 3) A Monitorização e o Estudo do mercado turístico. O desenvolvimento de planos estratégicos para o Turismo Cultural deve ser baseado em objetivos claros e que garantam a gestão sustentável do Património e o equilíbrio entre este e os valores inerentes à integridade social e económica local;
- 4) O Usufruto consciente dos recursos naturais envolventes promovendo a sua conservação e garantindo que os procedimentos pertencentes são ecológicos e contribuem para a preservação da biodiversidade local;
- 5) A Salvaguarda e a Manutenção de atividades educativas contínuas: Promover a consciencialização sobre os valores culturais do Património aumentando paralelamente o conhecimento dos cidadãos sobre o mesmo;

Esta lista, embora se reconheça bastante concisa, apresenta de forma clara e prática aquelas que são as deliberações necessárias aquando da efetivação de qualquer projeto que vise o Turismo Cultural no Património Material e Imaterial da Humanidade. Com base nestas práticas, é-nos possível traçar um caminho futuro que, actuando de encontro a estas diretrizes, garantirá a Sustentabilidade e a Salvaguarda de todo este setor turístico.

---

<sup>22</sup> Abreviaturas para *United Nations Environment Program & World Tourism Organization* respectivamente.

### 3.2 Conectividade entre *Stakeholders*

Por incorporar uma enorme diversidade de produtos, atividades e organizações, o setor do Turismo Cultural integra também diversos *stakeholders*. Contudo, a efetivação de ligações colaborativas entre si nem sempre é uma realidade tornando-se inclusivamente mais rara se incidirmos o estudo no caso concreto das comunidades locais. Reconhecidamente indispensáveis para o próprio desempenho dos destinos turísticos, o estabelecimento de alianças e parcerias entre os seus mediadores deve ser um dos pontos elementares aquando da afirmação e/ou monitorização dos destinos culturais, tendo mesmo que ser encarado como um dos fatores mais importantes para a legítima garantia da sua competitividade e prestígio internacional (Richards, 2009).

Ao mesmo tempo, e de forma intercalada, a efetivação destas redes colaborativas deve compreender sempre o contacto e a participação contínua da comunidade local. Isto porque, para além de ser parte integrante do próprio Património Cultural, é sobre si que os principais impactos da prática turística irão incidir e, por isso, é absolutamente necessário que se faça “um reconhecimento efetivo da população local como parte integrante da própria herança cultural e por isso, merecedora de conservação e proteção tanto quanto os outros aspectos do destino” (Lickorish (2000) *como citado em* Agnol, 2012). A ausência desta intervenção aquando do planeamento turístico poderá traduzir-se numa consequente reprovação da própria prática turística por parte dos habitantes locais, que veem as suas pretensões e expectativas desconsideradas e, ao mesmo tempo, (re)direcionadas em proveito e benefício exclusivo das empresas e dos visitantes. Exemplos factuais disso mesmo são os fenómenos da aculturação turística, as eclosões inflacionárias em centros culturais e, conseqüentemente, o aumento de tensões entre a comunidade e os seus visitantes (Agnol, 2012). Ora, para que seja possível contornar estas adversidades, é urgente e obrigatório que as organizações públicas e privadas operem no setor mediante a instituição de modelos de cooperação e auxílio entre si e as comunidades, de modo a que sejam ultrapassados, de forma eficaz, todos os constrangimentos próprios de um mercado crescentemente caracterizado por alterações frenéticas e globalizantes aos níveis quer da procura, quer da oferta. Ademais, e porque a viabilidade dos destinos estará disso mesmo dependente, é impreterível para a sustentação do Turismo Cultural que a implementação destas novas estratégias turísticas seja fundamentada na participação conjunta e equilibrada de todas as partes envolvidas ao mesmo tempo que se fomentam relações uniformes de cooperação e confiabilidade entre si, numa parceria que garanta o encontro com os novos paradigmas do Turismo Cultural Sustentável.

### 3.3 Autenticidade

Como temos vindo a referir ao longo desta dissertação, o Património Cultural da Humanidade exerce um papel preponderante no resgate e na preservação da História, da Memória e da Identidade Coletiva dos povos, sendo por isso imprescindível que se garanta a sua transmissão legítima e autêntica às próximas gerações.

Não obstante, e diante da aceleração volátil com que as dinâmicas sociais do setor do Turismo Cultural se alteram, a eclosão e posterior disseminação de *novas* referências patrimoniais, culturais e artísticas começam a ser uma realidade, promovida sobretudo por uma tentativa dos destinos turísticos de se singularizarem dentro de um mercado saturado em ofertas e produtos. Esta proliferação de novas e melhoradas atrações culturais, por si só, não apresenta quaisquer repercussões para a sustentabilidade do setor promovendo aliás, o seu desenvolvimento social e económico assim como o das próprias regiões onde

se consolida. Contudo, e embora se reconheça maioritariamente promissor, este fenómeno expansivo não se têm afirmado sem algumas contrariedades e a gradual manipulação dos produtos culturais e/ou da própria identidade e memória coletiva com um objetivo meramente consumista são disso mesmo exemplo (Perez, 2009). Consequência direta, assistimos amiúde à disseminação de ofertas e produtos culturais cuja autenticidade é sobretudo encenada e onde se descredibiliza a própria integridade do Património em detrimento das expectativas dos visitantes. Em resultado, sobejam-se inúmeras ofertas cujo grosso modo carece de autenticidade e ao qual o turista é incitado ao consumo sob a ilusão de se tornar, ele mesmo, parte integrante do processo cultural local. Numa clara crítica à inércia do setor face a esta problemática, Perez (2009, p.123) acautela para a existência actual de uma crescente predominância de mercados cuja autenticidade cultural e *nativo real* são desconsiderados e/ou dissimulados prevalecendo, ao invés, uma mera simulação do Património e das suas Representações em benefício único do intercâmbio económico.

Tenhamos como exemplo o polémico caso da comercialização do ar e a da água do Santuário de Fátima<sup>23</sup>, cujo *marketing* retratava como *sagrado* e cujas pretensões turísticas originaram uma das maiores afluências de sempre à cidade ou do processo de aculturação do famoso *TeddyBear* enquanto símbolo do Património Cultural britânico.

Embora reconheçamos que nenhum destes casos é particularmente desfavorável à integridade do Património local pretende-se, com os seus exemplos, uma chamada de atenção. É impreterível para o setor do Turismo Cultural que se comece a contrariar (já) esta tendência *inventiva* para a difusão de representações culturais manipuladas e irreais, e que se cimente, em oposição, o seu desenvolvimento a partir de mecanismos sustentáveis, baseados na sua transmissão individual e autêntica. Isocronicamente, o Património Cultural e Artístico da Humanidade deve ser entendido e aproveitado enquanto elemento excepcional, indulgente e dinâmico das sociedades, capaz de se adaptar às necessidades sociais do presente e de, a partir delas, gerar inúmeros benefícios. Contudo, é crucial que, para a sua viabilidade enquanto vertente do setor turístico, se faça o seu usufruto a partir de condutas e procedimentos conscienciosos, íntegros e autênticos. Somente assim se irá garantir quer a sua concretização sustentável quer a sua transmissibilidade originária.

### 3.4. Criatividade

O último dos desafios que antevemos para a definitiva prosperidade do setor do Turismo Cultural está, à semelhança da problemática da Autenticidade, associado ao aumento gradativo da diversidade e da exigência com que os turistas vão desafiando o mercado Cultural e diz respeito à Criatividade aquando da sua produção e consolidação no mercado actual.

Entendemos de forma indiscutível que o Turismo e a Cultura estão preliminar e intimamente relacionados entre si sendo inclusive o Turismo Cultural um dos principais segmentos do mercado turístico a nível global (Richards, 2010<sup>24</sup>). Contudo, e como de resto já referimos anteriormente neste trabalho, o seu êxito exacerbado motivou, paralelos

---

<sup>23</sup> Revista Visão (2016). “A estranha moda de vender ar enlatado”. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2016-07-05-a-estranha-moda-de-vender-ar-enlatado/>

<sup>24</sup> Richards, G. (2010). *Tourism Development Trajectories- From Culture to Creativity?* in Revista Encontros Científicos: Tourism & Management Studies, nº6. Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve. Portugal.

aos seus efeitos positivos, também uma série de efeitos negativos que contribuíram para que este setor se tornasse uma *vitima* do seu próprio sucesso.

Preso num ciclo vicioso, o desenvolvimento do Turismo Cultural assenta maioritariamente na atração de grandes números populacionais a determinados destinos onde, em consequência de uma procura massificada, se vão instituindo uma série de problemas associados (Richards, 2010). Resultado disso mesmo, o mercado para o qual o Turismo Cultural estaria inicialmente direccionado começa agora a ser aquele que mais o contesta. O Turista Cultural começa ele próprio a evoluir e, mais do que a mera percepção ou visita ao Património, este ambiciona uma participação efetiva da própria experiência assim como o contacto directo e efetivo com as suas representações, materiais e imateriais. Ao mesmo tempo, esse mesmo turista que outrora seleccionava os seus destinos de acordo com a sua popularidade e/ou dimensão cultural começa agora a renunciar ao *tradicionalismo* desta prática turística e distancia-se cada vez mais dos grandes centros culturais e do seu claro consumo desmesurado e desentendido procurando, ao invés, locais cuja notoriedade e afluência sejam menores.

Desta forma, um novo paradigma de Turismo Cultural começa a insurgir dentro do setor, compelindo o mesmo à aquisição de novos modelos de produção e desenvolvimento Cultural e, precisamente a partir dessa exigência (ou até mesmo no âmbito da sua evolução natural enquanto nicho turístico) começam a desenvolver-se, no sei seio, novas concepções de atractividade. Mediante a requisição de experiências mais genuínas e autênticas, fundamenta-se a Criatividade enquanto “a nova geração do turismo que surge diretamente vocacionado para a experimentação autêntica (...) das artes, do património e/ou do local visitado e facilita a ligação entre a comunidade e aqueles que visitam o local, criando assim uma cultura viva” (UNESCO, 2006).

Portanto, noutras palavras, aquele que seria o eixo precursor do Turismo Cultural acaba por se tornar, a longo prazo, a sua maior lacuna e a saturação do seu mercado insurge a novos paradigmas. A Criatividade surge então como uma das alternativas mais promissoras na consolidação de novos produtos e atrativos, oferecendo experiências mais autênticas e reais no Património, e a partir do qual se desenvolvem práticas e ofertas cuja participação ativa do turista é o mote principal. Actividades de aprendizagem lúdica, cultural e/ou artística são ampliadas e, em simultâneo, promove-se a aproximação e a interação prática do turista quer ao Património Material quer ao Imaterial, com a interação entre o visitante e a comunidade, com o seu modo de vida e cuja percepção é agora orientada para o contacto e a partilha direta (Richards, 2009). Simultaneamente, os destinos começam também a investir em novos ou renovados produtos e ofertas, desenvolvendo actividades mais *íntimas* e específicas, tais como Rotas Turísticas típicas e exclusivas, encenações de acontecimentos representativos ou até a própria participação do turista na produção de produtos típicos (exemplo das Rotas das Vindimas em Portugal). Para elucidar melhor toda esta dinâmica podemos tomar como exemplo as cidades europeias actualmente presentes na Rede de Cidades Criativas da UNESCO. Por identificarem na Criatividade um fator elementar na efetivação do seu desenvolvimento turístico, estas servem de modelo a todos os destinos cujo processo de adaptação está ainda por iniciar e define, paralelamente, aquelas que são as matrizes fundamentais na concretização de um Turismo Cultural Criativo.

Assim, por tudo isto, mas sobretudo, pelo carácter renovador e consciencioso com que se vem inserindo no setor do Turismo Cultural, a Criatividade tornou-se já umas das valências mais fundamentais para a sua *renovação* e posterior consolidação enquanto vertente progressista e sustentável do Turismo.

#### 4. A Educação no Património Cultural: Salvaguardar e Sustentabilizar

Actualmente, a dimensão contemporânea com que o Turismo Cultural nos é concedido divide-se, essencialmente, em dois fenómenos aparentemente antagónicos: Por um lado, a Globalização Cultural favorece as conjunções e os panoramas essenciais para a difusão de inúmeras heranças e saberes coletivos e fomenta a disseminação generalizada dos inúmeros Patrimónios Culturais no Mundo. Por outro lado, a *Especificidade* Cultural fomenta as pretensões e os interesses individuais dos turistas que se direccionam cada vez mais para um tipo de Património específico, inserido na sua grande maioria, em locais e/ou regiões também elas quase que eremíticas. Eventualmente, existirá uma junção entre estas (ou outras) dinâmicas dependendo claro, das pretensões individuais de cada turista. Todavia, importa apenas reconhecer que este setor do Turismo tem, à semelhança do próprio Património Cultural, um carácter dinâmico e multifacetado, susceptível de inúmeras transformações e interpretações e dependente inclusive das próprias conjunções sociais, económicas, geográficas e de época (Pérez, 2009).

Conjuntamente, a própria noção de Património vem sendo amplamente alargada ao longo dos tempos e, se inicialmente as suas representações eram eliticamente definidas, hoje a sua dimensão é extensamente alargada. Vivemos, por isso, numa era em que as dimensões do Património Cultural e Artístico da Humanidade são infinitas e fazem parte do nosso quotidiano, sendo inclusive nós mesmos, com as nossas particularidades e idiossincrasias, uma das suas incontáveis representações.

##### 4.1. O Património Cultural e a Urgência da sua Salvaguarda

*“Nós não herdámos a Terra dos nossos antepassados.  
Nós tomámo-la de empréstimo às gerações futuras”*

*Antoine Sant-Exupéry*

De acordo com as determinações sucedidas da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, realizada em Paris no ano de 1972, compreendem-se, enquanto Património da Humanidade *“todas as expressões humanas, arquitectónicas e naturais que, devido ao seu carácter excepcional e distinto, se tornaram fundamentais para a confirmação identitária e para a sustentação colectiva da Humanidade”*.

Adiante, no seguimento desta definição e caracterizando-se essencialmente como a representação física e/ou etérea e intemporal de valores, práticas e tradições humanas que se foram consolidando ao longo dos tempos dentro das comunidades, o Património Cultural eleva-se como um dos principais responsáveis na difusão e posterior afirmação de elementos identitários e de pertença no seio de um povo mas também, e sobretudo, pelo significativo contributo que desempenha na transmissão dessas mesmas práticas, valores, e elementos às sociedades modernas. Por se construírem e se transmitirem entre as suas várias gerações, as Heranças Culturais e Artísticas constituem-se enquanto pontes cronológicas, no tempo e no espaço, e sobrevêm-se responsáveis pela perpetuidade das conexões vinculadas entre os antepassados, os presentes e os seus descendentes criando, ao mesmo tempo, um núcleo identitário e coletivo a partir do qual estes se reconhecem e são reconhecidos. Em directa correlação, o mesmo acontece com os países, as regiões e os lugares onde este Património se consolida e a partir do qual estes se diferenciam e distinguem enquanto comunidade singular inserida numa civilização universal.

De uma forma simplificada, enquanto pessoas individuais dispomos de consciência histórica, de memórias e de costumes reconhecendo amiúde que aquilo que somos hoje enquanto indivíduos foi (e continuará a ser) inspirado e influído pelo meio em que nos inserimos e pelas gerações que nos antecederam. Estas, á semelhança daquilo que outrora lhes foi garantido, transmitem e partilham no presente aquelas que seriam as práticas, os valores e as tradições da comunidade possibilitando, a partir da sua adaptação aos tempos, a herança do mundo em que actualmente vivemos. Ora, na comunidade esse processo é asseverado precisamente a partir do Património Cultural, assumindo-se este enquanto um repositório único e incomparável do Passado, da Memória e da História da Humanidade, garantindo outrossim, a efetiva preservação do seu futuro (Rosa Mendes, 2012).

Em simultâneo, e porque este se compreende, à semelhança da Humanidade, como algo imutável e dinâmico, o Património Cultural e Artístico reconhecido tem vindo a ampliar-se de forma significativa pelos quatro cantos do Mundo e, em sincronia, a Cultura têm vindo a assumir uma importância decisiva na transmissão de valores solidários e deferentes entre as comunidades. Dessarte, esta dimensão Cultural torna-se especialmente relevante se tivermos em conta as perigosas fragmentações civilizacionais que têm vindo a dissipar-se um pouco por toda a Europa, e mesmo por todo o Mundo. Sendo resultantes das incompreensões gerais em relação à memória coletiva, à História da Humanidade e à sociedade *dos outros*, este individualismo contrastante com a Globalização do séc. XXI representa uma das mais graves ameaças à preservação da Humanidade e encontra os seus vínculos sobretudo na incompreensão e na desvalorização ecuménica do Património.

Todavia, o seu efetivo (re) conhecimento, a sua partilha e a sua valorização terão certamente consequências decisivas. Não só na desconstrução de quaisquer tendências segregárias, xenófobas e egocêntricas mas também, e sobretudo, no deslindamento das nossas próprias interrogações acerca de quem somos, de onde vimos, e para onde vamos; acerca dos nossos valores enquanto pessoas e comunidade e acerca do mundo em que queremos viver (Rosa Mendes, 2012). Por tudo isto e ainda muito mais, importa ressaltar uma determinação perspicua; Todo o Património Mundial, Cultural e Natural acresce de dimensões extremamente valiosas e insubstituíveis. É, por isso mesmo, requerente de uma valorização e de uma proteção maiorais por parte de todos os seus constituintes.

A sua perda, por degradação, obliteração ou inércia constituir-se-ia num inqualificável empobrecimento para todos os povos do mundo.

#### **4.2. A Essencialidade da Educação no Património Cultural**

Procedente desta dimensão social, as Representações Culturais das sociedades são, desde os primórdios da Humanidade, um imenso foco de interesse e admiração e, em consequência disso mesmo, o Turismo Cultural surge presentemente como uma das mais notáveis valências do setor turístico representando, como já havíamos referido, cerca de 40% da extensão total do Turismo Mundial (OCDE, 2009). Não obstante das pretensões individuais de cada turista, o contacto com o Património Cultural dos locais e/ou das regiões visitadas é imperioso e, embora se reconheça a prática turística uma multiplicidade de benefícios sociais e económicos, a sua amplitude modeladora traduz-se sumariamente em inúmeros desafios internos, capazes de obstar o efetivo desenvolvimento sustentável quer do referido setor turístico, quer do próprio destino onde se consolida. Acreditamos todavia que tais desequilíbrios ocorrem sobretudo pela inexistência de uma Educação Patrimonial precedente e activa, capaz de formar os cidadãos para as condescendências associadas quer à prática turística quer ao próprio Património Cultural.

Dessarte, no seguimento dessa mesma premissa e antes de darmos início ao tema específico da Educação Patrimonial, importa primeiro entender o processo Educativo a partir da sua perspectiva ampla e multidisciplinar. Isto é, entendê-lo como um processo substancialmente abrangente e que vai muito para além das metodologias teóricas e formativas socialmente padronizadas nas Escolas.

Ora, no âmbito exclusivo da formação académica, a Educação pode ser entendida sobretudo, a partir da sua metodologia fundamentalmente teórica. Contudo, e porque esta se institui a partir de uma dinâmica holística, esta é também (e cada vez mais) aplicada e vivenciada dentro e fora das salas de aula. Conceitua-se aliás que o processo educativo, na sua plenitude, estará disso mesmo dependente; Da sua experiência efetiva e da fundamentalização de trocas constantes de conhecimentos e experiências que, sendo consequentemente desenvolvidas e aplicadas, formarão os indivíduos enquanto alunos, enquanto cidadãos, e enquanto Seres-Humanos (Vargas, 2017).

Conjuntamente, deverá assegurar-se também ao processo Educativo, e para além das suas competências académicas, aquelas que temos como competências sociais. Isto significa pois, a capacitação dos educandos para a correcta concepção daqueles que são os valores e os ideais da sociedade, daqueles que são os princípios fundamentais da vida em conjunto e, sobretudo, daqueles que são os princípios de ação frente a situações reais do dia-a-dia. Sob estes todavia, consideramos não existir (ainda) um foco suficientemente expressivo. Inferimos portanto ao processo Educativo, e quando incipiente e contínuo, uma contribuição substancial e necessária na formação das futuras sociedades; Na instituição de indivíduos refletidos e capacitados, preparados para a absoluta utilização das suas aptidões e, ao mesmo tempo, conhecedores plenos das suas necessidades e preceitos assim como das de todos os outros (Vargas, 2017).

Ora, em correlação directa deverá estar evidentemente subentendida a formação duma mesma consciência referente aos lugares, às comunidades e ao Património Cultural que rodeiam o aluno. A valorização das suas tradições, das suas Memórias e da sua História deverão ser entendidos como alicerces basilares à cidadania *plena* do indivíduo cuja consciência cívica estará ultimamente, nisso mesmo vinculada (Castro, 2009). Nesse sentido, a Educação Patrimonial apresenta-se enquanto metodologia pedagógica que vem complementar os processos educativos já consolidados.

Fundamentada sobretudo na sensibilização e na consciencialização da sociedade para o Património Cultural e Artístico, a Educação Patrimonial conceptualiza-se como:

“Uma dinâmica pedagógica, permanente e sistemática, que centra no Património Cultural a sua principal fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. (...) O trabalho da Educação sobre o Património procura orientar crianças e adultos para um processo activo de (re)conhecimento, apropriação e valorização das Heranças Culturais, consciencializando-os para o seu usufruto e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos” (Adaptado de Horta, *et al.* 2009, p.4)

Dessarte, partindo da experiência e do contacto directo com as Representações Culturais, disponíveis na sociedade em todos os seus sentidos, aspectos e significados, a Educação Patrimonial viabiliza um processo de descoberta, de apropriação, e de conexão identitária entre as pessoas e o seu Património e, em simultâneo, propicia a formação de novos e/ou renovados conhecimentos que contribuirão no fortalecimento de sentimentos de identidade e de pertença social através de uma História e de uma Herança Patrimonial socialmente comuns. Ultimamente, este processo de *Alfabetização Cultural* (Vargas (2017) viabilizará no presente e para o futuro a sua transmissão perpétua e ampliada.

Todavia, e pese embora tenhamos optado, para a efetivação deste trabalho, pela premência da Educação Patrimonial inserida no contexto das metas curriculares do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, acreditamos que este deve ser um trabalho transversal a todas as faixas etárias e domínios sociais. A prática de dinâmicas que concretizem a Educação para o Património Cultural e Artístico da Humanidade deverão desenvolver-se **sempre** de forma irrestrita, compreendendo e adaptando conteúdos e pedagogias aos mais variados grupos e faixas etárias. Já antes o havíamos referido e voltamos a sublinhar; Apenas dispondo de um efetivo (re)conhecimento do seu Passado, do seu Património e das suas Heranças Culturais o Homem, enquanto indivíduo singular, poderá constituir-se de forma plena, num membro coletivo e integrante da sociedade. A Memória Coletiva e as suas Representações permitem, no presente, a concepção e o desenvolvimento, pessoal e social alicerçados numa História e numa Identidade Comum. Associadamente, e partindo dessa mesma dinâmica intemporal, o Ensino do (e para) Património garante precisamente a sua transmissão através e apesar das mudanças no tempo e no espaço (Rosa Mendes, 2012).

Ora, entendendo-se portanto a Educação Patrimonial a partir da sua componente fundamental no exercício e no desenvolvimento pleno do indivíduo e da cidadania, torna-se imperioso o seu igual reconhecimento enquanto enfoque categórico na abordagem e no seguimento das práticas associadas ao Turismo Cultural.

Partindo da sua abordagem para além das perspectivas do seu entendimento teórico e restrito a uma disciplina e/ou uma matéria, a Educação Patrimonial inserida na prática do Turismo Cultural deverá fundamentar, para além de um diálogo multidisciplinar entre as várias áreas do conhecimento- tais como a História, a Geografia, as Artes, e/ou as Ciências- a formulação da consciência e das directrizes necessárias á Sustentabilidade e à Preservação do Património Cultural; Consequentemente, contribuindo certamente para o desenvolvimento consciencioso e responsável do seu Turismo associado.

Reconhecendo-se portanto, nesta ligação Património Cultural/ Turismo, um invariável vínculo de mútua dependência, salientam-se os propósitos recíprocos da Educação Patrimonial, na qualificação da actividade turística e do Turismo Cultural, enquanto agente da sua proteção, valorização e reconhecimento.

## **Capítulo II**

### **PATRIMÓNIO CULTURAL DE TOMAR**

#### **O CONVENTO DE CRISTO**

### **1. Enquadramento Académico**

Quando idealizada a organização estrutural deste relatório entendeu-se importante fazer a salvaguarda de um capítulo que incidisse inteiramente numa contextualização, académica e histórica, mais detalhada do Convento de Cristo sendo coniventes desta decisão dois propósitos indispensáveis na elaboração deste trabalho: em primeiro, e numa dimensão mais prática, ressalva-se a inviabilidade de relatar o decurso e as actividades realizadas no âmbito do estágio curricular que desenvolvi nesta entidade, e que tanto contribuíram para a suma compreensão não só do seu carácter monumental mas também de toda a sua logística associada. Em segundo, o de fazer uma contextualização histórica, social, e geográfica de todo o complexo conventual que, por estar tão intrinsecamente associado ao desenvolvimento e evolução da própria cidade, se torna absolutamente indispensável na elaboração deste relatório.

#### **1.1. Organização e Funcionamento do Complexo Conventual de Tomar**

Tendencialmente referido a par com a cidade de Tomar, o Convento de Cristo insere-se no Património Mundial da UNESCO em 1989, e evidencia-se, desde logo, como um dos principais ícones da História e da Arquitetura Portuguesas. Por isso mesmo, mas não só, este espaço, indissociável da sua cidade, permanece como um dos seus principais pontos de interesse e de foco turístico, contribuindo sublimemente para a confirmação de Tomar como uma das mais reconhecidas e belas cidades do nosso país.

Dito isto, sobeja-nos naturalmente a descrição de toda a componente logística associada ao Convento de Cristo, actualmente inserido na tutela da Direção Geral do Património Cultural. A sua gestão interna é, de acordo com a página oficial do C.C, assegurada por oito departamentos distintos, sendo eles:

- O **Gabinete de Apoio Técnico e Científico** que desenvolve e coordena as áreas de estudo no âmbito histórico, pedagógico, e arquitetónico com o objetivo de produzir material de apoio às actividades do monumento;
- O **Gabinete de Apoio ao Visitante** que oferece esclarecimentos e/ou informações mais detalhadas sobre assuntos que não estejam já disponíveis nos materiais de divulgação e apoio;
- O **Serviço de Educação e Animação** responsável pela organização e dinamização de visitas escolares e/ou de carácter académico. Este serviço trabalha diretamente com professores e alunos de todos os graus de ensino, adaptado as atividades às diversas práticas e formações pedagógicas. Deste serviço partem também várias acções de sensibilização para a Educação, Salvaguarda e Proteção do Património;

- O **Serviço de Apoio Turístico** que trabalha em parceria com outras entidades de turismo local e nacional, e promove a divulgação de informação personalizada sobre este e outros destinos e conteúdos turísticos disponíveis, sobretudo no âmbito de Rotas, Percursos ou Itinerários Temáticos ligados às Ordens do Templo e de Cristo;
- O **Gabinete de Conservação e Restauro** que acompanha e vigia as acções de conservação e restauro promovidas para o Convento de Cristo fazendo simultaneamente uma conservação preventiva, no sentido de examinar e controlar espaços e objetos susceptíveis a novos ou necessários reparos. Além disso, este gabinete é igualmente responsável pela orientação dos estágios curriculares de Escolas Superiores ou Faculdades;
- Os **Serviços de Manutenção** que, comportados pelos funcionários especializados e conhecedores do monumento, vão desde a montagens de espaços e infraestruturas, organização de meios, iluminação, jardinagem, limpezas, etc.;
- Os **Serviços Administrativos** que fazem a gestão e monitorização contínua dos processos logísticos necessários ao adequando funcionamento do monumento;
- O **Departamento de Segurança** responsável pela manutenção das boas condições de visita bem como da segurança do edifício, do seu recheio, dos equipamentos de funcionamento e/ou objectos artísticos em acervo;

Contudo, durante os três meses em que desenvolvi o estágio curricular nesta instituição, não mantive qualquer contacto com alguns dos departamentos anteriormente referidos. De todos eles, contactei direta e diariamente com os serviços de manutenção e segurança, com os serviços administrativos, e com os Gabinetes de Conservação e Restauro, sob orientação da Doutora Amélia Casanova, e de Educação e Animação, sob gestão da Doutora Maria da Luz Lopes. Quanto aos restantes setores, e embora não tenha um efetivo conhecimento do seu funcionamento, acredito existirem uma série de fatores que, associados, podem justificar esta supressão quase que total de cada um deles.

A falta de recursos humanos é a mais protuberante. Não só nestes departamentos mas em todo o quadro efetivo do convento, a escassez de colaboradores é um dos principais impasses com que a direção se debate, resultando muitas vezes num funcionamento insuficiente e diminuto. Consequentemente, uma multiplicação de funções desempenhadas por cada gabinete pode, com efeito, ter suprimido a existência de outros, não querendo com isto dizer que é esse o panorama do monumento, ressaltando que todas as circunstâncias e conjunturas que aqui exponho são fundamentadas nas minhas percepções e opiniões pessoais adquiridas num espaço de tempo de três meses. Não obstante, e aquando da minha participação numa das atividades promovidas pelo Convento de Cristo para as escolas do concelho, verifiquei efetivamente alguma sobreposição de funções entre departamentos, nomeadamente no Gabinete de Educação e Animação. Este tem atualmente apenas uma colaboradora, o que significa que todas as diligências inerentes às atividades realizadas são exercidas pela mesma.

Desde o contacto com as escolas, à recepção das turmas, passando pela organização de espaços e materiais, toda a gestão e coordenação da visita é feita pela Doutora Maria da Luz que, sem desfazer do seu excelente e capacitado trabalho, com

certeza beneficiaria da existência de mais colaboradores nesta secção. Paralelamente, um trabalho conjunto com o Gabinete de Apoio Técnico e Científico e/ou com o Serviço de Apoio Turístico seriam absolutamente proveitosos, revogando mesmo algumas condicionantes vinculadas e até prejudiciais ao bom funcionamento das excursões académicas.

Quanto às suas infraestruturas, o Convento de Cristo apresenta condições de visita e de trabalho bastante convenientes, sendo as exceções próprias de um monumento com quase novecentos anos de existência. Alguns pisos irregulares, humidade, pouco isolamento, e alguns espaços fechados são disso exemplo, sendo prontamente resolvidas todas aquelas que são passíveis disso mesmo com recurso a aquecedores, tapetes, e fita isolante. Conjuntamente, o monumento dispõe de inúmeros espaços verdes e de dois cafés-bar, particularmente apetecíveis em dias soalheiros.

Os jardins envolventes são bem cuidados, e o espaço conta com bastantes áreas livres e amplas, possibilitando visitas sem grandes aglomerados. Tudo isto somado, e o Convento de Cristo distingue-se como um dos mais belos monumentos presentes em território nacional. Contudo, existem também algumas lacunas e falhas que afetam o bom funcionamento do espaço, e de entre as quais destaco a fraca e escassa manutenção de inúmeras áreas que, por esse mesmo motivo e talvez outros mais, nem se encontram inseridas no percurso de visita. Como exemplo, posso referir a ala norte do Convento, correspondente aos espaços da enfermaria e botica e que se encontram encerradas há inúmeros anos. Não conheço nem indaguei o motivo para tal, mas durante o meu tempo de estágio pude compreender que são muitos os espaços igualmente fechados ao público, e que assim se acham por não reunirem as condições de segurança necessárias. Porém, acredito que existam outras condicionantes, tais como a já referida carência de trabalhadores que garantam a segurança e vigilância do circuito. Como visitante, acho esta situação lamentável e negligente. Porém, presumo que a alteração deste cenário não dependa exclusivamente da direção do monumento, estando esta certamente condicionada aos decretos da DGPC.

Já a nível económico, e à semelhança de todos os seus congéneres nacionais, o Convento está dependente do orçamento disponibilizado pelo Estado e, por isso, o seu funcionamento é sempre condicionado. Daquilo que me foi perceptível, crê-se que toda a equipa de recursos humanos faz o melhor que pode com aquilo a que tem acesso. Faz-se a reutilização de peças e materiais e renovam-se projetos e atividades na tentativa de atenuar lacunas estruturais, de organização ou até mesmo de colaboradores. Todavia, julgo que a direção do monumento nem sempre se faz valer da totalidade dos seus recursos o que, concretizado, poderia não só atenuar o défice orçamental que acredito existir, mas também e fundamentalmente, contribuir para uma maior dinamização e divulgação do próprio Convento para além do seu estatuto de monumento.

Esta é, presentemente, a organização logística do Convento de Cristo. Porém, não posso terminar este ponto sem referir a minha convicção mais peremptória. Este é um espaço que, embora reúna todas as potencialidades e recursos necessários para se tornar uma instituição de ainda maior excelência, está condicionado a uma série de fatores e adversidades que, a manterem-se, contribuirão apenas e só para a sua dissolução futura. Parece-me a mim que, à semelhança daquilo que acontece com muito do Património Nacional, também o C.C está entregue à inércia dos seus tutelares, fazendo-se o mínimo que se pode com o máximo que se obtém. É preciso refletir sobre temas incómodos e reconhecer a efetiva missão do monumento enquanto entidade museológica detentora de um imensurável valor histórico, arquitectónico, cultural, e social.

Todavia, e à excepção de tudo isto, não posso deixar de louvar o trabalho, a dedicação, e a entrega com que alguns dos colaboradores, com quem, de resto, tive o prazer de trabalhar, acompanham o Convento de Cristo. Os seus esforços diários confirmam-se essenciais não só para um bom e competente funcionamento da instituição, mas também, e essencialmente, para a sua preservação, consciência e salvaguarda. Foi para mim um prazer e um imenso proveito colaborar com tamanhos profissionais e contribuir para a perpetuidade de um tão grandioso monumento.

Atualmente, o Convento de Cristo está aberto a visitas todos os dias da semana, entre as 09h00 e as 18h00<sup>25</sup>, tendo um valor fixo de 6 euros por adulto.

## **1.2. Actividades Desenvolvidas no Âmbito do Estágio Curricular**

Durante os três meses em que desenvolvi o meu Estágio Curricular no Convento de Cristo, efectivei diversas tarefas, tendo colaborado diretamente com o Gabinete de Conservação e Restauro, e com o Serviço de Educação e Animação. Neste ponto do trabalho, apresento cronologicamente cada uma delas.

Aquando do seu início, a orientação do referido estágio foi assegurada pela Doutora Amélia Casanova, técnica superior do C.C e coordenadora responsável do Gabinete de Conservação e Restauro. Com ela, aprendi, desenvolvi, e auxiliei trabalhos que, na sua maioria, consistiam na observação e vigilância de espaços, estruturas, e objetos carentes de especial cuidado, e sob os quais fazíamos uma monitorização intensiva. De entre os procedimentos aplicados, destaco os mais minuciosos, que passavam pelo reconhecimento e posterior medição de físsuras e brechas- de que foram exemplo o caso do estudo de um dos sinos da torre da Charola Templária e de uma das colunas principais da sala da Procuradoria, entre outros- pelo cálculo de desgaste das infraestruturas - desde escadas, corrimões, fontes, bustos, chãos, azulejos, etc. - pelo registo fotográfico de todas as alterações, e posterior comparação com dados anteriores, e entre alguns outros que, sendo igualmente meritórios, se tornam muito extensivos de enumerar. Conjuntamente e inseridas no mesmo gabinete, elaborei também funções mais práticas, tais como o registo de inventariado, o acondicionamento e preparação de artefactos para transporte- em virtude de empréstimos para exposições e ou trabalhos de restauro em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar- a observação de práticas e técnicas aplicadas no restauro de obras e artefactos, e ainda a participação em campanhas de consciencialização para a salvaguarda do património, estas últimas inseridas em acções conjuntas com outros gabinetes e serviços.

Posto isto, e para além do Gabinete de Conservação e Restauro, tive também a oportunidade de colaborar presencialmente com o Serviço de Educação e Animação onde, sob orientação da Doutora Maria da Luz Lopes, auxiliei e desenvolvi atividades no contexto das dinâmicas culturais e educativas previstas no calendário de visitas e parcerias definidas para o C.C.

Como, de resto, já referi anteriormente, este serviço atua e desenvolve actividades para diversos tipos de público, destacando-se, porém, os projectos associados às escolas. As visitas guiadas e os ateliers pedagógicos e didáticos são disso exemplo, sendo estes desenvolvidos e orientados sempre com base nas diferentes faixas etárias, níveis de ensino e respetivos conteúdos programáticos. Assim, no decurso da minha colaboração com este serviço, pude contribuir para três atividades distintas. Foram elas:

---

<sup>25</sup> Em horário de Inverno (Outubro a Maio) o C.C encerra às 17h30.

*1) Era uma Vez... Monges, Cavaleiros, e Reis- À Descoberta dos Mosteiros, Património Mundial do Centro*

Desenvolvida em parceria com os Mosteiros de Alcobaça e da Batalha, que em conjunto com o Convento de Cristo se inserem na Rota do Património Mundial da Região Centro, esta atividade foi lançada no ano letivo de 2015/2016 com o objetivo de proporcionar a descoberta do Património Mundial da zona centro de Portugal a alunos do 1º ciclo das escolas dos referidos concelhos. Assim, e vigente desde então, este programa propõe uma visita a cada um dos três monumentos com a prerrogativa de nestas participarem algumas das suas personagens mais ilustres- tais como o rei D. Afonso Henriques, o Mestre Gualdim País, ou os Cavaleiros Templários- sendo posteriormente complementada com ateliers e atividades didáticas e pedagógicas que promovem e estimulam a criatividade e os sentidos das crianças ao mesmo tempo que testam os conhecimentos que por elas foram sendo adquiridas durante o percurso de visita e/ou em contexto de sala de aula. Desta forma, pretende-se que os alunos tenham não só a oportunidade de explorar e vivenciar a sua História e o seu Património, mas também e essencialmente, que reconheçam a sua importância e amplitude face à região e país onde vivem, reforçando a necessidade urgente da sua preservação e salvaguarda.

Dito isto, e no caso específico do Convento de Cristo, a atividade desenvolvida e na qual eu participei chamou-se “O Regresso dos Cavaleiros” e nela participaram a Escola Básica do 1º Ciclo Raul Lopes, a Escola Básica e 2/3 D. Nuno Álvares Pereira, e a Escola Básica do 1º Ciclo da Pedreira, todas elas no concelho de Tomar.

Nesta atividade os alunos foram inicialmente recebidos pela Drª Maria da Luz e por mim, sendo prontamente guiados pelo percurso de visita. Uma vez findado o itinerário, as crianças foram encaminhadas para a sala lúdica do C.C, previamente preparada para a apresentação e participação das turmas numa animação teatral onde alguns selecionados vestiam a pele de personagens de época, habitantes ilustres do Castelo de Tomar e, fazendo uso do vestuário e de adereços, liam guiões que descreviam acontecimentos e características específicas de cada personagem na tentativa de dar pistas para que os colegas conseguissem adivinhar quem retratavam. Paralelamente, e porque algumas turmas foram divididas em grupos mais pequenos, existiam vários jogos lúdicos e alusivos à História do Convento.

Mais tarde, na conclusão da visita, os alunos e os professores participaram na preparação de um pequeno lanche apelidado de “Festa no Castelo”, simbolizando a receção de valentes cavaleiros (também eles alunos selecionados) que chegavam das suas viagens e que prontamente faziam o relato das suas aventuras a partir de textos produzidos pelo Serviço de Educação e Animação, conferindo assim um carácter instrutivo à recreação. Finda a visita e posteriores atividades, fez-se o carimbo dos passaportes do “Era uma Vez...” passando-se simultaneamente o livro de assinaturas dos “Visitantes Ilustres” e entregando-se uma lembrança a cada criança participante.

## 2) *O Misterioso Baú dos Tesouros do Convento*

A segunda das três actividades em que tive a oportunidade de participar esteve igualmente inserida no projeto do “*Era uma Vez... Monges, Cavaleiros, e Reis*” sendo, no entanto, desenvolvida num outro momento e na presença de turmas diferentes embora das mesmas escolas- com a exceção da Escola Básica da Pedreira, que não participou.

Assim, e à semelhança do que havia já ocorrido aquando da anterior actividade, os alunos participantes foram recebidos na portaria do C.C pela Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz e por mim que, após esclarecimentos sobre a atividade e distribuição dos respetivos passaportes, desvendámos às crianças que alguns dos antigos habitantes do Castelo e do Convento de Tomar (colaboradores do C.C) haviam regressado àquela casa e queriam certamente conhecer os novos visitantes dando, paralelamente, início à visita guiada pelo complexo arquitetónico.

Durante o percurso e num primeiro momento, surgiram nos corredores do convento duas personagens simbólicas da História do monumento, sendo elas D. Gualdim Pais e o Rei D. Afonso Henriques que, depois de cumprimentaram os seus convidados, prontamente fizeram referência a alguns dos seus feitos mais importantes enquanto Cavaleiros da Ordem dos Templários e à fundação do Castelo e da Cidade de Tomar. De seguida, e já quase no fim do percurso, surgiu o príncipe D. Henrique que, ao mesmo tempo que acompanhou os alunos e professores à ludoteca do C.C, anunciou ter sido o reformulador responsável pela constituição da vertente contemplativa no seio da Ordem, ordenando, para isso, a construção dos dois Claustros adjacentes aos seus Paços Reais. Na minha opinião, a requisição destas personagens simbólicas e interativas enriqueceu significativamente a atividade, conferindo-lhe um carácter mais participativo e possibilitando o contacto direto dos alunos com algumas das figuras mais ilustres da História e, mais importante ainda, com os seus feitos mais notáveis. A combinação entre o conhecimento factual e a fantasia do “faz-de-conta” cativa a curiosidade e o interesse dos alunos, tornando a visita mais carismática.

Finda a visita, e já no espaço lúdico, os alunos foram convidados a participar numa aventura de caça ao tesouro que culminou com o achado de um misterioso baú cheio de objetos muito antigos e valiosos. Entretanto, cinco alunos voluntários foram vestidos e caracterizados de personagens célebres da História do Convento- D. Dinis, D. Manuel I, João de Castilho, Frei António de Lisboa, D. Catarina da Áustria- e, recorrendo a textos previamente elaborados pelo Gabinete de Educação e Animação, contaram aos colegas que perderam alguns dos seus pertences no C.C e que precisam de ajuda de todos para os conseguirem recuperar. Partindo das estórias contadas pelos colegas em palco, os alunos foram atribuindo cada objeto ao seu dono e, ao mesmo tempo, aprendendo e conhecendo mais sobre cada uma das personagens representadas.

No fim da peça, fez-se um pequeno lanche para os participantes, onde se incluíram também todas as personagens que foram sendo conhecidas ao longo do percurso.

### *3) Os Personagens Mistério (Plano Nacional das Artes 2019)*

A última das actividades em que participei foi organizada conjuntamente entre o Gabinete de Educação e Animação e o Gabinete de Conservação e Restauro, inserindo-se paralelamente no projeto de colaboração entre o Convento de Cristo e o Plano Nacional das Artes (2019). Dessarte, esta realizou-se na Escola Secundária Jácome Ratton, em Tomar, tendo a participação de duas turmas do 11º ano do curso de Línguas e Humanidades.

Aquando da nossa chegada junto das referidas turmas, e semelhantemente ao que havia já ocorrido na segunda atividade aqui relatada, requisitámos sete voluntários entre alunos e professores que, vestidos todos de preto, foram acrescentados às suas roupas peças de vestuário e adereços associados a personagens distintas da História de Tomar e do Convento de Cristo. Posteriormente, cada elemento fez uma breve intervenção junto dos colegas- a partir de textos previamente elaborados pelos gabinetes já mencionados- ilustrando as vidas e ações das suas personagens na História da cidade e/ou do C.C, mas sem nunca revelar quem estariam a representar. De seguida, desafiaram-se os restantes colegas a descobrir quem seria quem. Ironicamente, todas as personagens foram descobertas à excepção daquela que dá nome à própria escola, Jácome Ratton.

Sendo a mais breve, esta atividade ocupou apenas uma manhã ao fim da qual se fez a entrega de pequenos folhetos com algumas curiosidades sobre as personagens abordadas na aula e se procurou saber a opinião dos alunos face á atividade sendo esta, de resto, bastante positiva. Dispensados os alunos, regressamos ao C.C.

Numa comparação final entre as três actividades desenvolvidas pelo Serviço de Educação e Animação em que me foi dada a oportunidade de participar, a primeira foi aquela em que mais aprendi e a de que mais gostei, embora a segunda tenha sido também bastante aprazível de organizar. Fiquei com a convicção de que, para além de muito bem organizadas e desenvolvidas, estas propostas têm vindo a constituir-se atividades realmente inovadoras e criativas, fazendo uma junção entre as particularidades lúdicas e pedagógicas de uma visita de estudo mas conciliando porém e simultaneamente, o universo da imaginação e da criatividade. Sendo estendidas a mais escolas, instituições, e públicos, estas atividades constituiriam uma enorme mais-valia não só para os seus participantes, mas também para os seus orientadores e próprias instituições, que assim amplificariam as suas ofertas e procuras turísticas.



do mundo Cristão e a verdadeira Casa de Deus. Doravante, esta fixação cristã em território maioritariamente muçulmano assim como a sua posterior manutenção de domínios locais impreterivelmente conquistados torna-se viável devido às numerosas doações de comendas provenientes de toda a Europa onde o nascimento da nova Ordem é recebido<sup>26</sup> com entusiasmo como, de resto, explica S. Bernardo na *Laude de Nova Milícia* (1130): “Uma nova cavalaria surgiu na terra da Encarnação. É nova em absoluto, e ainda não experimentada no mundo, onde ela pratica um duplo combate tanto contra os adversários feitos de carne e sangue, como contra o espírito do mal nos céus” (Pereira, 2009a, p. 21)



FIGURA 2. MAPA POLÍTICO DO MÉDIO ORIENTE À ÉPOCA DA 1ª E 2ª CRUZADAS (1099-1149).  
ADAPTADO DE: [HTTPS://PT.WIKIPEDIA.ORG/](https://pt.wikipedia.org/)

Assim, e demonstrando ostensivamente a sua função guerreira a Oriente, a Ordem do Templo articula simultaneamente a Ocidente a sua vertente administrativa a partir da gestão das suas casas, aumentando significativa e quotidianamente os seus domínios na Europa e, em consequência, o seu património financeiro e territorial. A título de exemplo, diz-nos Sanches Montero que, à data da sua supressão, “os bens e as grandes riquezas acumuladas pela Ordem nos seus dois séculos de existência serviram para a manutenção das suas mil e quinhentas comendas espalhadas pelo mundo conhecido”. Esta premissa intensifica-se copiosamente a partir do ano de 1291, data que marca a queda de Acre e consequentemente, do Reino Latino de Jerusalém. Esta circunstância obriga os Cavaleiros Templários a abandonar definitivamente aquele território. No seguimento desta conjunção, a Ordem do Templo inicia um processo de intensificação da sua vertente administrativa, redefinindo os seus propósitos enquanto ordem militar em prol da gerência, manutenção e acréscimo de várias comendas distribuídas ao longo de todo o território europeu (com maior incidência em França e com a exceção de Portugal e Espanha, onde a Ordem mantém uma ação especificamente militar, pese embora reúna também aqui algumas possessões cedidas pelos monarcas dos respetivos reinos) acabando, desta forma, por preceder uma das maiores fortunas territoriais e monetárias alguma vez comportadas por qualquer outra Ordem Religiosa. Posteriormente, e em consequência de uma clara e franca expansão da Ordem um pouco por todo o mundo ocidental, Hugues de Payens assume a necessidade de um reconhecimento oficial desta por parte da Igreja Católica e, no seguimento de tal perceção, Payens encaminha-se em 1127 e juntamente com outros cinco cavaleiros, numa demanda até Roma com o intuito de receber autenticação e apoio papal. Esta diligência acaba por se verificar rendosa e, a 13 de Janeiro de 1129 no decorrer do Concílio de Troyes (sob orientação do Papa Honório II), a Ordem dos Cavaleiros Templários é oficialmente reconhecida sob o nome de Milícia dos Pobres Cavaleiros de Cristo, estabelecendo-se paralelamente o âmbito e o contexto interno da Ordem, que passa a ser dotada da regra de milícia religioso-militar ou seja, subordinada a votos de proteção dos necessitados, pobreza, castidade, e oração (Gouveia Monteiro, 2011, p. 14)

### 2.1.2. Da Ordem do Templo à Ordem de Cristo (séc. XII a XIV)

Compreensivamente, e a partir do crescente conhecimento geral da grandiosidade e do prestígio que a Ordem do Templo comportava (nobiliárquica e monetariamente) além-fronteiras, o número de cavaleiros imperiosos de colaboração com a milícia ia consecutivamente aumentando com o passar dos anos. Em consequência, e também, em grande parte, devido à necessidade de um maior contingente de administradores face à gestão de um património em incessante crescimento, a Ordem começa a admitir população que nem sempre atendia necessariamente aos valores e critérios defendidos e efetivados pela mesma aquando da sua criação (tais como a devoção religiosa, a pobreza, a castidade, ou a defesa dos necessitados).

Bernardo de Clairvaux (1190-1153), um abade francês pertencente à Ordem de Cister, distingue inclusive na sua obra *Libré ad milites templi laude novae militiae* (em português Livro dos Soldados do Templo em louvor do novo cavaleiro) dois grupos distintos entre os cavaleiros do Templo: os *Militia*, verdadeiros Cavaleiros Templários, cujos objetivos e pretensões se mantêm inalteráveis e vão ao encontro do compromisso da Ordem no Concílio de Troyes (1129), e os *Malitia*, onde se inserem “os outros”, cujas motivações passavam apenas pelo estatuto e reconhecimento de pertença à Ordem. Em

consequência desta percetibilidade duvidosa dos valores destes últimos, toda a Ordem do Templo começa a ser fortemente questionada relativamente aos modelos e comportamentos pelos quais realmente se move e, agregada a esta crescente desconfiança, são vários os reinos europeus que começam a sentir-se ameaçados pela imunidade dos Cavaleiros Templários, que para além de serem detentores de inúmeras cartas de obrigação para com grande parte dessas mesmas monarquias, tinham ainda e como única sujeição legislativa e civil, o poder papal. Assim, e a partir da queda do Reino Latino de Jerusalém e da tomada de S. João de Acre em 1291, o processo do fim da Ordem do Templo inicia-se silenciosa mas entusiasticamente, sendo a partir do Reino de França que as hostilidades se tornam mais sobejas, tudo em razão de uma grave crise financeira que se instalara no mesmo promovida, à época, pelas guerras travadas entre a França, a Flandres e a Inglaterra (Pereira, 2009b, p. 8).

De forma a manter a consolidação do Reino Francês, foram frequentes as concessões financeiras requeridas pelos seus monarcas à Ordem do Templo, fazendo desta milícia a efetiva detentora de todo o tesouro real francês. Posteriormente, e já durante o reinado de Filipe IV de França e Navarra (1285-1314), a crise financeira em território francês mantinha-se gravosa e o monarca necessitava - mais uma vez - de apoio financeiro para garantir a recuperação do Reino face às implicações das guerras. Contudo, este apoio só era possível recorrendo novamente aos fundos da Ordem do Templo e, porque estes respondiam apenas ao Papa, o Rei nada podia fazer para que o empréstimo lhe fosse cedido. Assim, e após uma tentativa de influência junto do Papa Bonifácio VIII (1294-1303) para que este intercedesse junto da Ordem, o pontífice negou-lhe qualquer auxílio, ordenando que qualquer tributação fosse feita apenas em situações de emergência, intensificando uma já desprimorosa relação entre a Santa Sé e a monarquia francesa, situação que se manteve até à morte do respetivo pontífice, em 1303. Sucede-lhe Niccola Boccasini, frade italiano que assume o nome de Bento XI, e que tenta, durante o seu curto pontificado (1303-1304), aliviar a tensão entre a Igreja Cristã e o Reino de França. No entanto, e após vários tumultos e incertezas, fica claro que esta seria uma circunstância que não se propiciaria e, por isso, Bento XI acaba por renunciar ao seu cargo de Sumo Pontífice, refugiando-se em Perugia (onde permanece até à sua morte) e cede o trono de São Pedro ao Papa Clemente V, o efetivo responsável pela transformação implacável da História da Ordem dos Cavaleiros Templários. Nascido sob o nome de Bertrand de Gouth, Clemente V foi bispo de Saint-Bertrand de Comminges e, por isso, personificava o ideal de Sumo Pontífice para a monarquia francesa, que nele poderiam depositar não só a sua inteira confiança, mas também e sobretudo, a sua influência (Condeço, 2013, p. 45).

Assim, e assumindo o seu papado em 1305, Filipe IV de França impele a Clemente V a dissolução da Ordem do Templo sob alegações de comportamentos impróprios por parte dos Cavaleiros Templários, sendo aduzidas acusações diversas aos mesmos - tais como a negação a Cristo, negação da cruz, homossexualidade, adoração a ídolos, usura, entre outros - no extenso documento intitulado de *Rex Jubet Templários Compretendi*. Por sua vez Clemente V, que havia sido colocado na corte papal através de manobras de Filipe IV, cede às suas reivindicações, emitindo a 22 de Novembro de 1307 a Bula *Pastoralis preeminentie*, onde ordena a prisão imediata de todos os Cavaleiros Templários em território europeu, promovendo simultaneamente um cruciante e prolongado processo inquisitório junto dos frades templários presentes em França. Por fim, e mesmo após inúmeros protestos de mais de 500 freires da Ordem do Templo, esta é oficialmente extinta a 2 de Maio de 1312, após quase dois séculos de existência (Pereira, 2009b, p. 9).

### 2.1.2.1. Em Portugal

Paralelamente, e no decurso da sua expansão em território europeu, a presença de Cavaleiros Templários em Portugal assume-se tão importante e significativa quanto a presença dos seus congéneres na Terra Santa. Atentemos que a guerra travada no Médio Oriente pelos Cavaleiros Templários das Cruzadas é semelhante aquela que se travava na Península Ibérica em igual período. O émulo era o mesmo e o objetivo precípua também: a (re) conquista dos territórios tomados pelos muçulmanos. Assim, e de acordo com Paulo Pereira (2009a), o advento da Ordem do Templo em Portugal presume-se existente já por volta do ano de 1125. Todavia, a primeira documentação oficial da sua assistência em território português remete à carta de doação, erigida por D. Teresa de Leão, do Castelo de Soure à Ordem do Templo em 1128, lugar onde os cavaleiros acabam por estabelecer a sua primeira sede oficial. Esta doação é posteriormente confirmada no ano seguinte pelo seu filho Infante D. Afonso, como nos anuncia o seguinte excerto retirado da respetiva carta de concessão: *“Douvos e concedo-vos o tal Castello (...) e esta doação faço, não por mando, ou persuasão de alguém, (...) e porque em a vossa Irmandade e em todas as boas obras sou Irmão (...). Eu o Infante D. Affonso com a minha própria mão roboro esta carta”* (Pereira, 2009, p. 21). Esta doação, assim como as demais outorgadas pelo então já Rei de Portugal, D. Afonso Henriques em 1143 e 1159 (cidade de Tomar e o Termo do Castelo de Ceras) advinham de dois objetivos basilares: recompensa pelos serviços prestados na luta contra o avanço dos mouros e garantia de defesa e manutenção das linhas fronteiriças entre as linhas do Rio Mondego e as linhas do Rio Tejo, sobretudo após a conquista de Santarém, em 1147 (Silva, 2003 p. 75).

Com os avanços progressivos da reconquista, a Ordem dos Cavaleiros Templários transfere, em 1160, o seu centro de ação de Soure para Tomar, cidade onde, à ordenação do mestre templário D. Gualdim Pais se refunda o Castelo - uma das mais significativas obras da arquitetura militar portuguesa - e a partir do qual se dá início ao desenvolvimento da cidade propriamente dita e, paralelamente, ao seguimento da reconquista dos territórios.

Porém, e embora a conjuntura política em Portugal fosse completamente divergente e alheia ao processo de julgamento e conseqüente extinção da Ordem do Templo que naquela época dominava a Europa, o Reino não é exceção das ordens provenientes da Santa Sé e, por isso, achando-se à data sob o reinado do Rei D. Dinis, Portugal recebe, em 1308 nas suas cortes, a bula papal *Regnum in Coelis* emitida por Clemente V e que ordena a supressão imediata da Ordem do Templo e de todas as suas possessões em território português. No entanto, e reconhecendo não só a sua contínua e incessante jornada em prol da reconstrução do Reino de Portugal, mas também a sua imprescindibilidade para a manutenção do mesmo, D. Dinis não demonstra particular urgência em cumprir as ordens dos pontífices. Para além disso, o monarca tinha pretensões de manter no seu reino uma ordem militar que promovesse um auxílio estratégico e regular durante o período da Reconquista. Contudo, reconhece também a necessidade de prestar obediência ao Papa e, por isso, embora se tenha verificado lento, as cortes do Reino de Portugal dão início ao processo de abolição em Portugal da Ordem do Templo a 27 de Novembro de 1309, data em que é emitida uma ordem real de cessação imediata da dita hoste (Pereira, 2009b, p. 9).

As pretensões e domínios templários são retornados à coroa, que se assegura da sua salvaguarda enquanto decorre, paralelamente, um intento de (re)fundação da Ordem. A conveniência que D. Dinis certifica à mesma pela proteção ativa e cotidiana do reino torna-a indispensável e, por isso, imediatamente após a extinção oficial da milícia no Reino de Portugal, o monarca inicia um longo processo de negociações com a Santa Sé a fim de manter sob a sua alçada uma ordem religiosa militar em tudo semelhante à então extinta Ordem do Templo. Assim, e já no decurso do papado de João XXII, no dia 14 de Março de 1319, é criada a partir das pretensões de D. Dinis e com a emissão da Bula *Ad ea ex quibus*<sup>27</sup> a *Ordo Militae Jesu Christo* (Ordem Militar de Jesus Cristo) que assenta a sua sede em Castro Marim e posteriormente a transfere, em 1357, para Tomar. No seu intento, a Ordem de Cristo nada mais é que uma singular persecução da Ordem dos Templários, uma vez que desta última foram transferidos, na sua totalidade, cavaleiros e bens (Pereira, 2009b, p. 10). Do mesmo modo, são igualmente preservadas as características distintivas da referida milícia, de entre as quais se destacam o hábito religioso, a insígnia, e a cruz ponteada (que recebe apenas uma ligeira alteração, com a inscrição no seu interior de uma cruz branca). No entanto, e no seguimento da sua fundação, a Ordem de Cristo adota em 1321 a regra da Ordem de Calatrava- uma das mais antigas Ordens Religioso-Militares da Península Ibérica- o que se traduziu na cessação da dimensão espiritual imposta aos freires integrantes. Desta forma, é descontinuada a vertente religiosa, e os Cavaleiros de Cristo passam a comportar exclusivamente uma dimensão militar de cavalaria, orientação esta que se altera somente a partir da governação do Infante D. Henrique, que retorna à Ordem as suas vocações primárias, clericais e de cavalaria (Pereira, 2009b, p. 10).

Finalmente, e no que à hierarquia interna da Ordem concerne, esta era grosso modo, equitativa da Ordem do Templo. Sabe-se que até 1457, o ofício de Mestre ficou a cargo de sete dos seus cavaleiros, tendo o primeiro sido D. Gil Martins, igualmente Mestre da Ordem de Avis. Este título passa a ser utilizado pelos mais altos dignatários da Casa Real que, por nomeação papal, passam a ostentar o título de Governadores e Administradores da Ordem de Cristo, diligência que se mantém até à extinção de todas as Ordens Religiosas em Portugal, em 1834. Posteriormente, e a partir do Decreto de 1918, a Ordem de Cristo passa a desempenhar um papel exclusivamente honorífico sendo o seu Grão-Mestre o Presidente da República Portuguesa (de acordo com a página oficial da Presidência da República Portuguesa<sup>28</sup>)

---

<sup>27</sup> Instituição da Ordem de Cristo, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em : <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/ordem-de-cristo/>. (Acedido em 2019).

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=115> (Acedido em 2019).

### 3. Cronologia e Caracterização Arquitectónica do Convento de Cristo

Elevado a Património Mundial da Humanidade em 1983, e construído ao longo de cerca de quatro séculos (1387-1640), o complexo arquitectónico do Convento de Cristo percorre, no seu exponencial arquitectónico, muitos dos momentos mais significativos da História e da Arte de Portugal.

Reunindo em si mais de 800 anos de manifestações artísticas e espaciais de época, preferências monárquicas e de fé, criações arquitectónicas e estilos artísticos *sui generis*, o traçado conventual inclui, nos seus cerca de cinco hectares a partilha de traços e técnicas distintas de períodos artísticos tão contrastivos como o Românico, o Gótico, o Manuelino, o Renascentista, e o Maneirista. Assim, e a partir, não só, da sua extensão espacial (cerca de 45 hectares de área total) mas também da sua duração temporal, o Convento de Cristo transpõe-se convictamente como uma das maiores e mais completas obras-primas da arquitetura em Portugal.

Posto isto, segue-se a apresentação pormenorizada de cada uma das suas obras constituintes.



FIGURA 3. VISTA AÉREA DO COMPLEXO ARQUITETÓNICO DO CONVENTO DE CRISTO.  
DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.MONUMENTOS.GOV.PT](http://www.monumentos.gov.pt)

#### 3.1. O Castelo Templário (1160-1420)

A construção do Castelo de Tomar (Figura 4) é indissociável da fundação da própria cidade em que se insere, existindo inclusive inúmeros vestígios de ocupação visigoda e muçulmana (Freitas, 2018, p. 27-30). Porém, a sua verdadeira construção sobrevém de uma (re)fundação promovida em 1160 pelo mestre-procurador da Ordem do Templo, D. Gualdim Pais que, após a decisão de se abandonar a edificação da fortaleza de Ceras, em Ferreira do Zêzere, começa a construir um complexo fortificado para ali se fixarem os primeiros residentes da cidade de Tomar: os monges-cavaleiros e os habitantes da almedina (Soares, 2014, pp. 22-23).



FIGURA 4. CASTELO DE TOMAR. DISPONÍVEL EM:  
[HTTPS://CASTELOS-DE-PORTUGAL.FANDOM.COM/PT/WIKI/CASTELO\\_DE\\_TOMAR?FILE=TOMAR.JPG;](https://castelos-de-portugal.fandom.com/pt/wiki/Castelo_de_Tomar?file=Tomar.jpg)

Doravante, a (re)edificação do Castelo de Tomar subsiste e torna-se, à época, um dos maiores redutos defensivos jamais construídos em território português, validando desta forma a dimensão, importância, e capacidade empreendedora da Ordem do Templo (Pereira, 2009a, p. 29). Assim, e retornando à construção oficial do Castelo de Tomar, esta tem início em 1160, no dia 1 de Março, como de resto corrobora a inscrição inserida na porta de acesso ao interior da torre de menagem da Alcáçova, e que traduz o seguinte: “Na era de 1198 [1160], reinando Afonso, ilustríssimo rei de Portugal, D. Gualdim, mestre dos cavaleiros Templários, com os seus freires, começou no primeiro dia do mês de Março a edificar este Castelo, chamado Tomar que, acabado, o rei ofereceu a Deus e aos cavaleiros do Templo...” (Pereira, 2009a, p. 30). A escolha do lugar outeiro nas colinas tomarenses evidencia uma clara conjuntura estratégica de defesa sendo inclusive reconhecida uma inspiração na arquitetura militar da cidade de Jerusalém, berço da Ordem dos Templários, e onde Gualdim Pais havia efectivado as suas várias campanhas de cruzadas cristãs. Deste modo, o Castelo de Tomar destaca-se enquanto reduto bélico em território português, uma vez que tem em si inseridas construções altamente progressistas e revolucionárias à época, sendo disso exemplos exímios o seu alambor (Figura 6), o mais espesso e extenso de todos os castelos portugueses existentes na atualidade (Pereira, 2009a, p. 31), as suas muralhas-uma exterior que concernia à proteção de todo o recinto do Castelo e mais duas interiores, fazendo a divisão da fortaleza em três espaços distintos- Alcáçova, Praça de Armas e Almedina (Figura. 5)- a distinta Torre de Menagem (Figura 7) expoente máximo da arquitetura militar dos castelos medievais e que, neste caso em particular, assume um exemplo singular ostentando uma forma ligeiramente pentagonal (Soares, 2014, p. 59)- ao invés dos formatos quadrangular ou retangular normalmente utilizados- e ainda um conjunto de três portas arquitetadas com o duplo sentido de passagem e defesa militar: Porta do Sol (Figura 8), Porta do Sangue (Figura 9), e Porta de Santiago (Figura 10).



FIGURA 5. PLANTA DO CASTELO TEMPLÁRIO E AS SUAS RESPECTIVAS DEPENDÊNCIAS (FREITAS, 2018, P. 36)



FIGURA 6. ALAMBOR DO CASTELO DE TOMAR. AUTORIA PRÓPRIA.



FIGURA 7. TORRE DE MENAGEM. (FREITAS, 2018, P. 38)



FIGURA 8. PORTA DO SOL  
AUTORIA PRÓPRIA.



FIGURA 9. PORTA DO SANGUE  
(FREITAS, 2018, P.42)



FIGURA 10. PORTA DE SANTIAGO  
AUTORIA PRÓPRIA.

Continuamente, do lado esquerdo do Castelo, encontra-se a *Vila de Cima*, almedina (ou cidadela), que se ergue no espaço interno das muralhas, e que servia de espaço comum e permanente da população fundadora da póstera cidade de Tomar. A entrada para este espaço fazia-se, até ao séc. XII, através da anteriormente referida Porta do Sangue (Freitas, 2018, p. 39), situada intramuros e ladeada por caminhos de vigia. Posteriormente, já no séc. XV, a referida entrada passa a ser feita pela Porta de Santiago, uma construção acompanhada de um barbacã da mesma época (Pereira, 2009b, p. 12)

Com o decorrer do tempo e, conseqüentemente, com o aumento exponencial da população, o núcleo muralhado começa a tornar-se exíguo e torna-se necessário a expansão da cidade outrora circunscrita aos cerca de 39 hectares territoriais da zona muralhada. Assim, a partir do séc. XIII, a *Vila de Cima* deixa de estar circunscrita à original colina alta e soalheira e começa a estender-se gradualmente para a margem esquerda do rio Nabão, zona ribeirinha, recebendo por isso o nome de *Vila de Baixo* (Trincão, 2016, p. 37).

### 3.2. A Rotunda Templária

Destacando-se pela sua beleza, singularidade e magnitude, a Rotunda Templária foi erguida possivelmente, com um duplo objetivo. As atividades litúrgicas dos Cavaleiros da Ordem do Templo seriam dominantes mas, pela forma como esta se insere não só no local mais elevado mas inclusive no próprio troço muralhado, não é ilógico afirmar que esta assumiria igualmente um carácter bélico defensivo (Freitas, 2018, p. 41).

Posto isto, e embora a sua construção, que se considera paralela ao Castelo Templário, se admitir de inspiração oriental, refere-nos Freitas (2018), na sua dissertação, que também na Península Ibérica se encontram similares da Charola de Tomar (Figura 4, Anexos) que, comportando um contorno octogonal com um deambulatório de dezasseis faces reforçadas por múltiplos contrafortes e um altar-mor no centro encimado por uma incrível abóbada de canhão, apresenta uma planta muito semelhante às exibidas em várias outras construções atribuídas aos Templários.

Segundo o autor Paulo Pereira (2009a), a Rotunda do Convento de Cristo é um dos mais emblemáticos monumentos que a Ordem do Templo inseriu no complexo conventual. A sua disposição arquitectónica no espaço sugere dois períodos de concessão: um primeiro, comportando o piso inferior com um aparelhamento de alvenaria miúda ter-se-á erguido a partir de finais do séc. XII (até cerca de 1190), e um segundo, erguendo-se o piso superior a partir de silharia e correspondente à fase final da construção da Igreja, finalizada por volta de 1250.

Posteriormente, o espaço é alvo de pequenas campanhas de acabamento estilístico, estando a mesma oficialmente concluída em finais do século XIII (período coincidente com a afirmação do estilo gótico em Portugal, e do qual esta apresenta algumas configurações), mantendo-se inalterada durante cerca de 70 anos. Doravante, este espaço sofre novas alterações aquando da governação do Infante D. Henrique (1143-1185) que a poente, manda abrir dois tramos que servirão de suporte a um tablado para ali assentar um novo coro e uma tribuna e, simultaneamente, quatro passagens independentes nas paredes do deambulatório, fazendo a ligação entre a Igreja e o restante Convento (Bento, 2014, p. 131). Desta época presume-se também a aplicação do sistema de alimentação do órgão (Figura 11), um tubo que quer pelo exagero das suas proporções quer pela sua discrepância estética, não passa despercebido dentro do oratório.

Mais tarde, já durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), o Convento de Cristo comporta uma série de novas empreitadas, sendo precisamente no decorrer das mesmas

que a fisionomia da Rotunda se adapta aos novos tempos artísticos e passa a acomodar, adiante, uma Igreja de traçada Manuelina. O espaço edificado é então alargado no sentido nascente-poente (Lopes&Casanova, 2020) e, em consequência, alargam-se também dois dos dezasseis panos das paredes exteriores. Destes, nasce um arco triunfal que passa a ser porta de entrada da Capela-Mor (Figura 12) sendo o seu acesso original (a poente) encerrado. A Igreja é posteriormente ornamentada num programa iconográfico que transforma o local num verdadeiro tesouro artístico, e onde se acentuam douramentos de nervuras, uma vasta panóplia policrómica, inúmeros elementos ornamentais, decoração nas janelas e nos tramos, e ainda um monumental conjunto de catorze tábuas de grandes dimensões (das quais restam apenas sete) com pinturas alusivas à Vida e Paixão de Cristo, e que se crêem da autoria de Jorge Afonso, pintor régio entre os anos de 1480 e 1540 (Pereira, 2009a, p. 47). O enriquecimento iconográfico da então Charola Templária incluiu ainda imagens esculpidas em madeira da autoria do escultor flamengo Olivier de Gand, transpostas para as mísulas e baldaquinos do seu núcleo interior e a pintura mural da abóbada que conjuga arte sacra com heráldica régia e temas naturalistas (Figuras 13, 14, e 15). Diante disso, este programa artístico terá sido, certamente, meticulosamente projectado à vontade do Rei, que ali imortalizou não só o seu estilo artístico mas também, e sobretudo, a magnanimidade e exuberância do seu reinado.

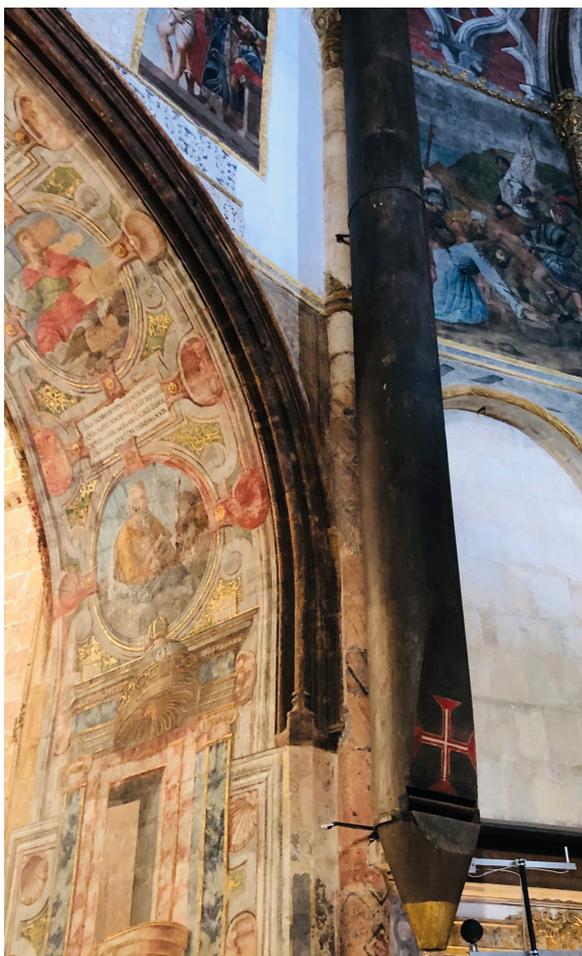


FIGURA 11. TUBO DO ÓRGÃO DA IGREJA DA CHAROLA TEMPLÁRIA. AUTORIA PRÓPRIA.

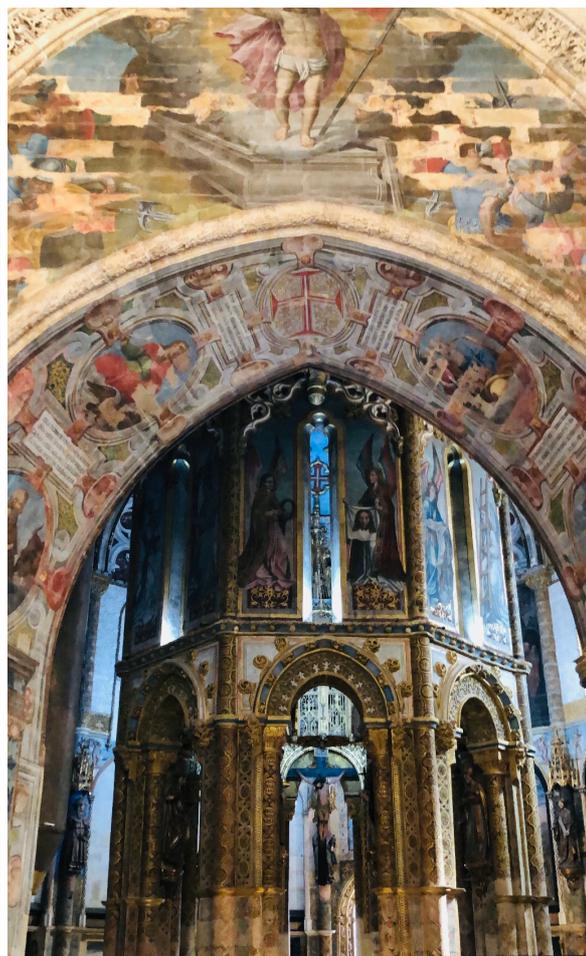


FIGURA 12. ARCO TRIUNFAL DA CHAROLA TEMPLÁRIA. AUTORIA PRÓPRIA.



FIGURA 13. ALTAR- MOR DA IGREJA DA CHAROLA TEMPLÁRIA. TOMAR. AUTORIA PRÓPRIA.



FIGURA 14. ROTUNDA DA CHAROLA TEMPLÁRIA. DISPONÍVEL EM: [WWW.PINTEREST.PT](http://WWW.PINTEREST.PT)



FIGURA 15. CENTRO DA CHAROLA TEMPLÁRIA. DISPONÍVEL EM: [WWW.PINTEREST.PT](http://WWW.PINTEREST.PT)

### 3.3. Governação do Infante D. Henrique (séc. XV)

#### *Os Paços Henriquinos e os Claustros Góticos*

Iniciando doravante as referências arquitectónicas exclusivas ao espaço conventual, a ampliação deste para além do recinto muralhado do Castelo inicia-se em 1420, durante a governação da Ordem de Cristo pelo Infante D. Henrique que, no espaço entre a Alcáçova e a Rotunda Templária, ordena a construção dos Paços Reais (Figura 16) com a pretensão de ali fixar a sua residência oficial. Todavia, esta empreitada torna necessário o levantamento de novas zonas conventuais de forma a acomodar os monges da Ordem de Cristo, que de resto já demonstravam pretensões de aumento a novos vínculos clericais. Assim, e em simultâneo com o início do período dos Descobrimentos Portugueses, o Infante dita a construção de dois claustros cujos limites seriam os novos aposentos conventuais (Freitas, 2018, p. 45).

De expressão arquitectónica especificamente gótica, e com traços de estilo flamejante - ao jeito do Mosteiro da Batalha - Fernão Gonçalves assina a obra que dá início ao complexo conventual propriamente dito e que hoje vemos edificado, erguendo conjuntamente o Claustro do Cemitério (Figura 17) - que adquire este nome por ser destinado ao enterramento dos freires e dignatários da Ordem, mas acomodando também algumas práticas religiosas diárias, como procissões ou cerimónias- e o Claustro da Lavagem (Figura 18), constituído por dois pisos e fazendo a ligação entre o seu congénere e os Paços Henriquinos (Pereira, 2009b, p. 14). De acordo com as características do Gótico mediterrânico, ambas as edificações se caracterizam por uma estética sóbria e austera, sendo um dos seus principais requisitos a funcionalidade. No entanto, o Claustro do Cemitério assume uma decoração distinta, de carácter naturalista e com traços subtis, ao contrário do Claustro das Lavagens que, por se destinar à residência dos frades e às suas tarefas domésticas, dispensou qualquer tipo de ornamentação (*op. cit.*, p.45)

Paralelamente, e a par destas construções, o Infante ordena também a expansão dos espaços da Igreja Templária que se perpetuam nas anteriormente referidas sacristia e coro Henriquinos, e ainda numa Casa do Capítulo (Freitas, 2018, pág. 45). Contudo, destas intervenções, apenas se conservam ínfimos detalhes.



FIGURA 16. PAÇOS HENRIQUINOS (PEIXOTO, 2011). DISPONÍVEL EM: [HTTP://CETHOMAR.BLOGSPOT.COM/](http://cethomar.blogspot.com/);



FIGURA 17. CLAUSTRO DO CEMITÉRIO. AUTORIA PRÓPRIA.



FIGURA 18. CLAUSTRO DA LAVAGEM. AUTORIA PRÓPRIA.

### 3.4. Reinado de D. Manuel I (séc. XV a XVI)

#### *A Igreja Manuelina e a Janela do Capítulo*

Novas intervenções no complexo do Convento de Cristo só voltam a efectivar-se durante o reinado de D. Manuel I (1469-1521), a quem se devem, inclusive, algumas das mais soberbas obras de arte e de arquitetura de época, em Portugal. Nomeado a partir do monarca cujo reinado foi berço do seu desenvolvimento, o período Manuelino é caracterizado pela exuberância e pela riqueza iconográfica transposta em formas e figuras decorativas particularmente excepcionais e às quais se acrescentam ainda uma forte simbologia naturalista e heráldica, como que se de uma verdadeira narrativa *em pedra* se tratasse, tornando infinitas as possibilidades simbólicas e interpretativas do espectador (Pereira, 2003, p. 11)

Ora, dito isto, não existe no Convento de Cristo maior tradução destas obras de arte que a Igreja Manuelina e a sua Janela da Sala do Capítulo, verdadeira *ex-libris* das intervenções de D. Manuel I no espaço conventual (Pereira, 2003, p. 11). Coincidindo o seu reinado com o período áureo dos Descobrimentos e da afirmação de uma Nação, o Rei demonstra continuamente as suas ambições de não só dignificar a Ordem de Cristo (e o espaço por ela ocupado), mas também de tornar póstumo o seu reinado. Nesse efeito decreta, em 1510, uma série de reformas e construções no convento, e de entre as quais se destaca a construção da Igreja Manuelina que, sob a orientação de Diogo de Arruda (mestre-de-obras do Convento de Cristo entre 1510 e 1513), se torna a representação física e o expoente máximo da arquitetura portuguesa no reinado de D. Manuel I (Pereira, 2003, p. 17)

A primeira empreitada orientada dentro dos planos do monarca para o Convento incide precisamente na antiga Igreja Templária, onde D. Manuel ordena a construção de um novo coro (Figura 19), acostado à face ocidental da Charola Templária, e que a esta atribui a disposição de altar- mor da Igreja (Freitas, 2018, p. 47). Esta incumbência é planeada num esquema de dois pisos distintos: um piso superior, onde se construiu um coro-alto, adornado por um notável conjunto cadeiral de Olivier de Gand, quatro janelões paralelos entre si, e ainda um óculo circular transposto acima dos assentos centrais- delineamentos estrategicamente considerados para agraciarem o local com uma luminosidade vultuosa e uma sensação de brilho póstumo, quase que divino - e um piso térreo onde se ergue a sacristia, ou Sala do Capítulo (Figura 20), suportada por uma abóbada de cruzaria e onde se rasgam três janelões e de entre os quais não podemos deixar de destacar a Janela do Capítulo (Figura 21). A construção desta nave manuelina dota a antiga igreja conventual de espaços mais amplos e distendidos, conferindo-lhe uma disposição retangular de planta longitudinal, e a partir da qual se pode, com efeito, confirmar a minuciosa idiossincrasia da arquitetura e da arte decorativa e escultórica do estilo manuelino (Freitas, 2018, p. 47). Doravante, e pese embora o interior da abadia seja de uma riqueza artística imensa e portentosa, é a sua fachada exterior ocidental que traduz a suprema personificação dos planos arquitectónicos de D. Manuel I.



FIGURA 19. CORO-ALTO DA IGREJA MANUELINA. AUTORIA PRÓPRIA



FIGURA 20. SALA DO CAPITULO. AUTORIA PRÓPRIA.



FIGURA 21. FACHADA INTERIOR DA JANELA DO CAPITULO. AUTORIA PRÓPRIA.

Projetada e decorada a partir de um traçado excepcional, a frontaria occídua da nave manuelina (Figura 22) é sobrecarregada de temas vegetalistas e marítimos- numa clara alusão á expansão marítima portuguesa- heráldicos e religiosos. Pináculos cónicos e uma platibanda de motivos rendilhados rematam a cobertura desta fachada. O semblante da nave possui ainda no seu eixo central, um óculo circular (o mesmo do coro-alto) cuja linguagem decorativa faz alusão a velas náuticas orientadas pelo vento- em mais um registo de iconografia marítima, emblemando quiçá as velas das naus portuguesas. Imediatamente abaixo deste, eleva-se a prodigiosa Janela do Capítulo (Figura 23), um verdadeiro ex-libris do período Manuelino em Tomar e que apresenta, no seu conjunto, todas as características particulares do estilo artístico em que se insere.

Em forma de comprovação a sua discrição edificante traduz-se num emoldurado coberto de motivos emaranhadamente vegetativos e marítimos, verificando-lhe inclusive Ramalho Ortigão (citado em Pereira, 2009a, p. 61), um conjunto de “polipeiros de coral”, “algas”, “sobreiros” (...) “folhagem”, “ondas do mar”, “guizeiras”, “correntes e cabos de bordo” (...) “a árvore da Bíblia, de Jesus, cujo ramo simbólico é um attributo da paixão e da páscoa, da gloria e do martyrio”.

No seu cume, esta janela é coroada pela Cruz de Cristo e ladeada por duas esferas armilares. Já a sua base mostra um velho homem de barbas (que alguns estudiosos crêem representar Jessé pai de David, 2º Rei de Israel e ascendente direto de Jesus), com o busto envolvido por um nó e sustentando, às costas, as raízes de um tronco de carvalho que se divide em dois galhos e se elevam pelas margens da janela, formando a sua própria moldura. Esta idiosincrasia específica é símbolo basilar para a decifração de todo o intento da Janela do Capítulo do Convento de Cristo: a representação da árvore genealógica de Jesus, do qual D. Manuel I se crê descendente. Da leitura empreendida por Paulo Pereira na sua já mencionada obra, retira-se a percepção de que esta janela assim como a fachada que a suporta transcrevem na pedra a divisão entre os mundos (ou as descendências) terreno e celestial, consumando-se esta leitura nos botaréis cilíndricos dispostos nas esquinas da Igreja, e que surgem em representação dos dois poderes diferentes, que se particularizam a partir das raízes em si transpostas, sendo que do lado sul, estas estão intactas (por ser vital ao homem o seu contacto com a terra) e do lado norte, cortadas (não existindo necessidade divina de ligação à terra). Também os cinturões utilizados para unir as respetivas árvores são distintos. No botaréu que representa o poder dos homens, este é constituído por uma faixa afivelada, que pode precisar de ajustes, simbolizando as limitações e imperfeições humanas. Já o botaréu representativo do mundo celestial emprega uma grossa corrente, o que traduz a perfeição do divino. (Pereira, 2009b, pp. 17-21).

Ultimamente, e arrematando desta forma as empreitadas manuelinas no complexo conventual, sobeja-nos a explanação de duas importantes obras, e as últimas do seu reinado: O Portal Sul (Figura 24) que encima a nova porta de entrada do santuário, e a Casa do Capítulo (Figura 25), logo em frente desta. Assim, quanto ao primeiro referido, este começa a ser construído a partir de 1515, sob orientação de João de Castilho (mestre-de-obras do Convento de Cristo entre os anos de 1515 e 1553). O programa iconográfico para este pórtico compreende a imagem da Virgem Maria com o Menino no seu centro, sendo esta a personagem principal no frontispício do mesmo. Esta é acompanhada por outras imagens, de menores proporções e instaladas sobre pequenas mísulas, representando (no plano superior) S. Jerónimo, S. Gregório, Santo Agostinho, e Santo Ambrósio e abaixo destes, um profeta e S. João Evangelista, todos eles colocados de acordo com o Novo e Velho Testamento (Pereira, 2009a, p.75). Este portal é ainda

rematado por um incrível dossel que conjuga em si, do ponto de vista estilístico, uma mistura entre o Manuelino e o Renascentista. Paralelamente ergue-se, a diante, a Casa do Capítulo que, tal como o próprio nome indica, é construída com o intuito de ali se realizarem os capítulos de clérigos e cavaleiros da Ordem. Iniciada em 1521, e igualmente sob diretrizes Castilhanas este espaço, implantado junto dos limites murallados, seria composto de dois pisos sendo estes atribuídos aos diferentes domínios da Ordem de Cristo, que ali realizariam as suas diligências. No entanto, e pese embora a sua função fosse, acreditamos nós, indispensável para a manutenção das logísticas necessárias à época, a sua construção demonstrou-se longa e inconclusiva (Freitas, 2018, p. 51) tendo esta sido ocasionalmente utilizada e ultimamente abandonada e deixada em ruínas.

Assim, e em forma de conclusão, entre simbologias, traços, e particularidades da arte Manuelina, a *missão* a que D. Manuel I se propôs para o Convento de Cristo personifica conjuntamente as suas pretensões enquanto monarca e as suas ideologias enquanto homem, conjugando e immortalizando em Tomar, através da sua arte e requinte, a personificação do seu reinado: uma copiosa e extravagante panóplia decorativa, carregada de beleza, religiosidade, simbologia, patriotismo, propaganda e poder régio.

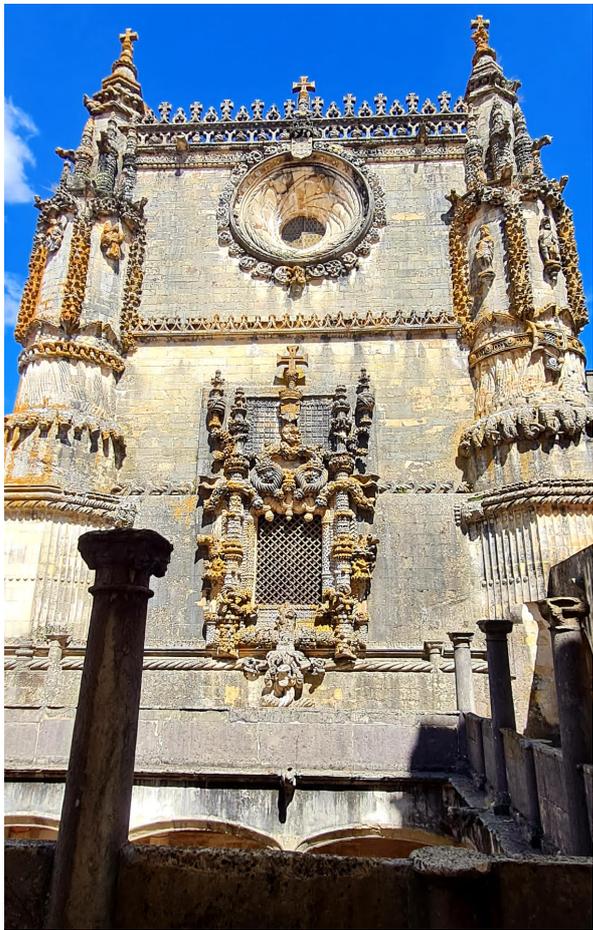


FIGURA 22. FACHADA POENTE DA IGREJA MANUELINA. AUTORIA PRÓPRIA.



FIGURA 23. JANELA DO CAPÍTULO. AUTORIA PRÓPRIA.



FIGURA 24. PORTAL SUL DA IGREJA MANUELINA.  
AUTORIA PRÓPRIA



FIGURA 25. CASA DO CAPITULO. AUTORIA PRÓPRIA

### 3.5. Reinado de D. João III (Séc. XV)

#### *Os Claustros Renascentistas*

D. Manuel I morre a 13 de Dezembro de 1521 e logo lhe sucede o seu filho primogénito, D. João, o III de Portugal e dos Algarves (1521-1557). Herdando de seu pai um vasto e opulento império, alcançado por inúmeros sucessos no período dos Descobrimentos, o monarca logo recebe a honraria oficial de Grão-Mestre da Ordem de Cristo. Porém, a visão governante de D. João III assumia-se desde logo, verdadeiramente diversa da de seu pai e, influenciado pelos tempos da Contra-Reforma na Europa, o novo Rei de Portugal recorre ao prior Frei António de Lisboa, seu conselheiro real, para a criação de uma profunda e significativa reforma que vem alterar não só o desígnio interno da Ordem de Cristo, como também o seu próprio espaço edificado (Pereira, 2009b, p. 26)

Assim, no ano de 1529, e a partir dos desígnios estabelecidos pelo referido prelado, o monarca constringe os freires religiosos da Ordem à observância de uma vida de clausura, estatuto reconhecido em 1531 pelo Papa Clemente VII, a partir da Bula “*Exposcit Debitum*”. Em consequência, D. João III promulga simultaneamente uma reforma temporal que se traduz (entre os anos de 1531 e 1552) na construção, a poente, de um novo complexo monacal, edificado de forma a minimizar o contacto dos freires religiosos com o mundo exterior. O objetivo terminante seria o de devolver à Ordem a sua *pureza* original, reconduzindo os frades aos valores primórdios da fundação da sua Ordem

(Freitas, 2018, p.51). Na prática isto significou, para o complexo conventual, a construção de cinco sublimes claustros que, interligados entre si e as dependências já existentes, reformulam e estendem o espaço geográfico ocupado pela Ordem de Cristo para o plano estrutural que vemos hoje (Freitas, 2018, p. 51).

Encarregue desta empreitada ficou o então mestre-de-obras do Rei, João de Castilho, que transcreve em cada um dos seus claustros linhas e traçados funcionais e claros, característicos do período artístico do Renascimento adaptando-os, no entanto, à exuberância dos delineamentos Manuelinos. As discrepâncias entre os dois estilos artísticos que se associam sem nunca se fundirem são, aliás, uma das particularidades mais belas do plano arquitetónico do Convento de Cristo, tornando possível uma clara viagem cronológica pelos diferentes períodos artísticos em Portugal.

### ***1. Claustro de Santa Bárbara***

Este claustro, que começa a ser construído em 1530, é erguido a poente da Casa do Capítulo e representa a transição artística do mestre-de-obras gótico à encomenda “ao modo romano” do Rei D. João III, traduzindo-se por isso, num projeto de linhas retas, práticas e simples (Figura 26). Na informação que nos dá Paulo Pereira na sua obra, este pequeno claustro serviu essencialmente para fazer a ligação entre os outros quatro e o espaço conventual já existente organizando-se, por isso, em dois andares, de forma a aproveitar a diferença de cotas entre os edifícios da Igreja e os espaços de usufruto monástico (dormitório, noviciado e refeitório). Assim, a comunicação entre os diversos recintos e andares fazia-se por intermédio de um inovador sistema de escadas organizadas em perfeita harmonia, permitindo a intercomunicação de todos eles. Por sua vez, o estilo arquitetónico aplicado neste claustro adapta-se entre formas góticas e experimentações ao estilo manuelino (como de resto, se pode verificar nas suas colunas) sendo erigido, a partir do piso térreo, com três arcos abatidos suportados em colunas robustas, e encimados por abóbadas de nervuras. Já o piso superior lograva de uma galeria semelhante, que escondia deliberadamente toda a heráldica manuelina para dar lugar a superfícies planas, com colunas e capitéis de inspiração clássica, num verdadeiro processo de transição estilística da arquitetura. Este acabou, no entanto, por ser desmantelado (entre 1843 e 1844) de modo a desobstruir a visibilidade da Janela do Capítulo (Pereira, 2009b, p. 28).



FIGURA 26. CLAUSTRO DE SANTA BÁRBARA. AUTORIA PRÓPRIA

## 2. Claustro da Hospedaria

Construído entre 1541 e 1542 o Claustro da Hospedaria, como o próprio nome indica, destinava-se à aposentadoria dos visitantes do Convento de Cristo sendo que, por ser esta a sua finalidade, o seu traçado é projectado com linhas mais *elegantes* representando-se com embelezamentos e decorações variadas (Figura 27).

Situado imediatamente a norte do Claustro de Santa Bárbara, este seu congénere reúne um semblante idêntico àquele que teria sido o delineamento dos restantes quatro, sendo por isso, composto essencialmente, no piso térreo, por quatro galerias revestidas de tramos de dupla arcada, em volta perfeita, assentes em colunas de capitéis dóricos, encimadas por abóbadas de nervuras. Já o seu piso superior, embora semelhante, diferencia-se pelas suas arquivoltas assentes em colunas jónicas e por um travejamento de madeira e caixotões na sua cobertura. Sucessivamente, o lado norte deste claustro recebe ainda um terceiro piso, já na época dos Filipes.

Posto isto, não podemos também deixar de fazer referência àquela que consideramos ser uma das mais fascinantes particularidades deste claustro. A partir do seu ponto meridional, o visitante consegue vislumbrar claramente a transição estilística do período Manuelino (com a fachada sul da Igreja a marcar o contorno do espaço) para o traçado reto, simples e claro do Renascimento (Figura 28).



FIGURA 27. CLAUSTRO DA HOSPEDARIA. AUTORIA PRÓPRIA



FIGURA 28. JUNÇÃO DE ESTILOS ARQUITECTÓNICOS NO CLAUSTRO DA HOSPEDARIA. AUTORIA PRÓPRIA

## 3. Claustro dos Corvos

Erguido entre os anos de 1537 e 1546, o Claustro dos Corvos é planeado para um espaço mais afastado do núcleo coletivo ordenado por D. João III, e isto porque a sua finalidade seria a serventia do propósito de recolhimento, reflexão e erudição à qual o monarca restringiu os monges da Ordem. Paralelamente, seria também neste espaço que os noviços tinham as suas aulas, e onde se achavam uma série de zonas auxiliares aos estudos, como a biblioteca conventual, uma livraria (entretanto desaparecida), uma sala de leitura, e ainda as celas para estudantes. Futuramente, será aqui determinada, entre os anos de 1598 e 1615, a construção da Portaria da Casa do Dom Prior, inserida na fachada norte deste Claustro (SIPA, 2011), e já no seguimento das obras ordenadas por D. Filipe I.

Posto isto, e sendo organizado à semelhança dos seus associados que partilhavam um traçado renascentista, o Claustro dos Corvos reproduz um esquema bastante funcional e linear possuindo uma planta quadrangular, com dois pisos de galerias (Figura 29). O piso inferior, que seria o dormitório do noviciado, é marcado por quatro tramos de dupla arcada assentes em colunas lisas e encimadas por capitéis de cesto sendo, estes últimos, separados por um contraforte quadrangular. Já o piso superior é constituído por quatro corredores fechados e interligados entre si, rasgando-se na sua fachada uma série de janelas correspondendo cada uma destas aos quartos privados dos freires constituintes. No seu topo, o claustro é ainda encimado por duas platibandas contínuas.

#### 4. Claustro da Micha



FIGURA 29. CLAUSTRO DOS CORVOS. AUTORIA PRÓPRIA

A construção do Claustro da Micha (Figura 30) decorre entre os anos de 1530 e 1546, sendo este o espaço da antiga portaria do Convento, e simultaneamente, a Casa do Forno (Figura 31) e a Procuradoria. Assumindo, mais uma vez, o mesmo plano dos seus coincidentes, este claustro é composto, no seu piso inferior, por quatro tramos separados por contrafortes quadrangulares, encimados por cornijas balanceadas e assentes em colunas lisas de capitel largo. O piso superior, por sua vez, vai alterando o seu traçado de galeria em galeria: no lado sul encontramos uma varanda delimitada com uma platibanda; do lado nascente fixa-se a Procuradoria; do lado norte apresenta-se uma das fachadas da Casa do Dom Prior; e por fim, a poente, o forno e um corredor coberto, dotado de três salas que, no plano original do espaço, seriam dormitórios e a Capela do Noviciado (Pereira, 2009b, pp. 33-34). No entanto, empreitadas posteriores dotaram estas dependências de três frontões triangulares, decorados por medalhões e rematados por urnas, jarras, e granadas.

### 5. Claustro das Necessárias

Continuamente ao Claustro da Micha, a poente, encontra-se um outro, mais pequeno e sem qualquer ornamentação chamado das Necessárias (Figura 32) que, assim como o próprio nome indica, se destinava aos esgotos das latrinas conventuais (*op.cit*, p. 34).



FIGURA 29. CLAUSTRO DA MICHA. AUTORIA PRÓPRIA



FIGURA 31. CASA DO FORNO NO CLAUSTRO DA MICHA. AUTORIA PRÓPRIA



FIGURA 32. CLAUSTRO DAS NECESSÁRIAS. AUTORIA PRÓPRIA

### 6. Claustro de D. João III

O Claustro de D. João III (Figura 36) é, de entre todas as obras que se inseriram no projeto reformista do monarca, aquele que mais se destaca, pela sua incomparável projeção arquitectónica e narrativa cronológica. Para além de ter sido o último e o mais moroso dos cinco claustros construídos durante o projeto reformista do Rei português, este complexo constitui-se como uma das mais significativas obras de transição artística existentes quer em Portugal quer na Europa, imprimindo no seu traçado uma harmoniosa junção entre dois estilos técnica e temporalmente distintos: o Renascimento (séc. XV a XVI) e o Maneirismo (séc. XVI a XVII) (Condeço, 2013, pp. 78- 80). Estes fatores, aliados à imponência simétrica e sublime do seu delineamento, contribuem indiscutivelmente para elevar este claustro a obra magna do Convento de Cristo.

Doravante, o seu projeto inicial fica a cargo do mestre-de-obras, à época, João de Castilho que, sem fugir à regra, aplica neste claustro a partir de 1531, as diretrizes inerentes ao período renascentista e denota o local de um traçado simples e claro (Pereira, 2009b, p. 28). Todavia, e certamente motivado pelas alterações culturais ditadas a partir da Reforma Católica em meados do séc. XVI, D. João III ordena, para além da destruição de todo o projeto castilhiano já edificado, a sua total substituição, comprometendo irreversivelmente a configuração precisa daquele que terá sido o seu primeiro plano arquitetónico (Pereira, 2019<sup>29</sup>).

Contudo, será quase certo que a reprodução desta obra esteja intimamente ligada às características que definiram a traçada de Castilho enquanto arquiteto mestre do C.C, e a conservação, no claustro, de alguns detalhes cuja elaboração se lhe atribui sustentam precisamente essa afirmação (Figuras 33 a 35). Paralelamente, podemos também citar um relato de época que, datada de 30 de junho de 1533, retrata o Claustro Principal como sendo de “dois andares, (...) com 32 arcos (...) ligados entre si, e pousados sobre uma coluna maior, e duas meias colunas. Cada arco teria cerca de sete metros de altura e uma abóbada que deveria ser de berço” (Guimarães, 1931, pp. 50-52).

Ora, partindo destas descrições e das suas semelhanças óbvias com os traçados dos restantes claustros renascentistas atribuídos a Castilho, é-nos possível um melhor entendimento daquele que terá sido o seu plano inicial para o Claustro de D. João III. Belíssimos exemplos disso mesmo são- para além de pontuais elementos decorativos- a sua Sala do Capítulo e a antiga escada de acesso ao púlpito do refeitório conventual.



FIGURA 33. PILASTRA DECORATIVA DO PROJETO ARQUITETÓNICO DE JOÃO DE CASTILHO NO CLAUSTRO D. JOÃO III (PEREIRA, 2019)

<sup>29</sup> Pereira, G. (2019). *O claustro principal do Convento de Cristo de Tomar: a obra perdida de João de Castilho* in Kairós- Boletim do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes, e Ciências do Património, nº4. Universidade de Coimbra, Coimbra.



FIGURA 34. ELEMENTOS DO PROJETO ARQUITETÓNICO DE JOÃO DE CASTILHO NO CLAUSTRO D. JOÃO III. AUTORIA PRÓPRIA



FIGURA 35. ELEMENTOS DO PROJETO ARQUITETÓNICO DE JOÃO DE CASTILHO NO CLAUSTRO D. JOÃO III. AUTORIA PRÓPRIA

Continuamente, e ainda no decurso do ano de 1533, as obras do Claustro haviam cessado e encontrava-se, por isso, abertas e perigosas ao quotidiano da comunidade religiosa. Assim, e reconhecendo a urgência da sua finalização, D. João III ordena a contratação de um novo mestre-de-obras, cargo que o arquiteto Diogo de Torralva vem ocupar nesse mesmo ano. A este, o monarca rapidamente delega a composição de um projeto arquitetónico que finalizasse aquela área conventual (Pereira, 2009a, p. 559), diligência que, embora prontamente cometida, tardou a efectivar-se. As obras de reconstrução iniciam-se apenas em 1558, já durante o reinado de D. Catarina que, por fim, aprova um plano arquitetónico onde Torralva revela um domínio absoluto e claro da linguagem clássica do Renascimento, promovendo um total controlo e racionalidade do espaço, e imortalizando nas suas linhas as características simbólicas do estilo maneirista- e do qual, convém ressaltar, este arquiteto se torna o maior representante em Portugal.

A obra interpreta um mesmo sintagma clássico, e cria uma conjunção de um tramo inferior de um arco, a que se sobrepõe no piso superior uma «serliana», com o seu arco central enquadrado por duas colunas que sustentam uma arquitrave de cada lado. Este ritmo é acrescido no piso térreo de um dispositivo inédito: na frente aberta para a crasta, Torralva duplica as pilastras. As ordens clássicas adoptadas são duas, segundo a disposição vitruviana: a jónica em cima e a dórica no piso térreo. O resultado é um corpo de galerias de uma transparência diáfana, que faz jus à luminosidade grácil, dócil (...) reverberada pela pedra branda de cor quente. (...) os valores de luz e sombra são acentuados pelo jogo de cromatismo das superfícies, que empregam maioritariamente o calcário amarelo, em contraste com o mármore negro dos planos reentrantes (Pereira, 2009a, p. 559 e 560).

Diogo de Torralva ficou então responsável pelas obras no claustro até 1564, ano em que é afastado, presumivelmente, por motivos de doença. Assim, a obra fica novamente suspensa até 1581, quando o arquitecto italiano Filippo Terzi é chamado à cidade de Tomar com o objetivo de rematar, finalmente, o Claustro Principal (Freitas, 2018, p. 53). As suas empreitadas fixam-se maioritariamente nos acabamentos finais e passam essencialmente pela conclusão da cimalha e da elegante balaustrada que encima o espaço. Já a Pedro Fernandes de Torres, que sucede a Terzi em 1593 (Condeço, 2013, p. 103), vincula-se a construção da fonte de estilo marcadamente maneirista que se insere no centro do Claustro (Figura 37).



FIGURA 36. CLAUSTRO DE D. JOÃO III. AUTORIA PRÓPRIA



FIGURA 37. PORMENOR DA FONTE CENTRAL DO CLAUSTRO DE D. JOÃO III. AUTORIA PRÓPRIA



FIGURA 38. ESCADAS ENVIESADAS DO CLAUSTRO DE D. JOÃO III. AUTORIA PRÓPRIA

### 7. *Capela de Nossa Senhora da Conceição*

A Capela de Nossa Senhora da Conceição (Figura 39), construída entre 1547 e 1572 foi, paralelamente com o Claustro de D. João III, uma empreitada partilhada entre os três principais arquitetos do Convento de Cristo, que sob o patrocínio do próprio monarca- crendo-se que para ali fixar o seu próprio mausoléu (Freitas, 2018, p. 113)- iniciam as obras sob a direção de João de Castilho, que ali perpetuou, mais uma vez, os reflexos do Renascimento em Portugal e fez desta uma das jóias supremas do classicismo no país.

Assim, no decurso do seu plano arquitectónico, Castilho introduziu num traçado retangular, linhas simples e funcionais organizando o seu interior com duas naves laterais e uma capela-mor ao centro (Figura 40), sendo estas divididas por duas fiadas de colunas cilíndricas, encimadas por capitéis coríntios. Cada oratório é semelhantemente decorado com motivos geométricos e florões que, nos cantos, possuem quatro mascarões de “*demónios*” com um ar de indignação e espanto (...) exprimindo a tristeza e horror do mundo subterrâneo ante a morte do Rei.” (Moreira, 1981<sup>30</sup>). Também os capitéis do transepto e da capela-mor possuem um conjunto de símbolos de sentido funerário, num programa iconográfico que, acreditamos, se deve essencialmente ao seu objetivo de construção, sendo este espaço rematado com abóbadas de berço assemelhando-se, de resto, àquilo que o arquiteto já havia concretizado nos corredores dos Claustros do Convento. Paralelamente, a sua fachada exterior é projetada de forma homóloga, com um traçado sóbrio e retilíneo, onde se insere um portal linear, sem decoração, encimado por um oráculo simples em *meia-lua*, e acompanhado, nas laterais, por dois janelões (Moreira, 1981).



FIGURA 39. CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. AUTORIA PRÓPRIA

<sup>30</sup> in Direcção Geral do Património Cultural (acedido em 2020) *Ermida de Nossa Senhora da Conceição*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70239>.



FIGURA 40. INTERIOR DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. AUTORIA PRÓPRIA

### 3.6. Reinado Filipino (1580-1640)

*Aqueduto dos Pegões, Portaria Nova, Enfermaria e Botica*

D. Filipe I de Portugal (II de Espanha) é coroado rei em 1580, na sequência de uma grave crise sucessória no seio da monarquia portuguesa que, após a morte de D. Sebastião (sucessor legítimo de D. João III) padece de um Rei legítimo para o trono. Assim, e após várias especulações, três candidatos legítimos e dois reinados vertiginosos, o trono de Portugal é subjugado e D. Filipe de Espanha dá início à Dinastia Filipina em território português.

#### 1. *Aqueduto do Pegões*

À semelhança dos seus antecessores, também o rei D. Filipe I projeta um legado arquitetónico para o Convento de Cristo, algo que se traduz numa série de novas empreitadas (A Obra Filipina no C.C) e de entre as quais se destacam a conclusão, ao estilo maneirista, do Claustro Principal, a construção de novos espaços conventuais (Portaria Nova, Enfermaria e respetiva Botica) e ainda a projeção da mais marcante obra do período filipino neste espaço: o Aqueduto dos Pegões (Figura 41), cujo principal objetivo passaria precisamente pela necessária atualização do sistema de abastecimento de água ao Convento que, à data, contava apenas com algumas cisternas. Assim, a obra é delegada pelo monarca ao então mestre-de-obras da Ordem, à época, Filippo Terzi, que inicia a empreitada no ano de 1593 pese embora esta só fique inteiramente funcional 20 anos mais tarde, em 1613 (Freitas, 2018, p. 121).

Para esta colossal empreitada, Terzi planifica um engenho hidráulico em pedra com cerca de seis quilómetros de extensão e 180 arcos de volta perfeita, fazendo deste um dos maiores e mais extensos aquedutos do país. Iniciando o seu percurso em três mães de água principais (Nascentes da Porta do Ferro, do Vale da Pipa e do Cano), o transporte da água era feito pelo extenso canal a partir unicamente da força da gravidade, mantendo o

aqueduto algumas inclinações ao longo dos seus quilómetros que faziam a água correr até às imediações do recinto conventual. O curso do aqueduto contava ainda com pequenas casas de águas, abobadadas e encimadas pela Cruz de Cristo, sendo estas destinadas à decantação da respetiva água. Mais tarde, já no decorrer do reinado de D. Filipe II, reconheceu-se a necessidade de se abastecerem os depósitos de água internos do Convento (cozinha, lavabos do Dormitório) e para isso, estende-se o aqueduto para dentro da Cerca Conventual (Figura 42), enquadrando-se este nas fachadas sul do Claustro dos Corvos e do Claustro de D. João III, e terminando na construção da fonte central inserida neste último, em 1619, da autoria de Fernando Torres (Freitas, 2018, p. 123).



FIGURA 41. AQUEDUTO DOS PEGÕES. DISPONÍVEL EM: [WWW.PINTEREST.PT](http://WWW.PINTEREST.PT)

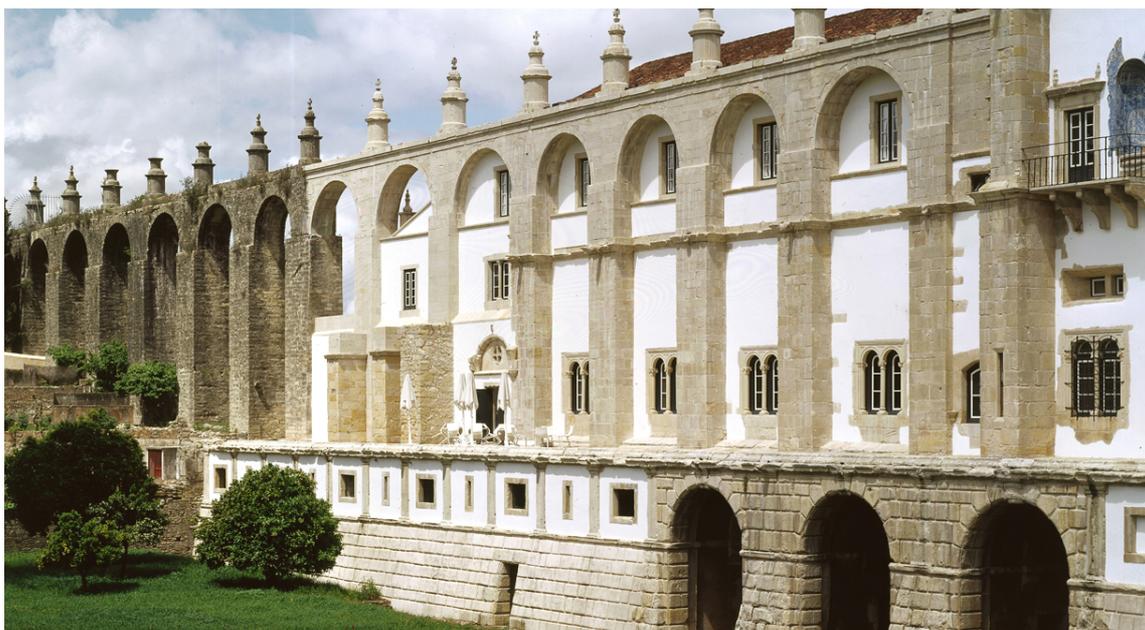


FIGURA 42. UNIÃO DO AQUEDUTO DOS PEGÕES COM A FACHADA DO CONVENTO DE CRISTO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.CONVENTOCRISTO.GOV.PT](http://WWW.CONVENTOCRISTO.GOV.PT);

## 2. Sacristia, Enfermaria e Botica Novas

As intervenções ordenadas por D. Filipe I para o Convento de Cristo decorrem em paralelo com a conclusão do Aqueduto dos Pegões, em finais do séc. XVII e correspondem precisamente aos últimos remates antes da efetiva conclusão do complexo arquitetónico.

Assim, e para além da ordenação de uma Nova Sacristia (Figura 43) incluída no Claustro do Cemitério<sup>31</sup>, o rei ordena também para o traçado norte do convento, obliquo aos Claustros da Micha e da Hospedaria, a construção de uma Portaria Nova (ou Portaria Filipina), uma Enfermaria e a sua respetiva Botica (Figura 45), tendo sido estas as construções que acabam por definir inalteravelmente a fachada norte do Convento (Freitas, 2018, p. 123) (Figura. 46). Por conseguinte e de plano marcadamente Maneirista, esta composição arquitetónica caracteriza-se por um traçado simplista, sem grandes programas decorativos ficando, no entanto, a cargo de D. João IV agraciar o espaço com ornamentos já representativos do período Barroco- são exemplos disso as faixas em azulejo azul e branco ao longo dos corredores da Enfermaria, os tetos apainelados em madeira pintada, e a utilização de mobiliário requintadamente trabalhado (Canelas, 2016).

Ultimamente, as obras no Convento de Cristo prosseguirão, às mãos de outros mestres, até 1690 não se verificando intervenções adicionais.

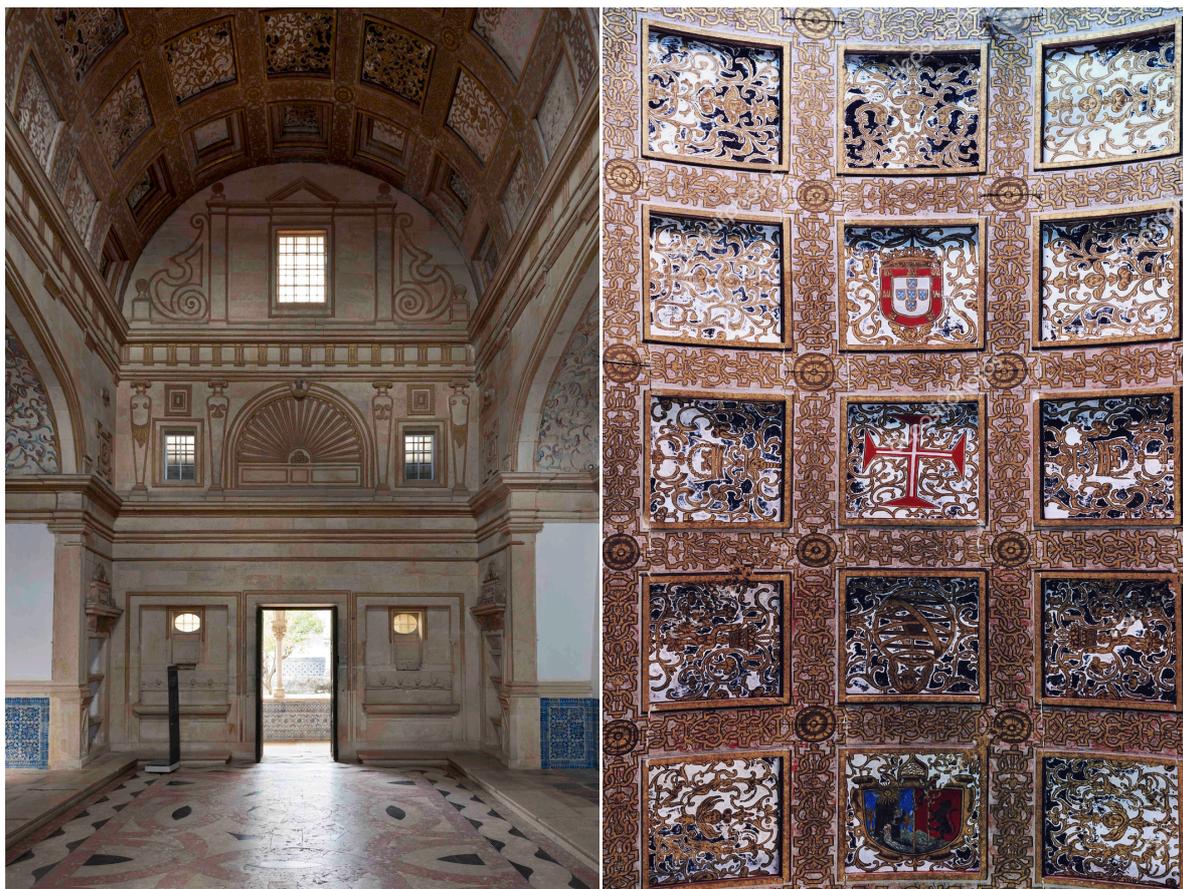


FIGURA 43. SACRISTIA NOVA DO CONVENTO DE CRISTO. AUTORIA PRÓPRIA

FIGURA 44. TETO DA SACRISTIA NOVA. AUTORIA PRÓPRIA

<sup>31</sup> ConventodeCristo.gov.pt. *O Espaço e o Tempo*. Disponível em: <http://www.conventocristo.gov.pt> (Acedido em 2020)



FIGURA 45. EDIFÍCIO DA ENFERMARIA E BOTICA AUTORIA PRÓPRIA



FIGURA 46. FACHADA NORTE DO CONVENTO DE CRISTO. AUTORIA PRÓPRIA

É desta forma que se dá por encerrado o segundo capítulo deste trabalho. De uma forma sucinta pretende-se, nestas páginas, desvendar curiosidades, transmitir estórias, partilhar detalhes, e valorizar marcos históricos que, à semelhança do seu traçado arquitetónico e dos seus respetivos intervenientes, contribuíram invariavelmente para fazer do Convento de Cristo uma das mais belas e completas obras de arte existentes em Portugal.

Simultaneamente, é imperatório fazer referência à disponibilidade e cooperação com que desde cedo, foi recebido o meu estágio curricular. Todo o processo de investigação presencial que me foi permitido fazer dentro do complexo conventual complementou e validou as percepções bibliográficas que paralelamente foram sendo adquiridas culminando ambas naquilo que neste capítulo se menciona.

## ***Capítulo III***

### **CIRCUITO TURÍSTICO INFANTIL PROPOSTA PARA A CIDADE DE TOMAR**

#### **1. Propósito e Relevância do Circuito**

Aquando da idealização deste relatório cedo definiu-se que, para a sua conclusão, procurar-se-ia desenvolver um projeto que permitisse a aplicação prática daqueles que foram anteriormente referidos como os princípios e condutas fundamentais na efetivação de uma prática turística sustentável e orientada para a preservação, salvaguarda e proteção do património cultural. Paralelamente e, conjugado ao facto de se acreditar que qualquer aprendizagem deve ser incitada em idades precoces, considerou-se também que este deveria responder a uma das principais lacunas que se julga existirem no setor do Turismo Cultural e de Patrimónios, sendo esta a escassez de produtos e ofertas direccionados para as faixas etárias mais jovens.

Nesse sentido, e após um breve período de considerações, pareceu proveitoso e estratégico a criação de um roteiro turístico personalizado e direccionado para crianças do 2º e 3º ciclos de escolaridade que, a incidir na cidade de Tomar, pudesse não só providenciar aos participantes uma experiência prática e didática, mas que também contribuísse para o efetivo reconhecimento e valorização do património da cidade. Simultaneamente, o intento de que esta atividade pudesse vir a ser aplicada enquanto conteúdo adicional e complementar de programas e temáticas pedagógicas inseridas nos planos curriculares, foi também uma ambição fundamental na delineação quer do seu conteúdo, quer dos seus locais de referência.

Assim, com a ambição de que este roteiro sirva como um protótipo daquilo que poderá eventualmente ser aplicado a nível local, regional ou até nacional, o circuito turístico que aqui é proposto baseia-se na premência de dar resposta às anteriores premissas e também de divulgar e promover este tipo de itinerários e atividades alternativas ao já característico e habitual Turismo Cultural, procurando oferecer novos produtos e novas práticas turísticas assentes na sua sustentabilidade, preservação e salvaguarda.

#### **2. Actividade Proposta**

##### *2.1. Circuito*

Na concepção deste circuito turístico procurou-se enaltecer e privilegiar a história de Tomar tendo por base cronológica a fixação da Ordem dos Cavaleiros Templários na dita cidade. Assim, e de entre os inúmeros pontos de interesse que ali podem ser encontrados, selecionaram-se nove que, pela sua relevância histórica, arquitectónica, social, cultural, e artística, se distinguem entre os demais, contribuindo significativa e proveitosamente para uma maior e melhor interpretação do Património Tomarense, atualmente herdado pelos habitantes da cidade e, neste caso específico, pelos participantes da actividade.

Além disso, é de ressaltar que, aquando da idealização deste percurso, procurou-se projectá-lo de forma a que pudesse funcionar enquanto atividade independente e exclusiva, mas também enquanto percurso complementar de outros programas já formalizados por outras entidades culturais na cidade- de que são exemplo as colaborações e atividades promovidas, e já mencionadas neste trabalho, pelo Convento de Cristo e/ou pela Câmara Municipal de Tomar. A adaptação deste circuito, ou do seu conceito, a qualquer outro tema pertinente que incida sob a história da Cidade de Tomar será uma mais valia para o desenvolvimento e dinamização do turismo da cidade que, convenhamos, se cinge maioritariamente ao complexo conventual do Convento de Cristo.

Dessarte, apresenta-se a proposta para a rota turística inserida no centro histórico da cidade de Tomar.



FIGURA 47. ROTA TURÍSTICA PROPOSTA PARA A CIDADE DE TOMAR. ADAPTADO DE: [WWW.ANYFORMSDESIGN.COM](http://WWW.ANYFORMSDESIGN.COM);

## 2.2. Material e Recursos

A realização deste circuito turístico comportará alguma logística, sendo necessário diligenciar recursos adicionais, tais como as formas de transporte, eventuais produtos alimentares, auxiliares e/ou voluntários para o acompanhamento durante o percurso, etc. ficando adiante dependente da concordância entre os seus intervenientes<sup>32</sup>.

Posteriormente, a atividade será apresentada sobretudo, e numa primeira fase, às escolas e ATL's do concelho, sendo eventualmente estendida a quaisquer outras entidades sempre que garantidas as disponibilidades de recursos.

Quanto à atividade propriamente dita, o seu objetivo principal passa pela transmissão de conhecimentos, valores e fundamentos que permitam aos participantes ter um contacto próximo e direto com a sua História e o seu Património. Ao mesmo tempo, motivam-se as suas consciências e percepções face à importância da preservação e salvaguarda dessa mesma herança cultural sublimado, claro, a fundamentalidade dos seus papéis enquanto agentes responsáveis quer pela garantia da sua transmissão às gerações vindouras, quer pelo desenvolvimento de práticas de turismo sustentável e de sustentabilidade turística, refletida e prudente de forma a tornar todas estas premissas viáveis.

Ora, estabelecida a parte teórica da atividade, cedo me fui debatendo com um impasse. De que forma se poderiam transmitir todas estas diretrizes e conceitos às crianças de uma forma que, sem alienar a pedagogia, fosse igualmente divertida e entusiasmante? Tencionava-se a criação de uma rota que para além de instrutiva fosse original, recreativa e interativa.

Foi então nesse sentido que surgiu o *Passaporte do Viajante*. Criado a partir de uma das ideias aplicadas a uma das atividades em que participei durante o meu estágio curricular no C.C, este pequeno documento- que será entregue a cada criança no princípio da atividade- servirá simultaneamente dois propósitos. O primeiro será o de apresentar aos *viajantes* o percurso que irão fazer, orientando-os no mapa e garantindo que cada um deles passa por todos os pontos principais. Já o segundo está intercalado com a vertente pedagógica e demonstra, a partir de um jogo de tabuleiro, algumas das condutas que devem ser adoptadas de forma a garantir que as suas práticas turísticas são sustentáveis e vão ao encontro da preservação e salvaguarda do património cultural que estão a visitar. Assim, o avanço, recuo, ou permanência de cada criança em cada casa estará dependente das suas (boas ou más) práticas, sendo que cada uma destas será verificada e sinalizada no passaporte pela organização. No fim da visita, e de acordo com o número de ações sustentáveis desempenhadas por cada criança, certificar-se-á o viajante como sendo um *Viajante Sustentável* e precursor de boas práticas de proteção e salvaguarda do Património Cultural.

Demonstra-se de seguida a idealização do “*Passaporte do Viajante*” a acrescentar à Rota Turística Infantil na Cidade de Tomar:

---

<sup>32</sup> No decorrer da elaboração deste projeto, procurei obter algumas das informações necessárias face às referidas diligências, incidindo particularmente na colaboração com as escolas do concelho. No entanto, e devido à promulgação, em Diário da República, do Despacho n.º 3427+B de 18 de Março de 2020 (que suspende todas as actividades letivas e não letivas e formativas presenciais no âmbito da COVID-19) foi-me impossível determinar qualquer conclusão. Contudo, importa referir que, referente a possíveis custos da actividade, todos os monumentos incluídos no circuito turístico são de entrada livre.

# Passaporte do Viajante

Escola: \_\_\_\_\_  
 Nome: \_\_\_\_\_  
 Ano: \_\_\_\_\_  
 Idade: \_\_\_\_\_

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

- 1) Castelo de Tomar
- 2) Convento de Cristo
- 3) Aqueduto dos Pegões
- 4) Ermida de N. S. Da Conceição
- 5) Paços do Concelho/P. Gualdim Pais
- 6) Lagares do Rei (Levada)
- 7) Estaus
- 8) Igreja de S. M. Do Olival
- 9) Mata dos Sete Montes

**Início**

OH NÃO! Um grupo de 100 pessoas! Se vires que os sítios onde queres ir têm muita gente, espera um pouco. Muitas pessoas juntas podem estragar o património.

1 Castelo de Tomar

2 Convento de Cristo

3 Aqueduto dos Pegões

4 Ermida de N. S. Da Conceição

5 Paços do Concelho/P. Gualdim Pais

6 Lagares do Rei (Levada)

7 Estaus

8 Igreja de S. M. Do Olival

9 Mata dos Sete Montes

**Fim**

Andaste isto tudo a pé? Parabéns! Tornaste a tua viagem mais sustentável!

Ouve, lê e respeita sempre as regras e as pessoas. Vais divertir-te ainda mais!

Lixo no chão, NÃO! Usa sempre o caixote.

Não te esqueças que tu também és parte desta História. Preserva-a!

FIGURA 48. PASSAPORTE DO VIAJANTE PLANEADO PARA A ROTA TURÍSTICA INFANTIL NA CIDADE DE TOMAR. AUTORIA PRÓPRIA

### 3. Programação da Atividade

#### 08h30: Início da Visita

- Castelo de Tomar (**ponto 1**) e Convento de Cristo (**ponto 2**): a visita terá o seu início no Complexo Conventual do Convento de Cristo. Aqui será descrita toda a atividade, apresentados todos os intervenientes e distribuídos todos os materiais auxiliares. A visita iniciar-se-á junto da Porta de Santiago, na entrada do Castelo e terminará junto da saída do Convento;

- Definiu-se um período de cerca de duas horas para esta visita, tendo em conta um intervalo a meio do percurso. Para além disso, julgando-se igualmente proveitoso que as crianças possam explorar alguns recantos dos jardins existentes no perímetro muralhado, sendo esta ocasião aproveitada também para pôr em prática a temática do jogo proposto no passaporte;

#### 10h30

- Aqueduto dos Pegões (**ponto 3**): sem grandes desvios, o circuito encaminhar-se-á para a parte este do Complexo Conventual, junto às traseiras do mesmo, onde se visitará o Aqueduto dos Pegões. Embora se percorra de forma breve, este aqueduto é indissociável da história do Convento e da própria cidade, e por isso, um ponto de enorme relevância;

- O intervalo de meia hora estipulado para este ponto compreende a sua visita e o tempo do trajeto realizado entre o ponto 3 e o ponto 4 do percurso;

#### 11h

- Ermida de Nossa Senhora da Conceição (**ponto 4**): o percurso da visita seguirá agora para a capela contígua ao Convento de Cristo que terá sido erguida sincronicamente com o referido complexo. Priorizou-se este monumento por duas razões; a primeira, pelo simbolismo intrínseco com que foi ordenado por D. João III e posteriormente erguido por três dos mais importantes mestres de obras do então Reino de Portugal (ver ponto 7 do Cap. II) e a segunda, por considerar instrutivo e proveitoso para os alunos que possam visitar um espaço tão notável e valioso para a História, mas muitas vezes negligenciado e esquecido em prol do seu adjacente vizinho.

- À semelhança do ponto 3, também este espaço de tempo compreende a visita ao monumento e o tempo decorrente do trajeto entre este e o ponto 5;

#### 11h30

- Paços do Concelho/ Estátua de D. Gualdim Pais (**ponto 5**): neste local dá-se início à visita compreendida ao Centro Histórico da Cidade de Tomar. Aqui serão visitados os Paços do Concelho, antigos Paços Reais ao reinado de D. Manuel I (TurismoTomar<sup>33</sup>) para ali fixar os Paços Reais e, posteriormente, a estátua do mestre templário, fundador da cidade, D. Gualdim Pais.

- A relevância histórica destes dois pontos está subentendida e, por isso, considerou-se que seriam ambos fundamentais para o percurso;

---

<sup>33</sup> Página Oficial do Turismo de Tomar. Disponível em <https://www.visit-tomar.com/Home/Page/TomarHistory> (Acedido a 14/04/2021)

### 12h-13h30

• (PAUSA PARA ALMOÇO): No decurso do trajeto percorrido até aqui e, para que não se façam grandes e desnecessários desvios programou-se, para a hora de almoço, um piquenique no Jardim do Mouchão. A sua adjacência ao percurso de visita (pontos marcados a **x** no mapa) e também o facto de ser um amplo parque verde onde as crianças podem ter tempo e espaço de recreio faz deste o lugar mais conveniente para esta pausa<sup>34</sup>.



FIGURA 49. DISTÂNCIA ENTRE O PONTO 5 DO PERCURSO TURÍSTICO E O LOCAL DO ALMOÇO, NO JARDIM DO MOUCHÃO. ADAPTADO DE [WWW.ANYFORMSDESIGN.COM](http://WWW.ANYFORMSDESIGN.COM)

### 13h45

• Lagares D’El Rei/Complexo da Levada (**ponto 6**): o recomeço da atividade terá lugar naqueles que foram, outrora, os lagares e os moinhos do Rei e que, por isso, são indissociáveis da história da Cidade.

• Assumindo, desde a sua fundação, uma enorme relevância no desenvolvimento social e económico da cidade de Tomar, este conjunto edificado é certamente um dos espaços mais relevantes da sua história, uma vez que acompanhou não só as transições de época, como se foi adaptando repetidamente a cada uma delas assim como às suas indústrias vigentes (Filipe, 2015<sup>35</sup>). Por isso mesmo e por se constituir como uma autêntica viagem no tempo, considerou-se este ponto como um dos mais relevantes, sendo imprescindível a sua inserção no roteiro;

<sup>34</sup> Na eventualidade de que as condições meteorológicas não permitam o piquenique ao ar livre, considera-se a requisição de uma sala no interior da Estalagem de Santa Iria, situada no referido parque e sob a alçada da C.M.T.

<sup>35</sup> Filipe, G. (2015). *O Projecto Museu Levada Tomar. A musealização como processo de salvaguarda de património técnico e industrial*. Dossiê de Arqueologia e Património Industrial, II Série, nº19 (p.137-146). Centro Arqueológico de Almada. Disponível online em: [https://www.academia.edu/21742137/O\\_Projecto\\_Museu\\_Levada\\_Tomar\\_A\\_musealiza%C3%A7%C3%A3o\\_como\\_processo\\_de\\_salvaguarda\\_de\\_patrim%C3%B3nio\\_t%C3%A9cnico\\_e\\_industrial](https://www.academia.edu/21742137/O_Projecto_Museu_Levada_Tomar_A_musealiza%C3%A7%C3%A3o_como_processo_de_salvaguarda_de_patrim%C3%B3nio_t%C3%A9cnico_e_industrial). (Acedido a 15/04/2021)

### **14h30**

- Estaus (**ponto 7**): seguindo o percurso traçado, o próximo local de visita será o mais breve dos nove, uma vez que não existe um espaço edificado propriamente dito, mas apenas fragmentos daquele que foi, em tempos, um dos mais simbólicos edifícios da cidade.

- Devido ao seu propósito inaugural e, conseqüentemente, à sua importância na História social, económica, e arquitectónica de Tomar, reconheceu-se nos Estaus um ponto de visita útil e francamente indispensável para completo e absoluto entendimento daquele que é o Património edificado da cidade;

### **15h**

- Igreja de Santa Maria do Olival (**ponto 8**): continuamente, o percurso desta actividade turística segue para aquele que teria sido o panteão da Ordem dos Cavaleiros Templários, a Igreja de Santa Maria do Olival (Turismo de Portugal, 2013<sup>36</sup>). A par com o conjunto arquitectónico do Convento de Cristo, este é um dos mais ilustres templos cuja fundação se associa à referida Ordem, estando inclusive este espaço envolto em inúmeras místicas e lendas de Tomar, o que reforçará, na minha opinião, a curiosidade dos alunos para além dos factos históricos e arquitectónicos do local.

- Assim, e por essas mesmas razões (e outras mais) este é um dos pontos que, na cidade, se distingue maiormente, não podendo nunca ser desconsiderado numa rota planeada precisamente com o objetivo de exaltar, entre outras, a herança Templária;

### **16h**

- Mata dos Sete Montes (**ponto 9**): a Mata dos Sete Montes será o ponto de finalização desta rota turística.

- Priorizou-se este local porque, para além da sua história, intimamente ligada quer ao Castelo de Tomar, quer ao Convento de Cristo, é o maior e mais amplo parque da cidade. Assim, achou-se proveitoso que a visita terminasse num espaço onde as crianças teriam a possibilidade de lanchar sentados e descontraídos, aproveitando depois para brincarem um pouco antes do regresso às respetivas escolas.

## **4. Circuito Alternativo**

Não obstante e, atendendo à extensão e delonga do circuito acima indicado, considerou-se igualmente proveitosa a criação de uma rota alternativa que, embora objetivamente semelhante, se realizasse apenas durante uma parte do dia. Desta forma, contornam-se eventuais restrições horárias das escolas, ATL's e/ou quaisquer outras instituições participantes sem se comprometer o propósito e a integridade da atividade propriamente dita.

Em prol disso mesmo, concebeu-se a seguinte rota:

---

<sup>36</sup> Página Oficial do Turismo de Portugal. Disponível em <https://www.visitportugal.com/pt-pt> (Acedido a 14/04/2021)



### **08h30: Início da Visita**

- Castelo de Tomar (**ponto 1**) e Convento de Cristo (**ponto 2**): á semelhança da primeira rota proposta, também a alternativa terá início neste complexo arquitetónico onde, para além da apresentação da actividade e posterior distribuição de materiais auxiliares<sup>37</sup>, será feita uma visita guiada que se complementarà com jogos e recreações de carácter interativo e didático.

- Nesse seguimento, o percurso de visitaçãõ irá iniciar-se junto da Porta de Santiago e, partindo daqui, os alunos serão paulatinamente instruídos face à cronologia e contextualizaçãõ histórica do Castelo de Tomar e do Convento de Cristo. Ao mesmo tempo, e recorrendo a cenários previamente simulados ao longo do itinerário, as crianças serão igualmente confrontadas com situações lesivas e prejudiciais ao património (desde lixo no chão, comprometimento do edifício, desrespeito pelas indicações estipuladas pelo monumento, poluiçãõ sonora, etc.) sendo-lhes feita uma necessária, porém rápida, referênciade forma a que os participantes consigam posteriormente identificar cada uma delas.

- Finalmente, e aquando do término da visita guiada ao monumento, as crianças serão então encaminhadas para a ludoteca do C.C onde, para além de poderem participar em jogos e actividades desenvolvidas a partir do tema da salvaguarda e da sustentabilidade do património e do turismo, serão também incitadas a referir e enumerar as práticas que observaram durante a visita e consideraram prejudiciais e lesivas para o património, justificando o porquê das suas respostas. O tema será então desenvolvido e aprofundado a partir das experiênciase partilhadas por cada aluno.

<sup>37</sup> O *Passaporte do Viajante* será igualmente integrado nesta atividade após a sua adaptaçãõ ao novo percurso.

### **10h30**

- Aqueduto dos Pegões (**ponto 3**): este ponto do percurso será inserido no seguimento da visita ao complexo arquitetónico do C.C ficando acondicionado apenas às suas imediações e por isso, de visitação breve.

### **11h**

- Mata dos Sete Montes (**ponto 4**): semelhantemente ao proposto para a primeira rota apresentada neste trabalho, o ponto de finalização desta actividade será a Mata dos Sete Montes. Porém, o seu acesso será feito a partir da Porta da Condessa (marcada a **x** no mapa da figura 48), uma antiga ligação pedonal entre os jardins do C.C e a Mata, recentemente recuperada, e que permite um encurtamento significativo do trajeto entre os pontos 3 e 4.

- Mais uma vez, priorizou-se este local em razão da sua história intimamente ligada ao Castelo de Tomar e ao Convento de Cristo. Ao mesmo tempo e por ser um espaço verde, amplo, e resguardado achou-se igualmente proveitoso que também aqui se desenvolvessem actividades lúdicas e recreativas com o objetivo de exercitar e testar os conhecimentos, as práticas e os princípios adquiridos pelos participantes durante a visita. Desafios como *Caça ao Tesouro*, *Pedipappers*, ou *Quiz's* são algumas das hipóteses consideradas, devendo estas ser adaptadas e adicionadas ao *Passaporte do Viajante*.

Ora, em conclusão deste capítulo, sobeja apenas referir que se revelou bastante instrutivo e desafiante todo o processo de delineamento e construção destes circuitos turísticos. A sua concepção permitiu não só a consolidação e aplicação prática dos conhecimentos que foram sendo adquiridos durante o meu percurso académico no Mestrado de Turismo, Território e Patrimónios e posteriormente, no estágio curricular que desenvolvi no Convento de Cristo, mas também obter uma maior percepção de todo o processo logístico e protocolar necessário para garantir a viabilização de uma atividade que estará sempre dependente do trabalho conjunto entre organizações, serviços e equipas.

Para já, anseio apenas a oportunidade de conseguir pôr em prática estas actividades e poder transmitir a todos os seus participantes aquelas que são as suas principais noções e fundamentos.

## *Capítulo V*

### CONCLUSÃO

Com este trabalho, pretendemos olhar e veicular o Património e o Turismo Cultural a partir de uma perspectiva diferente das muitas abordagens realizadas até então. Vivenciar a cidade de Tomar (ao invés de contemplá-la apenas) e toda a sua Herança Patrimonial, Cultural e Artística demonstrou-se absolutamente surpreendente e cativante. Partindo do Convento de Cristo e estendendo a nossa viagem até às ruas embrenhadas da zona histórica, acompanhámos as transformações deste local e admirámos as suas cicatrizes enquanto evidências da sua adaptação, valorização e preservação ao longo dos séculos. Experienciámos uma autêntica viagem no tempo e, no final, percebemos que existe neste Património muito mais do que as suas linhas arquitectónicas e/ou planos artísticos. E, por isso mesmo, nada nos pareceu mais gratificante do que a oportunidade de poder transmitir, de igual modo, todas estas histórias e idiossincrasias aos mais novos, ressaltando incessantemente a urgência da sua preservação e salvaguarda na incumbência da sua transmissão. Dessa forma, criámos então o Roteiro Turístico da Cidade de Tomar que, desenvolvido especificamente para crianças, propõe uma aliança entre a instrução teórica e a experimentação prática do Turismo, sustentando peremptoriamente todas as premissas apresentadas ao longo desta dissertação.

Reconhecemos, por isso, que este trabalho representa um contributo importante para um efetivo conhecimento e compreensão da cidade de Tomar e do seu Património, Material e Imaterial, propondo inclusive a aplicação prática desta actividade turística numa actuação que, acreditamos, se comprovará propícia e sustentada no desenvolvimento de actividades distintas, dinâmicas e criativas direccionadas para todos os públicos-alvo, com o objetivo de desenvolver e acompanhar as transformações diárias próprias do setor do Turismo Cultural.

Paralelamente, a experiência académica obtida através da realização do estágio curricular no Convento de Cristo demonstrou-se extremamente valiosa na consolidação destas ideias, uma vez que me permitiu, não só, a obtenção de perspectivas e concepções diferentes daquelas com que comecei o mestrado, como também contribuiu substancialmente para a minha formação enquanto futura profissional aproximando-me mais daquelas que são as diligências e expectativas do mercado de trabalho.

O contacto com o Serviço de Educação e Animação do C.C comprovou-se igualmente fundamental não só na elaboração deste protejo como também, e sobretudo, na consolidação do meu percurso de estágio. E isto porque, em razão da confirmação das minhas convicções face à imprescindibilidade da permanência de um Serviço Educativo em qualquer edificação cultural, este serviço promoveu (e permitiu-me auxiliar) uma série de actividades educativas fundamentadas no mote da sua verdadeira missão enquanto vínculo entre pessoas e lugares; a transmissão da sua História e do seu legado que por nós será herdado quando e se o seu usufruto for responsável e consciente.

Dessarte, este foi um percurso imensamente compensador, não só do ponto de vista académico mas também, e sobretudo, do ponto de vista pessoal. A Universidade de Coimbra e, mais tarde, o Convento de Cristo foram dois dos mais belos e extraordinários locais onde tive o privilégio de aprender e trabalhar, e a partir dos quais tive a oportunidade de amadurecer e formar enquanto aluna e profissional. Estes sete anos académicos que culminaram com o estágio curricular permitiram-me compreender que, à semelhança daquilo que acontece no setor do Turismo no Património Cultural, também a nossa aprendizagem e adaptação devem ser uma constante.

Ademais, acrescento que ao longo do processo de investigação e recolha bibliográfica foram várias as obras e os autores cujas concepções nos orientaram. Contudo, e apesar de considerarmos que este trabalho se apoiou em autores e obras de referência no tema e na área em estudo, admitimos que exista uma grande quantidade de referências que inevitavelmente, devido ao tempo e à priorização do trabalho, tenham sido deixadas de parte. Salientamos, por isso, que as conclusões que deste trabalho advêm foram fundamentas segundo as referências que abaixo apresentamos e a partir de um exaustivo trabalho prático em torno da construção do lugar e do seu património no tempo.

## *Referências Bibliográficas*

- Agnol, S.** (2012). *Impactos do Turismo X Comunidade Local*. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul da Universidade de Caxias do Sul. Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/283955021/Impactos-do-turismo-x-comunidade-local>;
- Aguiar, L; Ferreira, L; Pinto, J** (2012). *Turismo Cultural, Itinerários Turísticos e Impactos nos Destinos* in *Cultur- Revista de Cultura e Turismo*. Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia. Brasil. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/328661233\\_Turismo\\_cultural\\_itinerarios\\_turisticos\\_e\\_impactos\\_nos\\_destinos](https://www.researchgate.net/publication/328661233_Turismo_cultural_itinerarios_turisticos_e_impactos_nos_destinos);
- Augusto, J; Reis, J.** (2011). *A Estruturação do Poder na Ordem Militar dos Cavaleiros Templários*. V Congresso Internacional de História. Universidade Estadual do Maringá, Paraná, Brasil. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/68.pdf>;
- Barbosa, J.**(2009). *Habitar o Património. O Caso do Convento de Cristo*. MÁTHESIS, Departamento de Letras da Universidade Católica de Portugal. Viseu. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23520/1/Mathesis18\\_artigo9.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23520/1/Mathesis18_artigo9.pdf?ln=pt-pt);
- Barranha, H.** (2016). *Património Cultural: Conceitos e Critérios Fundamentais*. 1ªed. IST Press e ICOMOS Portugal. Lisboa;
- Canelas, L.** (2016). *Ver o Convento de Cristo a partir da Farmácia* in *Jornal Público* (formato digital). Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/08/07/culturaipsilon/noticia/ver-o-convento-de-cristo-a-partir-da-farmacia-1740489>;
- Carvalho, R; Santos, J.** (2010). *“Tomar Património”: Estratégia Turística Local- Estudo de Caso*. Associação Portuguesa de Turismo Cultural; Instituto Politécnico de Tomar. Disponível em: [https://www.academia.edu/2191742/\\_Tomar\\_Patrim%C3%B3nio\\_estrat%C3%A9gia\\_tur%C3%ADstica\\_local\\_Estudo\\_de\\_caso](https://www.academia.edu/2191742/_Tomar_Patrim%C3%B3nio_estrat%C3%A9gia_tur%C3%ADstica_local_Estudo_de_caso);
- Castro, C.** (2006). *A Importância da Educação Patrimonial para o Desenvolvimento do Turismo Cultural*. Repositório Digital da Universidade de Caxias do Sul. Brasil. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt5-a-importancia.pdf>;
- Conselho Europeu; Comissão Europeia** (2020). *Routes4U: Economic Impact of the Cultural Routes of the Council of Europe in the European Union macro-regions*. Disponível em: <https://rm.coe.int/routes4u-study-on-economic-impact-of-cultural-routes-in-the-macro-regi/16809eee29%0A%0A>.
- Condeço, S.** (2013). *O Convento de Cristo : o Claustro D. João III e os seus significados*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa;
- Costa, Vanessa C.** (2020). *Rotas Turísticas como Estratégia de Desenvolvimento Territorial: A Rota do Mosaico Romano*. Dissertação de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra;
- Craveiro, M. L.** (2008). *A Arquitetura “Ao Romano” in D. Rodrigues (coord.), Arte Portuguesa. Da Pré-História ao século XX*. (Vol.9). Fubu Editores, SA. Porto;
- Cunha, L.** (2010). *A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário in ReCil- Repositório Científico da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*. Lisboa. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/665>;

- Decreto Lei nº 107/2001** de 8 de Setembro da Assembleia da República. Diário da República: I série-A, nº 209. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>;
- Dias, P; Ferreira, D.** (2016). *História de Portugal*. 1ª.ed; vol.1. Verso da Kapa, Edição de Livros, Lda. Lisboa;
- Escola Gerador** (s.d). *Ensinar por quem tem paixão por aprender. Planeamento na Produção de Eventos Culturais*. Plataforma digital independente de Jornalismo, Cultura e Educação. Disponível em: <https://gerador.eu/wp-content/uploads/2019/02/planeamento-na-producao-de-eventos-culturais.pdf>;
- Estratégia Turismo 2027.** (2017). *Liderar o Turismo do Futuro*. Turismo de Portugal. Disponível em: <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>;
- Eusébio, C; Carneiro, M. J.** (2012). *Impactos Socioculturais do Turismo em Destinos Urbanos* in Revista Portuguesa de Estudos Regionais, nº30. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Universidade dos Açores;
- Fernandes, J.** (2008). *Território, Cultura, e Diversidade da Oferta Turística na Europa* in Cadernos de Geografia, nº26/27. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/14249>;
- Figueiredo, L.** (2010). *Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*. Cespoga-Centro de Estudos Politécnicos da Golegã & Instituto Politécnico de Tomar;
- Filho, A. S** (2007). *Educação e Turismo: Reflexões para a Elaboração de uma Educação Turística* in Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. Vol.1, nº1, (pp. 5-33). Disponível em: <https://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/77>;
- Fortunato, R.** (2006). *A Importância da Educação para a Sustentabilidade na Atividade Turística* in Revista Científica Eletrônica de Turismo, 4ªed. S.P. Brasil. Disponível em: [http://www.faeff.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/sUIKW686cjY5Cje\\_2013-5-20-16-2-54.pdf](http://www.faeff.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/sUIKW686cjY5Cje_2013-5-20-16-2-54.pdf);
- Freitas, A.** (2018). *A Envoltura do Convento de Cristo em Tomar: Uma leitura sobre o lugar no tempo para uma proposta de regeneração urbana*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura- Universidade do Porto. Porto;
- Gandra, M.** (1998). *Regra Primitiva da Ordem do Templo*: Tradução, introdução, e notas do autor, Mafra. Disponível em: <https://silo.tips/download/regra-primitiva-da-ordem-do-templo>;
- Guimarães, V.** (1931). *O Claustro de D. João III em Thomar*. Edições Pátria, Vila Nova de Gaia. Porto;
- Hales, R; Jennings, G.** (2017). *Transformation for sustainability: The role of complexity in tourism student's understanding of sustainable tourism*. Journal of Hospitality, Leisure, Sport & Tourism Education, nº21. Elsevier B.V;
- Hanai, F. Y.** (2011). *Desenvolvimento sustentável e Sustentabilidade do Turismo: Conceitos, Reflexões e Perspectivas* in Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Vol.8, nº1. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/589>;
- Horta, M.; Grunberg, E.; Monteiro, A.** (2009). *Guia Básico de Educação Patrimonial*. 4ª ed. IPHAN, Museu Imperial. Brasília, Brasil;
- InterregEurope** (s.d). *Património Cultural e Sustentabilidade: Guia Prático*. INORDE – Instituto Orensano de Desenvolvimento Económico, Espanha. Disponível em: [https://adrat.pt/wp-content/uploads/2021/02/Practical\\_Guide\\_KEEP-ON\\_FINAL\\_PT-2.pdf](https://adrat.pt/wp-content/uploads/2021/02/Practical_Guide_KEEP-ON_FINAL_PT-2.pdf);

- InterregEurope** (2015). *Community Engagement in Cultural Routes*. Istituto Superiore sui Sistemi Territoriali per l'Innovazione. Politecnico di Torino, Italy. Disponível em: <https://www.interreg-central.eu/Content.Node/http://www.interreg-central.eu/Content.Node/ECRR.html/CE81-ECRR-D.T1.1.1-Work-paper-Promotion-Transnational-Cultur>;
- Jorge, V.** (2000). *Património e Identidade Nacional* in Revista Engenharia Civil, nº9. Universidade do Minho. Braga. Disponível em: <http://www.civil.uminho.pt/revista/revistas?page=10>;
- Kushano, E.** (2013). *Turismo Infantil: uma proposta conceitual* in Revista Turismo & Sociedade, Vol.6, nº1, (pp. 124-146). Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Brasil. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/28094>;
- Lopes, E; Casanova, A.** (2020). *O Recurso e o uso Turístico do Património Cultural Mundial: O Caso do Convento de Cristo de Tomar* in Turismo & História- Perspectivas sobre o Património da Humanidade no Espaço Ibero-Americano. EDUCS- Universidade de Caxias do Sul, Brasil;
- Marujo, N.** (2015). *O Estudo Académico do Turismo Cultural* in TURyDES- Revista Turismo y Desarrollo Local, Vol.8, nº18. Repositório Digital da Universidade de Évora. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/16716>;
- Mendes, A. R.** (2012). *O que é o Património Cultural*. 1ª ed. Gente Singular Editora Lda. Olhão, Faro;
- Meyer, D.** (2004). *Tourism Routes and Gateways: Key issues for the development of Tourism Routes and Gateways and their potential for pro-poor Tourism*. Overseas Development Institute, London;
- Monteiro, J. G.** (2011). *A Regra do Templo ou o Esplendor da Arte Militar Medieval* in Revista de História da Sociedade e da Cultura, Vol. 11. Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. Coimbra;
- Monteiro, J. G.** (s.d). *Tomar e a Ordem do Templo no Período da Reconquista*. Seminário de Instituições e Redes de Poder 1. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra. Disponível em: [https://www.academia.edu/8741542/Tomar\\_e\\_a\\_Ordem\\_do\\_Templo\\_no\\_per%C3%ADodo\\_da\\_Reconquista](https://www.academia.edu/8741542/Tomar_e_a_Ordem_do_Templo_no_per%C3%ADodo_da_Reconquista);
- Montero, P. S.** (2005). Apogeu e decadência, Prisão e Julgamento da Ordem dos Templários in *Codex Templi: Os Mistérios Templários à Luz da História e da Tradição*, 1ª ed, cap. III. Templespana Santillana Ediciones Generales S.L. Madrid, Espanha;
- Moreira, R.** (1991). *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;
- Najdeska, K; Rakicevik, G.** (2012). *Planning of Sustainable Tourism Development*. Procedia-Social and Behavioral Sciences, nº44. Elvísier B.V;
- OCDE.** (2009). *The Impact of Culture on Tourism*. OECD Official Site. Disponível em: <https://www.oecd.org/>;
- Pereira, P.** (2003). *De Aurea Aetate. O Coro do Convento de Cristo em Tomar e a Simbólica Manuelina*. Departamento de Estudos do Instituto Português do Património Arquitectónico & Ministério da Cultura. Lisboa;
- Pereira, P.** (2009a). *Convento de Cristo- Tomar*. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Scala Arts & Heritage Publishers LTD. Londres;

- Pereira, P.** (2009b). *Guia Oficial do Convento de Cristo- Tomar*. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Scala Arts & Heritage Publishers LTD. Londres;
- Pereira, P.** (2011). *Arte Portuguesa: História Essencial*. Temas e Debates, Círculo de Leitores. Lisboa;
- Pérez, X.** (2009). *Turismo Cultural: Uma Visão Antropológica*. Coleção PASOS edita, nº2. Associação Canária de Antropologia, PASOS- Revista de Turismo e Património Cultural. Tenerife, Espanha;
- Richards, G.** (1996). *Production and Consumption of European Cultural Tourism*. Annals of Tourism Research, nº23, (pp.261-283). Easier Science Ltd. great Britain. Disponível em : [https://www.researchgate.net/publication/223337083\\_Production\\_and\\_consumption\\_of\\_European\\_cultural\\_tourism](https://www.researchgate.net/publication/223337083_Production_and_consumption_of_European_cultural_tourism);
- Richards, G.** (1996). *Cultural Tourism in Europe*. ATLAS, CAB International. Wallingford, United Kingdom. Disponível em: [https://www.academia.edu/1271801/Cultural\\_Tourism\\_in\\_Europe](https://www.academia.edu/1271801/Cultural_Tourism_in_Europe);
- Richards, G.** (2000). *Políticas y actuaciones en el campo del Turismo Cultural Europeo* in Herrero Prieto, L. (2000). Turismo Cultural: El Patrimonio Histórico como fuente de riqueza. Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León. Valladolid, España. Disponível em: [https://www.academia.edu/12531590/POL%C3%8DTICAS\\_Y\\_ACTUACIONES\\_EN\\_EL\\_CAMPO\\_DEL\\_TURISMO\\_CULTURAL\\_EUROPEO](https://www.academia.edu/12531590/POL%C3%8DTICAS_Y_ACTUACIONES_EN_EL_CAMPO_DEL_TURISMO_CULTURAL_EUROPEO);
- Richards, G.** (2009). *Turismo cultural: Padres e implicaes* in Camargo, P. & Cruz, G. (2009) Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências (pp. 25-48). Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia. Brasil. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/346986866\\_Turismo\\_Cultural\\_Padros\\_e\\_implicacoes](https://www.researchgate.net/publication/346986866_Turismo_Cultural_Padros_e_implicacoes);
- Richards, G.** (2011). *Tourism Trends : Tourism, culture and cultural routes* in Khovanova-Rubicondo, K. Impact of European Cultural Routes on SME's innovation and competitiveness. Strasbourg: Council of Europe Publishing. Disponível em: [https://www.academia.edu/2390970/Tourism\\_trends\\_Tourism\\_culture\\_and\\_cultural\\_routes](https://www.academia.edu/2390970/Tourism_trends_Tourism_culture_and_cultural_routes);
- Richards, G.** (2011). *Cultural Tourism: Global and Local Perspectives*. Routledge, Taylor & Francis Group. NY City, USA. Disponível em: [https://www.academia.edu/2026170/Cultural\\_Tourism\\_Global\\_and\\_local\\_perspectives](https://www.academia.edu/2026170/Cultural_Tourism_Global_and_local_perspectives);
- Salvador, F; Coelho, T.** (2012). *Os Estaus e a Cidade de Tomar*. DisegnareCon Scientific Journal, vol.5 (s.d.). Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/307659095\\_Os\\_Estaus\\_e\\_a\\_Cidade\\_de\\_Tomar](https://www.researchgate.net/publication/307659095_Os_Estaus_e_a_Cidade_de_Tomar);
- Sancho, A.** (1994). *Introducción al Turismo*. Organización Mundial del Turismo. Repositório Digital Académico da Universidad Andina Simón Bolívar. Disponível em <http://repositorio.uasb.edu.bo:8080/handle/54000/1178>;
- Santos, C.** (2011). *A Charola Templária de Tomar: Jerusalém Perdida* in Revista de História da Sociedade e da Cultura, vol. 11. Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. Coimbra;
- Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia** (2014). Reunião de Conselho “Competitividade” [Atas]. *Reforçar o Turismo dinamizando o Património Cultural, Natural, e Marítimo*. Disponível em: <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-16535-2014-INIT/pt/pdf>;

- Silva, S.** (2000). *Património e Identidade: Os Desafios do Turismo Cultural* in Revista Antropológicas, nº4. Edições da Universidade Fernando Pessoa. Porto. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/issue/view/89>;
- Silva, I.** (2011). *A fundação da Ordem de Cristo* in I Colóquio Internacional: Cister, Os Templários e a Ordem de Cristo, Actas, Instituto Politécnico de Tomar;
- Silva, J.** (2017). *Convento de Cristo em Tomar: Uma visão sobre as intervenções realizadas no século XX*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa;
- Trincão, C.** (2016). *História de Tomar para os mais novos*. 1ªed. Junta de Freguesia de S. João Batista e Santa Maria do Olival, Tomar;
- TP.** (2015). *Turismo 2020: Plano de Acção e Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/323190764/Turismo2020-Parte-I-mercados-SWOT>;
- TP.** (2021). *Plano Turismo + Sustentável 20-23*. Disponível em: <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sustentabilidade/plano-turismo-mais-sustentavel-20-23-pt-jun-2021.pdf>;
- UNESCO,** (2006). *Towards Sustainable Strategies for Creative Tourism*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000159811> (Acedido em 2021).
- UNESCO,** (2017). *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.: Objetivos de Aprendizagem*. Paris. França. Disponível em: <https://ods.imvf.org/wp-content/uploads/2018/12/Recursos-ods-objetivos-aprendizagem.pdf>;
- UNWTO,** (2005). *Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy Makers*. Madrid, Spain. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284408214>;
- UNWTO,** (2019). *UNWTO Tourism Definitions*. Madrid, Spain. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284420858>;
- Vana, M.V,** (2015). *Cultural Thematic Tourism Itineraries: Mediators of Success* in 3rd Global Conference on Business, Economics, Management and Tourism. Procedia Economics and Finance, nº39. Elsevier B.V;
- Vieira, A.** (2007). *A Valorização do Património*. V Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio- Cultural. Departamento de Ciências da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela. Instituto Politécnico de Bragança. Bragança.

**ANEXOS**

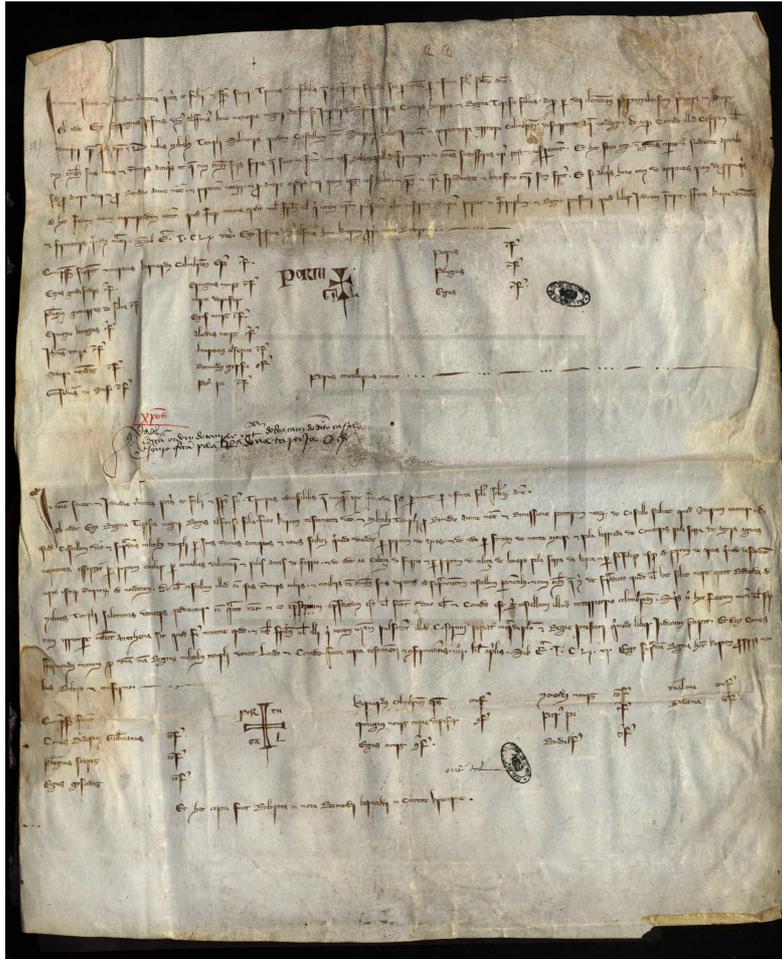


FIGURA 1. CARTA DE DOAÇÃO DO CASTELO DE SOURE À ORDEM DO TEMPLO. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://DIGITARQ.ARQUIVOS.PT/VIEWER?ID=4634798](https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4634798)

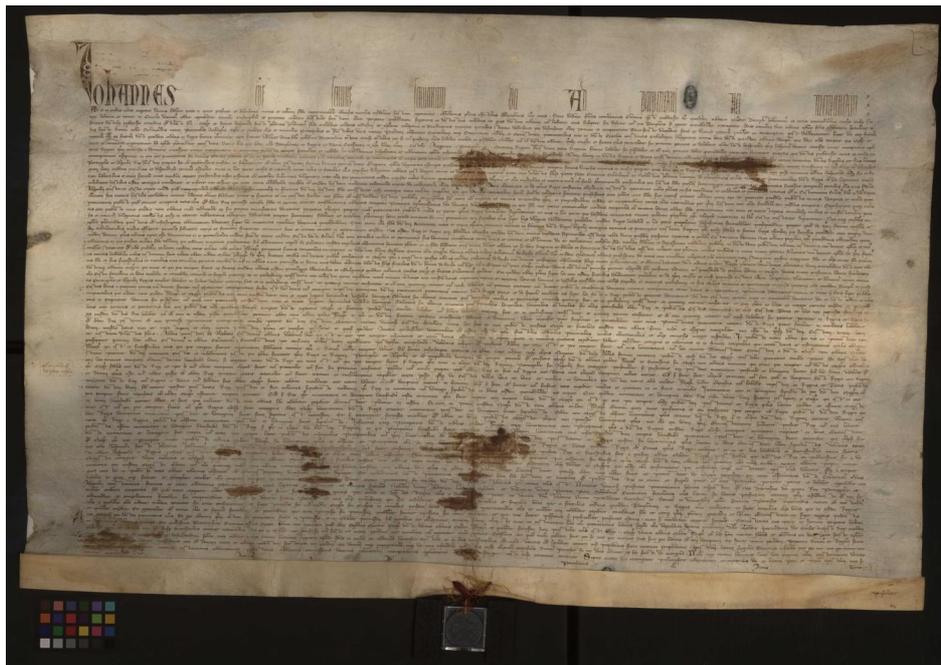


FIGURA 2. BULA PAPAL “AD EA EX QUIBUS” EMITIDA POR JOÃO XXII A 14 DE MARÇO DE 1319. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://DIGITARQ.ARQUIVOS.PT/VIEWERS?ID=4633920](https://digitarq.arquivos.pt/viewers?id=4633920)

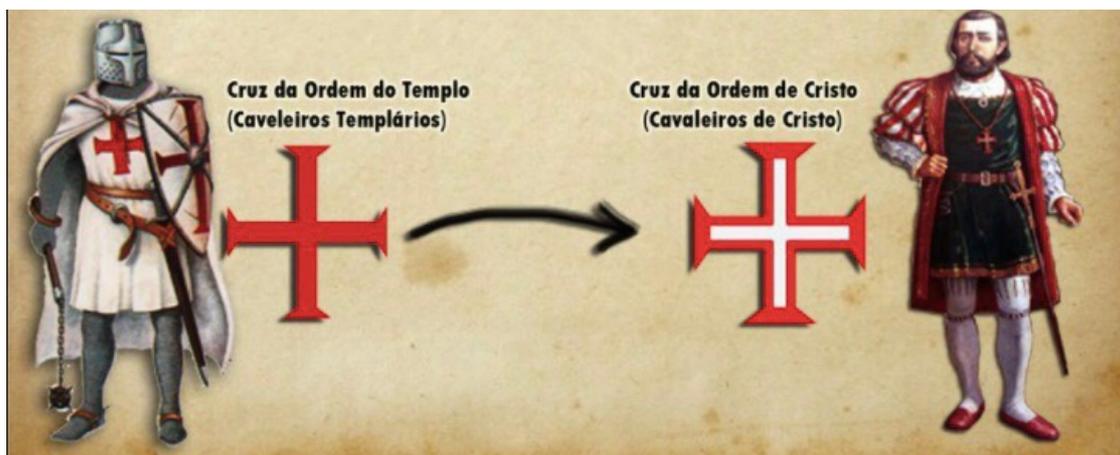


FIGURA 3. A ALTERAÇÃO DA CRUZ DA ORDEM DO TEMPLO PARA A CRUZ DA ORDEM DE CRISTO.  
DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/ORGULHOSP/POSTS/2639392742747525/](https://www.facebook.com/ORGULHOSP/posts/2639392742747525/)



FIGURA 4. PASSAPORTE ATRIBUÍDO AOS ALUNOS PARTICIPANTES NA ACTIVIDADE “ERA UMA VEZ... MONGES, CAVALEIROS, E REIS” PROMOVIDA EM PARCERIA PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE ALCOBAÇA, BATALHA E TOMAR